

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
NÍVEL MESTRADO**

GLAUCE STUMPF

**A COMEMORAÇÃO DO SESQUICENTENÁRIO DA REVOLUÇÃO
FARROUPILHA: MEDIAÇÕES DE UMA MEMÓRIA FARROUPILHA**

SÃO LEOPOLDO

2015

GLAUCE STUMPF

**A COMEMORAÇÃO DO SESQUICENTENÁRIO DA REVOLUÇÃO
FARROUPILHA: MEDIAÇÕES DE UMA MEMÓRIA FARROUPILHA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestra, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Área de Concentração: Estudos Históricos Latino-Americanos

Orientadora: Profa. Dra. Eloisa Capovilla da Luz Ramos

SÃO LEOPOLDO

2015

S934c Stumpf, Glauce

A comemoração do sesquicentenário da Revolução Farroupilha:
mediações de uma memória farroupilha / Glauce Stumpf. – 2015.
140 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos
Sinos, Programa de Pós-Graduação em História. São Leopoldo,
RS, 2015.

Área de Concentração: Estudos Históricos Latino-Americanos.
Orientadora: Profa. Dra. Eloisa Capovilla da Luz Ramos.

1. Memória coletiva – Rio Grande do Sul. 2. Revolução
Farroupilha - sesquicentenário. 3. Mídia - Zero Hora. I. Título. II.
Ramos, Eloisa Capovilla da Luz.

CDU

981.65"1835/1845"

GLAUCE STUMPF

**A COMEMORAÇÃO DO SESQUICENTENÁRIO DA REVOLUÇÃO
FARROUPILHA: MEDIAÇÕES DE UMA MEMÓRIA FARROUPILHA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestra, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Área de Concentração: Estudos Históricos Latino-Americanos

Aprovado em

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cláudio Pereira Elmir – UNISINOS

Profa. Dra. Sinara Robin – UNISINOS

Profa. Dra. Dayse Lange Albeche – UCS

AGRADECIMENTOS

Uma pesquisa exige tempo e dedicação, possibilitando um aperfeiçoamento intelectual. Por mais que seja uma tarefa de foro íntimo e pessoal, é impossível sem auxílio de outras pessoas. Em um primeiro abraço acolhedor, agradeço ao apoio, dedicação incansável, sustentação e incentivos para ingresso e permanência no mestrado à minha orientadora, professora Eloisa Capovilla da Luz Ramos.

Agradeço ao apoio, desde a graduação ainda, do professor Cláudio Pereira Elmir por toda a contribuição fértil à pesquisa e à aluna. Agradeço à professora Dayse Lange Albeche pela leitura atenciosa e ótimas observações durante a qualificação que foram muito proveitosas. E agradeço a inclusão na banca de defesa da professora Sinara Robin, já professora no curso de especialização, que fez germinar a semente para essa pesquisa.

Agradeço à Unisinos por todo apoio material e pessoal que contribuiu para o crescimento dessa pesquisa e a todos os professores que participaram dessa trajetória. Aos colegas do curso de mestrado pela divisão das angústias, em especial à Cyanna Fochesatto. Também sou grata pela oportunidade concedida por meio da bolsa de estudos, fundamental para a realização desse trabalho, obrigada a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Essencial ainda foram o sustento e apoio no dia a dia, apoio moral, intelectual, financeiro, emocional, da família. Obrigada à minha mãe Vera por sempre acreditar. Obrigada ao meu pai Adriano por estar lá. Obrigada à minha irmã Aline por auxiliar e se dedicar tanto em todos os detalhes. Obrigada à minha irmã Tatiane por me incentivar.

A todos que direta e indiretamente apoiaram e possibilitaram a concretização dessa pesquisa, muito obrigada.

Naturalmente, muitas instituições políticas, movimentos ideológicos e grupos – inclusive o nacionalismo – sem antecessores tornaram necessária a invenção de uma continuidade histórica, por exemplo, através da criação de um passado antigo que extrapole a continuidade histórica real seja pela lenda ou pela invenção. Também é óbvio que símbolos e acessórios inteiramente novos foram criados como parte de movimentos e Estados nacionais, tais como o hino nacional, a bandeira nacional, ou a personificação da ‘Nação’ por meio de símbolos ou imagens oficiais (Eric J. Hobsbawm).

RESUMO

A comemoração do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha (1835-1985) foi uma iniciativa oficial do Governo do Estado do Rio Grande do Sul concebida dois anos antes de sua realização. Para o evento todas as esferas da sociedade gaúcha ficaram encarregadas de realizar atividades alusivas à Revolução Farroupilha no transcorrer dos 150 anos do fato histórico. Entendeu-se nesse caso a comemoração como um ato político de criação/manutenção de uma memória coletiva que corroborou com o *status quo* vigente. Nosso pensamento embasou-se em Ozouf (1988) e Arruda (1999) no que se refere aos conceitos de festa e comemoração. Candau (2012) e Ricoeur (2007), entre outros, foram usados na construção do conceito de memória. A partir dessa construção teórica nos propusemos a estudar a comemoração do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, buscando verificar nela alguns aspectos que se destacaram nas festividades, o que foi constatado por meio da documentação analisada. Para alcançar nossos objetivos nos valem da pesquisa qualitativa a partir de fontes primárias e da realização de uma revisão bibliográfica sobre o tema. Aprofundamos então a comemoração oficial, que no decorrer do trabalho mostrou-se como a festa da memória farroupilha. Uma memória construída ainda na década de 1930 (GUTFREIND, 1999), passível de manipulação e, conforme defendemos na dissertação, uma construção representativa do poder simbólico da sociedade gaúcha (a Revolução Farroupilha) reutilizado em 1985 (BOURDIEU, 1989; HOBBSAWM, 1997). Ainda três aspectos da comemoração foram analisados: o da historiografia sobre a temática farroupilha produzida no decorrer de 1985; o das propostas para o ensino sobre a Revolução Farroupilha e a da cobertura midiática do evento. Nossa pesquisa indicou que houve na historiografia uma divisão na abordagem sobre a Revolução Farroupilha entre a história oficial e a história acadêmica. Já as apropriações da comemoração pelo ensino estiveram em consonância com a comemoração oficial, por ter sido por ela organizada. E a imprensa gaúcha, representada aqui pelo jornal Zero Hora, demonstrou uma manipulação para além da mediação oficial criando uma autorrepresentação positiva do Grupo RBS.

Palavras-chave: Memória. Comemoração. Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Jornal Zero Hora.

ABSTRACT

The commemoration of the Sesquicentennial of the Farroupilha Revolution (1835-1985) was an official initiative of the State Government of Rio Grande do Sul designed two years before its completion. For the event all spheres of the state society were responsible for carrying out activities allusive to Farroupilha Revolution in the course of 150 years of historical fact. It was considered then the celebration as a political act of creation / maintenance of a collective memory that corroborated with the current *status quo*. Our thinking to base in Ozouf (1988) and Arruda (1999) with regard to the concepts party and commemoration. Candau (2012) and Ricouer (2007), among others, were used in the construction of the concept of memory. From this theoretical construction set out to study the commemoration of the Sesquicentennial of the Farroupilha Revolution, trying to verify it some aspects that stood out in the festivities, which was corroborated by documentation examined. To achieve our goals draw on qualitative research from primary sources and conducting a literature review on the topic. Then deepen the official celebration, which in this work proved to be the party of farroupilha memory. A memory built yet in the 1930s (GUTFREIND, 1999), subject to manipulation and, we argue in the dissertation, a representative building of the symbolic power of the state society reused in 1985 (BOURDIEU, 1989; HOBBSAWM, 1997). Three aspects of the celebration were analyzed for science terms the scope of the same: the historiography of Farroupilha theme produced in the course of 1985; of tenders for teaching about the Farroupilha Revolution in Rio Grande do Sul and the media coverage of the event. Our research indicated that there was a split in the historiography approach to Farroupilha Revolution between official history and academic history. As for the commemoration of the education appropriations were in line with the official celebration, as it was it organized. And the state's press, represented here by the newspaper Zero Hora, showed a manipulation beyond the official mediation creating a positive self-representation of the RBS Group.

Keywords: Memory. Commemoration. Sesquicentennial of Farroupilha Revolution. Newspaper ZH.

LISTA DE ABREVIATURAS

AHRGS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

CORAG – Companhia Rio Grandense de Artes Gráficas

CTG – Centro de Tradições Gaúchas

FSP – Folha de São Paulo

FSRF – Fundo do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha

IHGRS – Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Sul

LDN – Liga de Defesa Nacional

MTG – Movimento Tradicionalista Gaúcho

PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

RBS – Rede Brasil Sul

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

ZH – Zero Hora

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - A Cavalgada da Chama Crioula	48
Figura 2 - Símbolo oficial das comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha	94
Figura 3 - Um ano inteiro para lembrar a grande luta dos Farrapos.....	96
Figura 4 - Heróis farroupilhas	102
Figura 5 - O Berço da Sedição	106
Figura 6 - Homenagem ao cipreste histórico de Guaíba	108
Figura 7 - FARRAPOS 1835-1985	112

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Publicação de documentos inéditos relativos ao período farroupilha	71
Quadro 2 - Publicação de reedições de obras raras	72
Quadro 3 - Projetos da Subcomissão de Ensino	78
Quadro 4 - Projetos da Subcomissão de Comunicação Social	92
Quadro 5 - Matérias Jornalísticas do Fascículo Especial	113

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 ANO DO SESQUICENTENÁRIO: A COMEMORAÇÃO OFICIAL	22
2.1 AS POSSIBILIDADES DAS COMEMORAÇÕES	23
2.1.2 A região e nação na comemoração	27
2.2 MEDIAÇÕES DE UM MITO	31
2.2.1 Uma tradição inventada?	32
2.2.2 Movimento Tradicionalista.....	34
2.3 APROPRIAÇÕES DO GOVERNO ESTADUAL: A ESTRUTURA DO EVENTO	36
2.3.1 As subcomissões criadas.....	38
2.3.2 Tradição e Folclore.....	41
2.4 PROGRAMAÇÃO OFICIAL	42
2.4.1 Rodeio dos rodeios e Cavalgada da Chama Crioula	46
2.4.2 Fundação Quatorze Farroupilha	48
2.5 DISCURSO OFICIAL, UMA HISTÓRIA PÚBLICA	50
2.6 MEDIAÇÕES OFICIAIS	54
3 HISTORIOGRAFIA E ENSINO: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL (?).....	56
3.1 O RIO GRANDE DO SUL E A HISTORIOGRAFIA.....	59
3.1.1 A partir da década de 1970.....	64
3.2 SUBCOMISSÃO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA	69
3.2.1 Obras publicadas sobre a Revolução Farroupilha: um olhar oficial e um olhar acadêmico	71
3.3 O ENSINO DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA NO CONTEXTO DO SESQUICENTENÁRIO.....	75
3.4 SUBCOMISSÃO DE ENSINO.....	79
3.5 A RELAÇÃO FOI POSSÍVEL?	87
4 MEIOS DE COMUNICAÇÃO: UMA MEDIAÇÃO (IM) PARCIAL.....	89
4.1 A SUBCOMISSÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E O SÍMBOLO DO SESQUICENTENÁRIO.....	90
4.2 O JORNAL ZH E A HEGEMONIA RBS	97
4.2.1 O JORNAL ZH – O REGIONAL COMO NACIONAL	100

4.3 “PREPARE-SE PARA VIVER O ANO DO SESQUICENTENÁRIO FARROUPILHA COM TODA SUA EMOÇÃO”	102
4.3.1 Pró-Memória Farroupilha	104
4.3.2 Resgatando o passado.....	109
4.3.3 O Vinte de Setembro	111
4.4 (IM)PARCIALIDADE NO/DO DISCURSO: MEDIAÇÕES DO JORNAL	118
5. CONCLUSÃO.....	120
REFERÊNCIAS	125
APÊNDICE A – DOCUMENTOS HISTÓRICOS.....	135
ANEXO A – PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MTG	139
ANEXO B – PRESTAÇÃO DE CONTAS GRUPO RBS.....	141

1 INTRODUÇÃO

A Semana Farroupilha é fruto das comemorações anuais sobre a Revolução Farroupilha (1835-1845) e foi oficializada em 11 de dezembro de 1964¹ no Estado do Rio Grande do Sul. Por ela anualmente comemora-se este evento entre os dias 14 e 20 de setembro. Durante essa semana temos a predominância de mediações de uma memória farroupilha que perpassa a sociedade gaúcha, sendo enfatizada em propagandas de produtos e serviços, em decorações de ambientes públicos, em vestimentas e nos hábitos tradicionais.

Do fato histórico, enquanto história documentada e estudada, pouco permaneceu, ainda encontramos em todas as comemorações a celebração aos mitos e aos heróis farroupilhas. A importância do evento para o povo gaúcho fica marcada em cada 20 de setembro, em que todo o simbolismo que há nele emerge, sendo também atualizado, reforçando uma memória farroupilha na maioria dos riograndenses.

Ao observar esse fenômeno, nos propusemos a estudar a comemoração do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, buscando verificar nessa comemoração como as esferas pública e privada se apropriaram dessa memória farroupilha durante os festejos.

Inicialmente, em nosso projeto de mestrado, propusemo-nos focar na análise da comemoração do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha nos jornais regionais cotejando com a documentação produzida pela organização oficial do evento visando compreender quais foram as representações construídas na/pela imprensa e de que maneira a mesma deu suporte para a manutenção da memória farroupilha.

Tínhamos em mente analisar as falas e os silêncios das matérias jornalísticas² do jornal Zero Hora³ (ZH) sobre a memória farroupilha no ano de 1985, comparando os fatos noticiados acerca do tema no jornal trabalhado com o cronograma oficial da comemoração. Queríamos identificar e analisar as representações acerca da Revolução Farroupilha construída pelo jornal bem como identificar e analisar as representações construídas sobre a comemoração oficial do evento, buscando as similitudes com aquela noticiada pelo jornal.

¹ Decreto nº 4.850 de 11 de dezembro de 1964. FRSF, cx 24.

² Quando nos referimos à expressão “matérias jornalísticas” estamos considerando todas as matérias publicadas em jornais que estiveram vinculadas ao “universo da informação da atualidade” de natureza jornalística (MELO, 1985, p. 9).

³ A escolha do jornal Zero Hora foi motivada por ser referência no Estado (BERGER, 2003) bem como por ser, no ano de 1985, aquele com maior distribuição em toda a região Sul. Outro jornal com grande alcance no Estado, o jornal Correio do Povo, sofreu mudanças em sua estrutura nesse ano e não circulou.

Compreendemos que as representações são construções de mundo, ou seja, “traduzem as suas posições e interesses objectivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostaria que fosse” (CHARTIER, 1990, p. 19) interferindo diretamente nos acontecimentos cotidianos e nas “lutas de representações” que se colocam onde podem intervir, modificar ou até mesmo criar realidades.

Porém, nosso caminho idealizado, quando se chocou com a realidade das fontes e das possibilidades, sofreu algumas mudanças. Aquela documentação oficial produzida durante o evento foi bastante rica e nos deparamos com um material muito além do que a imprensa gaúcha mostrou. Encontramo-nos com uma sociedade organizada e envolvida na comemoração que não poderia estar de fora. Por essa razão nos propusemos a ultrapassar o marco inicial, fazendo uma visitação na organização geral da comemoração e parando em alguns momentos que consideramos pertinentes. A imprensa, mediadora da realidade, permaneceu, mas foram acrescentados outros dados importantes da festa da memória farroupilha.

Mas que memória é essa? A memória num primeiro momento nos remete a uma faculdade individual. Nossas lembranças do passado formam nossa memória, que não é completa, mas sim seletiva. Geralmente nos voltamos para eventos que possuíram uma forte dose de emoção, relegando ao esquecimento os demais. Porém, não nos limitamos a uma memória somente do indivíduo já que vivemos em sociedade, constantemente nos afirmamos perante um grupo e por meio dele reafirmamos nossas lembranças (conforme Halbwachs, 2006). Percebemo-nos, conseqüentemente, inseridos num contexto histórico, onde a memória herdada, aquela vivida por nossos ancestrais, pode ser encontrada e construída em diversos locais – lugares de memória como diria Nora (1993). Seguindo esse raciocínio, a história rememorada nas comemorações da Revolução Farroupilha faz parte de uma memória herdada, uma vez que o evento já data de mais de um século, e uma memória que é coletiva, de um grupo, de uma sociedade.

Nessa perspectiva, uma memória que não é individual, mas sim coletiva, e nem acontecida no tempo passado pode ser tomada como um “objeto”, permitindo a sua manipulação, a sua mediação? Diversos intelectuais compreendem que a memória, por ser uma faculdade seletiva, mantém alguns fatos em detrimento de outros, bem como existe a possibilidade de alterá-los a partir do distanciamento e da união com outros dados externos a memória, como livros, jornais, documentos e testemunhos, ou seja, mediações da memória, tornando-a dinâmica. Ao unir uma gama diversa de dados (internos e externos) a memória vai ser pessoal e única, apesar de estar inserida e reafirmada constantemente no coletivo. Candau

(2012) então traz a dificuldade de se acreditar em uma memória coletiva, porque esta, a memória, sendo intrínseca e individual, dificilmente poderá ser igual perante um grande grupo, como no caso estudado, em uma sociedade como a gaúcha. Por essa razão optamos em trabalhar com o conceito de memória farroupilha e suas mediações, que procuraremos desenvolver agora.

Para compreendermos o conceito de memória recorreremos a alguns intelectuais, onde constatamos uma unanimidade em estudá-la como um fenômeno extremamente complexo e dinâmico, nas palavras de Rousso:

A memória, para prolongar essa definição lapidar, é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional (ROUSSO, 1996, p. 94).

Reforçando essa percepção usaremos o argumento de Halbwachs, quando afirma que “seus pensamentos e seus atos (do homem) se explicam por sua natureza de ser social” (2006, p. 42). Apesar de a memória ser ao mesmo tempo subjetiva, o indivíduo só se sentirá inserido em uma comunidade quando a memória do coletivo e aquela herdada (pensando nesse caso na história de um grupo) perpassar por ele passando a ter significação. Ele precisa se sentir parte daquela comunidade e, a partir daí, a memória do grupo fará parte de sua existência, de sua vida, de cada decisão que tomar.

Pollak, na esteira de Halbwachs, afirmou que a memória coletiva “acentua as funções positivas desempenhadas pela memória comum, a saber, de reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva de um grupo” (1989, p. 3). Ou seja, a inserção e aceitação dessa memória de grupo ocorrem por opção e não por imposição. A possibilidade de manipulação de uma memória é limitada, pois uma sociedade que não se percebe integrada naquela construção irá refutá-la e opor-se a ela. Como vimos em diversos momentos em que a sociedade tomou a frente em manifestações e protestos contra comemorações ou monumentos, por exemplo, como na destruição do muro de Berlim.

Pollak, assim como Ricoeur (2012), explicita que assim como a memória individual pode ter pontos de afirmação, onde ela não irá mudar, ele afirma que “outros tantos acontecimentos e fatos possam se modificar em função dos interlocutores, ou em função do movimento da fala” (POLLAK, 1992, p. 202). Para o sociólogo a memória é

fundamentalmente constituída por acontecimentos vividos pessoalmente, lugares e personagens que podem ser tanto reais como imaginados. Ricoeur (2012), ao construir a fenomenologia da memória demonstrou que uma das problemáticas da memória é a possibilidade da associação com a imaginação, ou seja, construções individuais que fogem da realidade ou recriam eventos.

Apesar de podermos considerar a memória como um fenômeno construído (POLLAK, 1992) ela também é um fenômeno social, que apesar das interpretações individuais e, quando não, imaginárias, as confrontações e as trocas trarão para o coletivo uma versão mais aproximada de um acontecimento – as representações da realidade. Para Pollak a memória é uma

operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvar, se integrar [...] em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações, etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também oposições irreduzíveis (POLLAK, 1989, p. 10).

Para Ricoeur (2012) a memória é uma representação de um acontecimento passado que não poderá ser repetido, considerado uma busca por lembranças. Para o autor essa busca será influenciada pelo distanciamento temporal e por sua motivação. Partindo de uma jornada individual, a memória está inserida em um contexto, numa sociedade, e pode ser diferenciada por meio de seus usos, como rememoração, aprendizagem e memorização, entre outros.

Candau (2012) compreende a memória “como uma reconstrução continuamente atualizada do passado” (p. 9). Esse fenômeno ocorre tanto individual quanto coletivamente, no grupo ao qual está envolvido, ao qual se sente pertencente. Ou seja, onde sua identidade será forjada e reafirmada. Desenvolvendo esse argumento, Candau (2012) nos leva a pensar que será por meio da memória que a identidade será fundada uma vez que “[...] a memória é necessariamente anterior em relação à identidade – essa última não é mais do que uma representação ou um estado adquirido, enquanto que a memória é uma faculdade presente desde o nascimento e a aparição da espécie humana [...]” (CANDAU, 2012, p. 19).

Ambos os fenômenos, de memória e de identidade, podem então serem mediados por diversas esferas da sociedade, sendo possível a sua manipulação tornando-se, como diria Pollak, “valores disputados” (1992, p. 205). Vindo ao encontro dessa perspectiva, temos as

possíveis mediações dessas memórias como expõe Pesavento (2006): “educação, Estado, historiografia são legitimadores de uma memória, ou seja, sacralizam aquilo que deve ser lembrado e também o que deve ser esquecido” (p. 5).

Defendemos que a memória é construída socialmente e, muitas vezes, necessita do outro para rememorar algum acontecimento do passado. Paralelamente, a identidade trabalha com o outro enquanto diferença, como explicitam, Hall e Woodward (2000). É por meio da comparação com o diferente que irá distinguir o indivíduo/grupo e que o caracterizará como pertencente a algum grupo, sociedade ou nacionalidade. Para Woodward (2000) “as identidades adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais elas são representadas” (p. 8). Já Oliven percebe que

embora sejam entidades abstratas, as identidades – enquanto propriedades distintivas que diferenciam e especificam grupos sociais – precisam ser moldadas a partir de vivências cotidianas. Assim como a relação com os pais nos primeiros anos de vida é determinante na construção da identidade individual, as primeiras vivências e socializações culturais são cruciais para a construção de identidades sociais, sejam elas étnicas, religiosas, regionais ou nacionais (OLIVEN, 1992, p. 26).

Assim como a memória, a identidade é um fenômeno (essencialmente) social. O grupo ao qual o indivíduo está inserido dará uma base inicial para as suas construções psíquicas, suas representações de mundo, alimentando ou questionando o *status quo* vigente. Pollak complexifica esse fenômeno e argumenta que o mesmo

se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo (POLLAK, 1992, p. 205).

E é nessa realidade, de representações da sociedade em que se constitui a memória e a identidade de um grupo, que se insere o comum, o coletivo, o público. Um acontecimento para possuir ressonância numa sociedade necessita de pontos de fixação para que seja constantemente rememorado, e não esquecido. Uma das estratégias, que já foi colocada, é a criação e manutenção de “lugares de memória”, porém, desde a invenção da escrita, temos uma divulgação e propagação grande por meios impressos do que é (se considera) público. A

tarefa do historiador é o estudo do passado, desse público enquanto objeto. Diversos intelectuais refletiram, como De Certeau (1993) e Marc Bloch (2002), por exemplo, e refletem sobre o trabalho do historiador e percebem a necessidade de critérios, metodologias e teorias, que o embasem para um estudo profundo da história. Porém, por mais que o “profissional da História” tente reconstituir o passado, essa história “profissional” permanece na academia, tendo uma divulgação dentro de seus limites.

A história vai muito além do espaço acadêmico, uma vez que “pensamos e falamos historicamente, e esse é o modo pelo qual nos posicionamos na cultura” (ALBIERI, p. 27, 2011). O grande público tornou-se uma demanda importante nos “produtos da história” (livros, matérias jornalísticas, comemorações, etc), e, apesar do historiador nem sempre tomar essa tarefa, de escrever para leigos, abrindo assim uma proliferação além de seus pares, há uma divulgação da história para esse público. Hoje denominada História Pública, ela sempre existiu e há diversos propagadores dela. Livros de romance histórico, revistas de história, a manutenção da memória por diversos elementos festivos, entre outros. Jornalistas, escritores, pessoas com uma memória e com uma história podem escrever e contar a sua versão dos fatos. Nem por isso menos real, nem por isso menos desprestigiada.

Para compreendermos melhor, Liddington define com maior clareza: “podemos considerar a prática da história pública como sendo a apresentação popular do passado para um leque de audiências – por meio de museus e patrimônios históricos, filme e ficção histórica” (2011, p.33). Colocado em outras palavras “o passado, ou ao menos suas formas populares, está a nos rodear. E passado significa negócio” (LIDDINGTON, 2011, p 32).

A presente análise leva em consideração essas duas produções, a acadêmica para seus pares e história pública para o grande público, uma vez que a comemoração foi muito além do que historiadores escreveram. As participações de diversas esferas da sociedade deram contornos para a efeméride farroupilha moldando sua abrangência e definindo sua importância para a construção/manutenção dessa memória.

Compreendendo a memória enquanto um processo dinâmico e social, uma memória farroupilha pode ser entendida, então, como uma mediação de uma construção que passa a ser reelaborada e rearticulada conforme as necessidades atuais, porém com sustentação histórica, mesmo que, de certa maneira, uma versão do fato ou mesmo fragmentos apenas⁴. O fato histórico que sustenta essa memória aqui estudada foi a Revolução Farroupilha ocorrida entre 20 de setembro de 1835 até 01 de março de 1845. Um evento que remonta há mais de cem

⁴ Iremos ampliar essa discussão no capítulo 2.

anos, passando por diversas interpretações intelectuais e leigas tornando-se, ao longo dos anos, um símbolo da representatividade gaúcha. Uma memória farroupilha pode ser compreendida como uma memória herdada, seletiva (por mediações diversas), que tem sido aceita pela sociedade e constantemente temos a sua conservação e permanência no cenário do Estado do Rio Grande do Sul e lembrada também como memória nacional, mas não com a mesma intensidade.

Apesar dessa longa duração, nos focaremos em um pequeno pedaço, um ano apenas, nos festejos da comemoração de 150 anos da Revolução Farroupilha. Para tanto buscamos em diversas fontes subsídios para compreender o que se propôs. Realizamos a coleta de matérias jornalísticas do jornal Zero Hora do ano de 1985 e também do Fundo do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha (FSRF), até então inéditos, que se encontra no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRGS) e em uma bibliografia de base.

No FSRF, há 32 caixas nas quais foram arquivados os documentos oficiais da comemoração. Como é um arquivo relativamente recente, ainda não está organizado, sendo assim cada caixa possuía uma infinidade de assuntos e, geralmente, não estavam completos, alguns encontraríamos em outras caixas e alguns anexos não foram arquivados. Relatórios, correspondência, decretos, discursos, pesquisas, bibliografias, projetos, são exemplos dos documentos encontrados nesse Fundo.

A abundância de fontes é algo maravilhoso, entretanto, paralelamente exige cuidados como em qualquer pesquisa. Primeiramente, a seleção das mesmas exige uma análise aprofundada, pois foi necessário juntar as peças⁵ durante a pesquisa no arquivo. Alguns pedaços ainda faltaram e foi necessário recorrer a outras fontes, por mais documentos que houvesse percebeu-se que em alguns constavam anexos que não se encontravam no arquivo, estando incompletos. Por serem as principais fontes analisadas elas subsidiaram a construção de nossas escolhas destacando alguns temas. Apesar de não estar completa a documentação, as fontes nos indicaram setores e assuntos abordados no decorrer das comemorações.

Partindo das ideias de Le Goff (1984, p. 100), quando afirma que todo documento deve ser analisado com atenção e crítica, sendo confrontado com outras fontes para chegar a considerações mais verossímeis possíveis, para o historiador “o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder” (LE GOFF, 1984, p. 100). Sendo assim, foi

⁵ Os relatórios e atas de cada uma das subcomissões encarregadas pela organização oficial da comemoração foram encontradas em diferentes caixas, como a subcomissão de ensino que havia documentos nas caixas 1 e 6.

necessário realizar uma revisão bibliográfica acerca da temática, de estudos que contribuíram para a construção de um panorama maior, indo além do que cada olhar pode sugerir. Para Cardoso e Vainfas (1997):

[...] um documento é sempre portador de um *discurso* que, assim considerado, *não pode ser visto como algo transparente*. Ao debruçar sobre um documento, o historiador deve sempre atentar, portanto, para o modo através do qual se apresenta o conteúdo histórico que pretende examinar, quer se trate de uma simples informação, quer se trate de idéias. Especialmente no caso de pesquisas voltadas para a história das idéias, do pensamento político, das mentalidades e da cultura, o conteúdo histórico que se pretende resgatar depende muito da *forma* do texto: o vocabulário, os enunciados, os tempos verbais, etc. (p. 377).

Temos em mente que a Revolução Farroupilha tem sido continuamente estudada, o que possibilita um acervo bibliográfico enorme, porém, os contextos históricos possibilitam releituras (e construções) historiográficas distintas. A leitura das fontes e das obras foi realizada com esse cuidado. Porém, como nos lembra Ramos, “para tanto é preciso surpreender as fontes, não esquecendo que, no caso da história, muitas vezes é a fonte quem faz o olhar de quem olha” (2009, s/p).

Elaboramos três capítulos para a realização de nossa dissertação. O segundo capítulo abordará a comemoração enquanto mediação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Traremos nosso conceito de festa e comemoração bem como a construção da memória farroupilha (de que maneira ela se originou e tornou-se um “objeto” de disputa na sociedade gaúcha). Logo após traremos a comemoração dos 150 anos e como ela se articulou na sociedade enquanto organização e estrutura oficial.

No terceiro capítulo focaremos em dois âmbitos da sociedade, os intelectuais e a educação, com o propósito de compreender como ambos perceberam e “praticaram” a comemoração, inserindo-se no contexto da memória farroupilha.

No quarto capítulo iremos analisar a Subcomissão de Comunicação Social, grupo organizado pelo Governo do Estado para divulgar as comemorações, em especial o olhar do jornal ZH, principal jornal da região sul do Brasil desde a década de 1980 (BERGER, 2003). Justificaremos nossa escolha assim como mostraremos a programação oficial da Rede Brasil Sul (RBS) para as comemorações. Desde primeiro de janeiro de 1985, o jornal ZH fez a cobertura dos eventos comemorativos oficiais assim como realizou atividades alusivas às festividades.

Como já mencionamos inicialmente, nosso projeto de pesquisa tinha a intenção de analisar apenas como a imprensa havia representado essa comemoração, ao longo do processo percebemos o quanto enriquecedor seria ampliar esse panorama. Porém, ao verificarmos no FSRF que nas atas das reuniões da subcomissão de Comunicação Social⁶, ainda em 1984, que ficou encarregada de divulgar nos meios de comunicação a tradição e cultura do gaúcho⁷, sempre esteve presente um representante da RBS e os assuntos em pauta, em sua grande maioria, diziam respeito a RBS. Ficou evidente a importância da empresa na organização das comemorações, sendo que a empresa ficou encarregada da sua cobertura oficial. Por isso, o quarto capítulo será dedicado a analisar a Subcomissão de Comunicação Social como um todo, mas principalmente como o jornal ZH (pertencente ao grupo RBS) representou, e se representou, na cobertura dos eventos oficiais.

Utilizar a imprensa como fonte historiográfica permite, pois, resgatar “a vida cotidiana nela registrada em seus múltiplos aspectos, permite compreender como viveram nossos antepassados – não só os ‘ilustres’ mas também os sujeitos anônimos” (CAPELATO, 1988, p. 20). Ao manter estes dados preservados, o jornal torna-se uma fonte riquíssima e ao historiador cabe usá-lo, porém com um embasamento teórico-metodológico. Trabalhar com jornais não significa tomá-lo como verdade, mas percebê-lo como um agente dentro das relações sociais do período em que foi editado e como um formador de opiniões, uma vez que “pode-se afirmar que o conhecimento que temos da realidade é mediado pelos fatos divulgados pela imprensa escrita e radiotelevisiva” (MARTINS; LUCA, 2006, p. 9-10).

Com esses três “recortes” pretendemos perceber as construções em torno da memória farroupilha em 1985, objeto principal de nosso estudo.

⁶ Explicaremos com maiores detalhes o que são as subcomissões no capítulo 2.

⁷ Relatório/84, Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, FSRF, cx9.

2 ANO DO SESQUICENTENÁRIO: A COMEMORAÇÃO OFICIAL

“[...] pode haver lugares de apoio da memória, que são os lugares de comemoração”
(POLLAK, 1992, p. 203).

O tempo evocado nas comemorações do Sesquicentenário foi o decênio da Revolução Farroupilha, porém nosso ponto de partida foi o ano de 1985. Desde 1982 o governo era administrado por Jair Soares, pelo Partido Democrático Social (partido que sucedeu a Arena), que havia sido eleito com apenas 34,1% dos votos. Conforme Maestri (2010) “o governo de Jair Soares constituiu verdadeiro fim-de-festa do regime ditatorial (...) [por que ele] fora sempre um político das classes dominantes” (p. 394) tendo como consequência, aguçada pela crise que o país passava, um maior endividamento do Rio Grande do Sul em seu governo.

Carrion Jr. (1979) escreveu sobre a economia do Rio Grande do Sul refletindo sobre sua época da qual afirmou que “o Estado pode, com propriedade, definir-se hoje como uma típica região periférica de uma economia maior”. O economista demonstrou a constante queda na importância nacional da indústria regional, trazendo os seguintes dados: em 1907 o Estado possuía uma produção semelhante com São Paulo, já em 1979, São Paulo produzia 12 vezes a mais (p. 404). O principal produto passou a ser aquele advindo da agricultura, sendo a partir de então exportado aos mercados internacionais, ou seja, uma economia excessivamente dependente de outros centros (CARRION JR., 1979, p. 410).

Nacionalmente, o país iniciava um retorno à democracia com o governo de José Sarney (PMDB) – que assumira após a morte do presidente eleito Tancredo Neves. A herança militar ainda encontrava-se nas políticas públicas, pois a nova constituição somente foi promulgada em 1988.

Poderíamos inferir que o motivo pelo qual as comemorações tomaram grandes proporções tenha sido esse contexto de “término de uma era”, em que, ao propor um envolvimento com um tema tão caro à região, possibilitaria um esquecimento em relação aos problemas do momento. Esse capítulo, portanto propõe-se a analisar as comemorações organizadas pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, ou seja, as comemorações oficiais. Primeiramente discutiremos sobre as possibilidades da comemoração e suas implicações, enquanto evento regional inserido no contexto nacional. Logo após trataremos nosso objeto para o foco, para tentar compreender sua estrutura e abrangência.

2.1 AS POSSIBILIDADES DAS COMEMORAÇÕES

A contemporaneidade foi/é permeada por avanços tecnológicos e pela expansão de fronteiras por meio da acessibilidade mediática. Em contrapartida mais e mais regiões movimentaram-se contra esse fluxo, unindo-se e estreitando seus limites e intensificando suas tradições como evidenciou Oliven (1992). Em sua tese o antropólogo procurou compreender as relações entre o nacional e o regional, mostrando que as tensões regionais brasileiras podem transcender esses conflitos estreitando os vínculos entre o local com a nação. O caso tomado pelo antropólogo foi o do Rio Grande do Sul com o seu habitante “o gaúcho”, evidenciando, ao fazer uma construção histórica, a preocupação com a unificação nacional. Foi a partir das construções políticas e culturais em torno desse “personagem” e suas diferentes apropriações que Oliven demonstrou o crescente número de adeptos a essa tradição concomitante (e talvez contraditoriamente a esse processo) ao processo de globalização (o estudo foi realizado na efervescência de tal fenômeno).

Por mais que não consigamos chegar numa memória coletiva única, sabemos que existem tentativas de construções de memórias de grupos. Algumas podem estar fadadas ao fracasso, por não levarem em conta as mudanças da sociedade⁸, outras, porém, permanecem e ganham autenticidade com o passar do tempo. Essa memória então, quando bem aceita, passa a ser apropriada tornando-se um poder simbólico⁹, que, de tão arraigada na população deixa de ser questionada e passa a ser legitimada. A partir daí tem-se as mediações dessa memória, sendo uma das possibilidades a comemoração (Ricoeur, 2012).

As efemérides estão presentes em diversas culturas e em diversos momentos históricos. Algumas são comemoradas há mais de séculos, permanecendo ao longo do tempo adaptando-se e sendo apropriadas por diferentes instâncias da sociedade. Já outras não

⁸ Pollak (1989) afirmou que: “os dominantes não podem jamais controlar perfeitamente até onde levarão as reivindicações que se formam ao mesmo tempo em que caem os tabus conservados pela memória oficial anterior” (p. 6). Em um exemplo concreto temos as comemorações dos bicentenários latino-americanos, em que se procurou relembrar de um fato que já não se enquadrava em uma memória herdada positiva, remetendo à colonização e à exploração pós-independência, onde havia um cenário de dúvidas e diversos questionamentos repercutiram em relação ao *status quo* dos países envolvidos, principalmente por reivindicações dos povos originários (LACARRIEU, 2012).

⁹ Conforme Bourdieu (1989) “o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (p. 7/8). É a partir da dinâmica entre os que exercem o poder e os que são sujeitos a ele em que se produz e se reproduz esse poder. Bourdieu entende “O poder simbólico como poder de constituir o dado, de fazer ver e de fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico da mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário” (1989, p. 14).

resistem às transformações da sociedade sendo esquecidas por não mais corresponderem às necessidades de um povo. O importante para a comemoração permanecer viva em uma cultura é a sua relevância atual. Podemos tomar um outro exemplo brasileiro de uma festa anual e regional, a festa de 2 de Julho na Bahia. Esta festa remonta o século XIX, sendo inicialmente uma festa do povo baiano. Albuquerque (2005) ao analisar este evento, percebeu que “comemorando, os baianos construíram, divulgavam, confrontavam e/ou assimilavam leituras diversas sobre seu mundo” (p.159). Inicialmente, na comemoração havia espaço para as manifestações populares de insatisfação, alguns grupos saíam de máscaras para saquearem estabelecimentos da região – de certa maneira uma forma de lutar contra os altos preços cobrados pelos produtos na região. “Entretanto, a festa era recriada pelos festeiros, que lhe atribuíam outros sentidos e formas” (ALBUQUERQUE, p. 168, 2005), como a inserção no início do século XX do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia (IHGBA) e da Liga de Educação Cívica na organização dos festejos que introduziram elementos da elite para os festejos, como a preocupação com a ordem, com a civilidade, objetivando desassociar a festa das religiões afros. O autor ainda acrescentou que “o Dois de Julho permitia o exercício de uma certa pedagogia civilizatória, por meio da exibição, no cenário festivo, de tipos sociais vistos como merecedores de crédito e prestígio [...]” (ALBUQUERQUE, p. 173, 2005).

De fato, na comemoração permanente encontramos uma relação de troca (simbólica) em que se implica um “contrato” entre o que é festejado e a população. Ao refletir sobre as ideias de Ozouf sobre as festas da Revolução Francesa compreendemos que o conceito de festa possui muita semelhança com comemoração. Para a autora a base de uma comemoração está na repetição. Celebrar uma data histórica com uma certa continuidade, denota a busca por uma inserção do mesmo na memória da sociedade. Perceberemos que essa festa possibilita a maleabilidade do passado rememorado, de certa maneira uma inconstância em relação ao evento passado propriamente dito, uma vez que a festa trabalha muito mais com uma representação dele, tornando-o presente e fazendo crer que é passível de mudanças. A repetição é fundamental na festa, possibilitando a ilusão, o engano, o desvio, e, acima de tudo, a manipulação por meio de uma crença no reinício e na esperança.

Mas é necessário saber que, consideradas globalmente, as festas procuram reviver por sua conta uma história remanipulada, reajustada, reprimida. A festa tolera mal a mudança. Esforça-se por neutralizá-la num rito; busca, sem cessar, corrigir sua imprevisível indeterminação (OZOUF, 1988, p. 230).

O que nos leva a pensar que a festa fala muito mais do tempo presente do que do tempo evocado. Do fato histórico termos apenas fragmentos, representações construídas. Os festivais têm uma similaridade, uma essência imutável. Esse rigor é esperado também pela sociedade. Como coloca Pollak (1989): “Conforme as circunstâncias, ocorre a emergência de certas lembranças, a ênfase é dada a um ou outro aspecto. Sobretudo a lembrança de guerras ou de grandes convulsões internas remete sempre ao presente, deformando e reinterpretando o passado” (p. 9).

Para Correia (2013) “a comemoração tem um caráter solene, cerimonioso, por vezes triunfal, com discursos, desfiles militares, e festividades” (p. 65). Porém, o autor acredita que a comemoração refere-se apenas ao passado. Inclino-nos na ideia de Arruda (1999) que percebe, assim como Lacarrieu (2012), tanto que existe a possibilidade de manipulação da memória comemorada visando objetivos do tempo presente. Para ele “o Estado Nacional, o nacionalismo, a identidade, são os beneficiários diretos das comemorações cívicas” (ARRUDA, 1999, p. 10). Tanto que ambos os autores percebem que o uso da comemoração poderia ser uma maneira de repensar o presente, questionando verdades estabelecidas e refletindo sobre possibilidades para o futuro.

Sendo assim, percebemos que o significado de festa que Ozouf trouxe encaixa-se perfeitamente em nosso trabalho. A comemoração da Revolução Farroupilha, por mais que a cada ano passe a ter mais adereços ou ganhe modificações nos ritos (como colocou Correia), permanece imutável, sendo difícil alterar sua estrutura básica.

Aprofundando um pouco mais, Arruda (1999) vai nos mostrar que, nas comemorações:

o passado revivifica-se; os mortos renascem, pois suas obras são colocadas a serviço dos vivos, aos quais se presta uma homenagem reconhecida, mas dos quais não se deixa de extrair mais valia simbólica, pois suas ações exemplares caucionam a ação dos vivos, inscrevendo-se numa linhagem universal (ARRUDA, 1999, p. 10).

Essa possibilidade de rememorar o passado viabiliza, como colocou o autor, extrair mais valia simbólica, ou seja, de enfatizar eventos e atitudes dos personagens lembrados que os enquadrem nos valores que a sociedade deseja, espera ou impõe.

Pollak (1992) demonstrou, trazendo num estudo empírico sobre pequenas aldeias francesas, que, mesmo estando no calendário oficial, a data comemorativa pode não ser

significativa. Em algumas regiões da França comemora-se o final da Primeira e da Segunda Guerra Mundial, porém as “práticas de comemoração” são maiores no dia 8 de maio, em que se comemora o término da Primeira Guerra. O autor percebe que no dia 11 de novembro, o fim da Segunda Guerra, traz memórias traumáticas que a população não deseja reaviver (POLLAK, 1992, 204).

Retornando para a especificidade brasileira é relevante trazer para a discussão o argumento de Oliven, em uma análise da década de 1980 sobre as comemorações da Revolução Farroupilha, em que o autor salienta sobre os debates em torno do federalismo nacional. O antropólogo escreveu:

A afirmação de identidades regionais no Brasil pode ser encarada como uma reação a uma homogeneização cultural e como uma forma de salientar diferenças culturais. Esta redescoberta das diferenças e a atualidade da questão da federação numa época em que o país se encontra bastante integrado do ponto de vista político, econômico e cultural sugere que no Brasil o nacional passa primeiro pelo regional (OLIVEN, 1992, p. 43).

O centenário da Revolução Farroupilha foi amplamente comemorado no Estado. Porém, no contexto regional e nacional construía-se a união nacional brasileira, e que o governo de Getúlio Vargas iria consolidá-la. No Rio Grande do Sul havia um processo de construção identitária por intelectuais (Parthenon Literário e Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul) em que se buscava afirmar a brasilidade do Estado, intensificando a produção de estudos sobre a Farroupilha tentando dissociá-la do argumento separatista da Revolução, motivado pelas tendências platinistas¹⁰ trazidas inicialmente pela obra de Alfredo Varela (Gutfreind, 1992).

Oliven (1992; 1998) também fez uma breve análise sobre o centenário afirmando que duas foram as tônicas das comemorações de 1935: a ratificação da brasilidade da Revolução Farroupilha e a exaltação das diferenças entre o gaúcho brasileiro do platino, intensificando assim a primeira. Silva (2012) demonstrou com maior acuidade essas tônicas ao analisar as narrativas de quatro periódicos regionais de setembro de 1935. Em sua pesquisa a historiadora verificou nas matérias jornalísticas analisadas que o gaúcho foi bastante caracterizado por suas peculiaridades, diferenciando-se dos demais Estados brasileiros, porém sempre ligando-o com a nação brasileira – demonstrado por diversas narrativas em que ressaltaram as questões

¹⁰ Esse argumento será abordado no capítulo três.

geográficas, revelando o “pertencimento da região ao território nacional” (SILVA, 2012, p. 128). Conforme Silva:

a epopéia farroupilha, discursivamente rememorada, assegurou a estabilidade necessária diante da incerteza representada pelo futuro. Neste sentido, observamos que o passado serviu como fonte de identidade para as narrativas que buscaram imprimir um modelo coletivo sobre a figura do gaúcho (2012, p. 131).

2.1.2 A região e nação na comemoração

Percebemos que, historicamente, as regiões do Brasil buscaram em sua história local, talvez com pretensões nacionais, construir sua identidade na diferença, costurando nas singularidades do local sua ligação com o nacional. Esta foi uma proposta realizada por Gilberto Freyre no Manifesto de 1926, onde o sociólogo trouxe uma preocupação tangente de intelectuais nordestinos: a importação de hábitos norte-americanos e europeus desprestigiando hábitos tipicamente regionais. Hábitos esses, que seriam, para Freyre, brasileiros por essência, correndo o risco (para o autor eminente) de desaparecerem. Em suas palavras:

Nosso movimento não pretende senão inspirar uma nova organização do Brasil. Uma nova organização em que as vestes em que anda metida a República - roupas feitas, roupagens exóticas, veludos para frios, peles para gelos que não existem por aqui - sejam substituídas não por outras roupas feitas por modista estrangeira mas por vestido ou simplesmente túnica costurada pachorrentamente em casa: aos poucos e toda sob medida (FREYRE, 1955, p.2).

Freyre apresentou nesse manifesto acreditar que o que formava o Brasil eram regiões e por meio delas que a identidade nacional se comporia. Defendia ainda que por mais diversas que fossem as regiões, elas faziam parte de uma união brasileira, deixando bem claro que não acreditava em separação do território brasileiro. Nedel (2005) ao analisar o Manifesto o compreendeu numa visão global como uma defesa do *status quo*, que seria: “a ordem patriarcal, escravocrata e monocultura da sociedade colonial” (p. 96) identificadas por autora como tipicamente regionais.

Retornando a especificidade local do Estado do Rio Grande do Sul, Reichel (1996; 2012) defendia que o território atual sulino no período colonial pertencia a Região Platina¹¹. Para a historiadora, buscando referências na geografia, ao compreender que região tanto se compõe no tempo como também no espaço, definiu-a por meio de duas dimensões, a fronteira-linha e a fronteira-zona (REICHEL, 1996). A primeira compreende a região por meio de seus limites territoriais de uma nação e a segunda compreende por meio da dinâmica da sociedade (intercâmbios, interações econômicas, políticas e sociais). No período colonial o Rio Grande do Sul possuía então uma fronteira-zona com a Região Platina, tanto pela economia ser majoritariamente advinda da criação do gado como das possibilidades por meio dos portos da Banda Oriental. Essa dinâmica foi sendo modificada no final do século XIX e intensificada ao longo do XX passando o território do Rio Grande do Sul a construir uma fronteira-linha com a Região Platina¹².

Em articulação com esse pensamento, Oliven (1992) concebe o regionalismo inicialmente como fronteiras políticas e econômicas, passando posteriormente para as construções culturais. O autor vê no regionalismo:

um fenômeno [...] essencialmente político em sua definição que se caracteriza também por desigualdades sociais, mas que se articula mobilizando sentimentos coletivos e veiculando identidades e ideologias associadas a memórias sociais. Passamos, pois, do campo do político e do econômico para o da cultura, no qual a dimensão simbólica desempenha um papel preponderante (1992, p. 19).

Como todo processo social, o regionalismo também o é de definição complexa. Bourdieu (1989) nos lembra que há no seio da “categorização” de região uma luta simbólica que a determinará. Para o sociólogo

a procura dos critérios “objetivos” de identidade “regional” ou “étnica” não deve fazer esquecer que, na prática social, estes critérios (por exemplo, a língua, o dialecto ou o sotaque) são objeto de *representações mentais*, quer dizer, de actos de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento em que os agentes investem os seus interesses e os seus pressupostos, e de *representações objectais*, em coisas (emblemas, bandeiras, insígnias, etc.) ou em actos, estratégias interessadas

¹¹ Essa região compreendia “o rio Salado, ao sul de Buenos Aires, delimitando-se a noroeste pelas regiões que ficam ao norte do rio Negro (Uruguai), até o rio Jacuí (RS) ou até defrontarem-se com outras formas de organização social que se desenvolviam junto aos territórios jesuíticos e às áreas centrais da dominação portuguesa” (REICHEL; GUTFREIND, 1996, p. 13).

¹² Sobre essa mudança trabalharemos com maior profundidade no capítulo 3.

de manipulação simbólica que tem em vista determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores (1989, p. 112).

Para além de definições estanques, a dinâmica da sociedade irá moldar os contornos e as “representações mentais” comporão a compreensão de região. Porém, a região está inserida em um conjunto maior, nem sempre harmônico.

A reivindicação regionalista, por muito longínqua que pareça deste nacionalismo sem território, é também uma resposta à estigmatização que produz o território de que, aparentemente, ela é produto. E, de facto, se a região não existisse como espaço estigmatizado, como “província” definida pela distância econômica e social (e não geográfica) em relação ao “centro”, quer dizer, pela privação do capital (material e simbólico) que a capital concentra, não teria que reivindicar sua existência (BOURDIEU, 1989, p. 126).

Bourdieu apresenta um conflito, uma tensão entre a região e o centro, por isso a necessidade do intenso investimento da região em afirmar-se como diferente numa tentativa de alcançar a atenção negada por políticas centralistas e homogeneizadoras. Num contrafluxo a essas reivindicações regionalistas temos a construção e afirmação da nação, não num sentido de oposição, mas sim de confluência.

Assim como o conceito de região, o conceito de nação é abstrato e uma construção dinâmica e mental da sociedade. Para Nedel (2005),

Embora recente, a nação é imaginada eterna, una e original e, por isso mesmo, não prescinde da memória. Inscrita em lugares que funcionam como pontos referenciais de uma unidade coerciva e imaginária, ela se dá a ler por uma narrativa própria, pela representação de uma história inscrita (e escrita) dentro de um arcabouço “original” que constrói e conecta aos atores sociais em um destino nacional preexistente a cada indivíduo (p. 44).

Benedict Anderson (1989) cunhou uma expressão que ficou muito conhecida para nação: comunidades imaginadas. Ou seja, a nação é um conceito complexo, porém de fácil assimilação, uma vez que já nascemos inseridos em uma nação fortemente arraigada. E por ser um fenômeno mental, ou seja, uma representação de algo, percebemos e nos sentimos parte dela.

Nedel (2005) compreende que o discurso nacionalista exalta a região e em contrapartida o discurso regional realça o nacional, que a autora categoriza como “desdobramento do patriotismo” (p. 87). Para a historiadora o conceito de nação parte de

uma análise profícua da dinâmica de produção das diferentes escalas de pertencimento coletivo estabelecido sobre bases territoriais (que) deve admitir então que nem sempre a nação teve o caráter evidente de hoje. Antes disso, ela é o resultado de um intenso escrutínio e formalização erudita dos itens culturais nos quais se ancora, sob o signo da “autenticidade”, a adesão cívica de seus membros (NEDEL, 2005, p. 84).

Muitas nações constituíram-se recentemente, no fervor do século XIX e no XX, ou estão ainda em construção. O Brasil foi uma comunidade imaginada, pensada e articulada essencialmente após a Proclamação da República criando símbolos nacionais (bandeira, hino, mártir etc.) e inserindo-os no cotidiano da população brasileira. Para Chauí (2000) nação é “definida pela independência ou soberania política e pela unidade territorial e legal” (p. 14). Anderson (1989) ainda aprofunda afirmando que “como tanta coisa mais na história do nacionalismo, uma vez ‘ali’, elas se tornavam modelos formais a serem imitados e, quando vantajoso, conscientemente exploradas dentro de um espírito maquiavélico” (p. 56).

Constituída a nação, permanece então uma memória nacional, construída e reafirmada por escritos de intelectuais¹³, que pode ser manipulada, estratégia essa até hoje utilizada. Como afirmou Pollak (1992), “a memória organizadíssima, que é a memória nacional, constitui um objeto de disputa importante, e são comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo” (p. 204).

O estudo de Anderson (1989) focalizou principalmente nas nações européias, apesar de abordar brevemente as demais, muito ficou por estudá-las. O autor colocou que nas nações da América houve diferenças essenciais, pois um dos pólos de unificação nacional européia foram as línguas nacionais, e as colônias da América adotaram as línguas de suas metrópoles, dificultando a diferenciação das mesmas. O cientista político acrescenta que “na verdade, é justo que se diga que a língua nunca foi sequer um tema nessas antigas lutas pela libertação nacional” (ANDERSON, 1989, p. 57).

¹³ No próximo capítulo aprofundaremos o nosso conceito de intelectual.

2.2 MEDIAÇÕES DE UM MITO

Para compreendermos o poder simbólico existente desde a criação do termo “gaúcho” faz-se necessário que compreendamos que essa construção esteve/está permeada por mediações diversas na sociedade compondo, por meio de diferentes narrativas, um mito.

Chauí (2000) define mito em dois sentidos, etimologicamente, ao percebê-lo como uma narração de feitos lendários de um grupo, e também antropologicamente, quando se toma o mito como uma “solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade” (p. 9). Aprofundando o conceito, Chauí acrescenta o termo “fundador” quando se refere àquele mito de origem, tendo ocorrido no passado imaginário e que, por ser atemporal, se encontra vivo e presente.

O mito fundador oferece um repertório inicial de representação da realidade e, em cada momento da formação histórica, esses elementos são reorganizados tanto do ponto de vista de sua hierarquia interna [...] como de ampliação de seu sentido [...]. (CHAUI, 2000, p. 10).

Albeche (1996) ao realizar um estudo sobre as imagens do gaúcho buscou compreendê-las a partir da literatura gaúcha. Para essa tarefa a historiadora traçou um perfil histórico e tentou entender o processo de mitificação e seus diversos significados, que ela evidenciou por meio das narrativas literárias de Alcides Maya e Ramiro Barcelos.

O gaúcho heróico do padrão romântico é muitas vezes generalizado como sendo a imagem da sociedade riograndense. Por sua mitificação é comum apresentá-lo como representante de determinados qualificativos que podem ser traduzidos em valores de: bravura, honestidade, liberdade, justiça, força física, destreza, coragem, patriotismo, lealdade, ordem e moralidade. A facilidade de se aceitar estes qualificativos pode ser explicada por pertencerem a estrutura do núcleo simbólico presente em todo o mito do herói (ALBECHÉ, 1996, p. 17).

Por núcleo simbólico Albeche compreende como um fenômeno dinâmico, podendo sofrer interpretações e reinterpretações, sendo identificado com seu contexto histórico. Esse núcleo está inserido no mito, em que a autora se ampara no conceito de Mircea Eliade, que

possui uma “estrutura simbólica cuja a função é revelar modelos exemplares, sendo que estes sempre aparecem baseados num arquétipo localizado num tempo primordial” (p. 9).

Oliven aprofunda o estudo afirmando que:

Mito que frequentemente é interpretado de forma errônea como oposto à realidade, esquecendo-se que ele é uma narrativa atemporal e abrangente, cuja unidade significativa está preocupada em resolver contradições e questões que têm a ver com a origem de fenômenos naturais (1992, p. 25).

Ao nos depararmos com o mito do gaúcho podemos pensá-lo como tendo origem nos escritos após a Revolução Farroupilha, ou seja, houve a criação de um marco no imaginário do gaúcho como sua fundação, antes desse fato a memória do atual Estado do Rio Grande do Sul pouco permaneceu nos cidadãos e pouco é exaltada em comemorações. A Revolução Farroupilha foi mantida e celebrada como mito fundador criando e mantendo uma memória farroupilha.

2.2.1 Uma tradição inventada?

[...] quando a memória e a identidade estão suficientemente constituídas, suficientemente instituídas, suficientemente amarradas, os questionamentos vindos de grupos externos à organização, os problemas colocados pelos outros, não chegam a provocar a necessidade de se proceder a rearrumações, nem no nível da identidade coletiva, nem no nível da identidade individual (POLLAK, 1992, p. 208).

Ao buscarmos as origens históricas do Rio Grande do Sul perceberemos que sua constituição difere bastante daquela rememorada. O termo gaúcho foi sendo ressignificado ao longo do século XX, o indígena e o platino (como falam Gutfreind e Reichel) foram sendo esquecidos, postos para fora dos limites do Império brasileiro.

Oliven percebe o gaúcho como “um tipo social específico”, uma construção longa em que:

A ênfase nas peculiaridades do estado e simultânea afirmação do pertencimento dele ao Brasil se constitui num dos principais suportes da construção social da identidade gaúcha que é constantemente atualizada, reposta e evocada (1992, p. 47).

O termo gaúcho para Maciel (2007) surgiu e ressignificou-se a partir do binômio gado-guerra, inseridos no contexto histórico de formação do Estado do Rio Grande do Sul, sendo inicialmente associado ao gaúcho platino. Ainda no século XVIII a palavra “gaúcho” possuía conotações negativas, representando uma pessoa marginalizada da então sociedade vigente. Difícil precisar quando esse termo passou a ter uma semântica extremamente oposta, porém Maciel (2007) infere a importância da literatura nacional (com José de Alencar e seu “Gaúcho” de 1870) e, posteriormente, com a literatura regional para a ratificação e manutenção da construção idealizada que nos é conhecida hoje. Também considera essa importância Albeche (1996) ao afirmar que houve a construção/manutenção de um padrão romântico, em que se buscou a homogeneização da sociedade “na idealização de um símbolo – o gaúcho” (p. 17).

Maciel (2007) ainda acrescenta que a partir da segunda metade do século XIX há uma movimentação em relação a essa mudança. O término da Revolução Farroupilha por si já trouxe diversas modificações sobre o imaginário regional, e mesmo nacional, acerca do gaúcho, lançando a semente para a construção do mito do gaúcho atual.

A primeira tentativa de criação de um “local de tradição” no Estado foi a do Grêmio Gaúcho de Porto Alegre criada por João Cezimbra Jacques em 1898. Três décadas anteriores foi fundado o Parthenon Literário reunindo uma elite de letrados (intelectuais e escritores) fomentando as produções regionais. Para Maciel:

Neste processo de construção de uma identidade regional, no Rio Grande do Sul ocorreu uma dupla necessidade: afirmar-se enquanto gaúcho (diferenciando-se dos habitantes de outros Estados do Brasil) e enquanto brasileiro (diferenciando-se dos gaúchos uruguaios e argentinos – os platinos), e, assim, afirmar-se como gaúcho brasileiro (MACIEL, 2007, p. 05).

Albeche (1996) demonstrou, no contexto histórico da República Velha, esse fenômeno como uma tendência de “marcar as diferenças entre gaucho/gaúcho, onde o primeiro tornou-se símbolo de tudo o que é ruim e o segundo, símbolo da honestidade, bravura, patriotismo, moralidade e justiça” (p. 23). O gaucho – sem acento – foi considerado aquele que vivia fora do Rio Grande do Sul, o gaúcho – com acento – é aquele idealizado e nascido no território sul-rio-grandense.

Essas mudanças estiveram em consonância com os contornos históricos nacionais, onde houve uma intensificação do nacional em relação ao regional desde a Proclamação da República, acentuada com o Governo Vargas.

A criação (e ressignificação) do gaúcho brasileiro foi subsidiada pelas tradições do Estado. Tradições essas que também passam por um processo semelhante de criação e ressignificação. Para Oliven (1992), a tradição é “um conjunto de orientações valorativas consagradas pelo passado” (p. 21).

Hobsbawm (1997) perscruta o conceito de tradição, compreendendo sua importância atual bem como sua difícil localização precisa na história, desenvolvendo o conceito de “tradição inventada”. Para o historiador, esse conceito seria um conjunto de práticas reguladas e aceitas em que o objetivo é recomendar valores por meio da repetição, estabelecendo uma continuidade com o passado histórico (p. 9). Vemos que existe um aporte histórico onde essa tradição se baseia, porém muitos ritos e boa parte da simbologia existente nela foram inseridos posteriormente com fins específicos.

Aprofundando o conceito, Hobsbawm prossegue afirmando: “consideramos que a invenção de tradições é essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição” (1997, p. 12). Não há por isso uma estagnação na tradição, como bem sabemos, pois muitos adereços e novidades são inseridos, porém, o autor fala que “a inovação não se torna menos nova por ser capaz de revestir-se facilmente de um caráter de antiguidade” (HOBRAWN, 1997, p. 13). A tradição por si só é inserida na sociedade de forma projetada, ou seja, construída, porém só se mantém quando é aceita pela população.

2.2.2 Movimento Tradicionalista

Pode-se mesmo dizer que toda uma série de representações que tocam a figura do gaúcho transmitidas pela mídia, pelo discurso oficial e pela escola são, em grande parte, justamente aquelas criadas pela cultura tradicionalista e que dentro delas adquirem sentido (MACIEL, 2007, p. 14).

A tradição gaúcha foi se constituindo já no final do século XIX, porém foi altamente intensificada pela criação do Movimento Tradicionalista, iniciado na década de 1940. Conforme Nedel (2005), o primeiro ato do movimento foi em 1947 quando organizaram uma

guarda cavalariana de honra, em que foram removidos os restos mortais de David Canabarro de Livramento para a capital, sendo inseridos nos festejos da Semana da Pátria pela Liga da Defesa Nacional.

O Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) iniciou-se em 1948 a partir da criação do “35 CTG”, o primeiro Centro de Tradições Gaúchas (CTG). Curiosamente foi fundado por jovens em Porto Alegre com pouca (ou nenhuma) ligação com a região mais idealizada, o pampa gaúcho, e com os hábitos do trato do gado. Apesar dessa construção idílica o movimento rapidamente ganhou espaço e multiplicou-se no Estado (e no mundo). Quatro meses depois o segundo CTG já havia 35 novos centros de tradição no Estado. A partir daí inicia uma série de ações prevendo a homogeneização das regras dos CTG. Em 1961 foi aprovada uma “Carta de Princípios” que rege até os dias atuais o Movimento. Nela foram dispostos objetivos que iriam nortear o movimento, vinte e nove ao total, no segundo já percebemos a tônica regionalista com cunho nacionalista, como propunha Freyre no Manifesto Regionalista de 1926: “Cultuar e difundir nossa História, nossa formação social, nosso folclore, enfim, nossa Tradição, como substância basilar da nacionalidade¹⁴”.

O último objetivo, idealizado na década de 1960, demonstra a visão em longo prazo que possuíam e que alcançaram satisfatoriamente:

XXIX - Buscar, finalmente, a conquista de um estágio de força social que lhe dê ressonância nos Poderes Públicos e nas Classes Rio-grandenses para atuar real, poderosa e eficientemente, no levantamento dos padrões de moral e de vida do nosso Estado, rumando, fortalecido, para o campo e homem rural, suas raízes primordiais, cumprindo, assim, sua alta destinação histórica em nossa Pátria¹⁵.

O Movimento possuiu inicialmente maior adesão no interior do Estado. Com uma expansão rápida, em termos históricos, logo foi apropriada pelo governo do Estado sendo sancionada em 1964 a Semana Farroupilha e em 1966 o Hino Farroupilha como o Hino do Estado. Anterior a essas leis foi criado em 1954 o Instituto de Tradições e Folclore e em 1974 foi transformado na Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore.

O MTG passou então a selecionar e construir uma série de regras denominadas por eles de tradicionais. A receptividade pela sociedade foi bem positiva, que passou a aceitar

¹⁴MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO.

¹⁵Ibid.

muitas das regras trazidas pelo movimento, legitimando o seu poder simbólico (BOURDIEU, 1989).

De uma maneira geral, pode-se dizer que o eixo em torno do qual o movimento se constrói é um espaço – tempo idealizado a partir de elementos pertencentes ao imaginário local recriado segundo critérios contemporâneos –, o que levaria a uma atualização do passado (MACIEL, 2007, p. 06).

O MTG transformou-se na voz oficial do gaúcho, criando regras e normas para as tradições locais, mesmo para aquelas pretensamente arraigadas. Medeiros (2005) ao referir-se a algo concreto na tradição gaúcho evidencia o que Hobsbawm compreende por tradição inventada: a difícil busca pela origem do traje típico do gaúcho (a bombacha). A autora percebeu bombacha passou a ser mais uma construção do MTG, já que a tradição “é uma repetição que (...) subverte o passado, quando, por exemplo, modifica, acrescenta ou suprime detalhes de uma das indumentárias da tradição gaúcha, perturbando essa pretensa continuidade” (MEDEIROS, 2005, p. 48), ao tentar buscar a gênese do uso da bombacha pelo gaúcho. Em sua dissertação Medeiros (2005) trouxe diversos autores que estudaram o traje e encontraram origens diferentes, uns remetem a Ásia, como Flores (1978), outros ao Uruguai, como Fagundes (1984). Porém, foi por meio da legitimação do MTG que houve a customização e delimitação de suas características “tradicionais”.

2.3 APROPRIAÇÕES DO GOVERNO ESTADUAL: A ESTRUTURA DO EVENTO

Procuraremos agora evidenciar a estrutura criada pelo Governo do Estado para a realização do evento¹⁶. Os seus preparativos foram feitos com antecedência e organização. Todo esse zelo pode ser compreendido por ter tido como pano de fundo a temática da memória Farroupilha, que estrategicamente já foi utilizada em diversos momentos da política do Estado. Para entendermos melhor a importância dessa memória faz-se necessário que compreendamos a organização anterior a 1985. Em 1964 a Semana Farroupilha foi

¹⁶ Essa estrutura fora organizada pelo governo Estadual, entretanto os municípios também deveriam comemorar o Ano do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha e, após o evento, enviar relatórios completos com todas as atividades desenvolvidas em 1985.

oficializada e sua organização ficou a cargo das unidades da Brigada Militar, Ginásios e grupos escolares estaduais, CTG e entidades particulares que quisessem participar. Em 1980 o Decreto sofreu uma pequena alteração¹⁷, especificando ainda mais quem organizaria, que, a partir da vigência do mesmo, seria a Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo do Estado, a Brigada Militar e o MTG. Em 1983, uma nova redação inseriu as Prefeituras Municipais na organização do evento. Ao longo dos anos foi se modificando o decreto que oficializa a semana farroupilha, mostrando a sua constante atualização da memória farroupilha.

Interessante ressaltar a importância dada sempre à data inicial da guerra, deixando de lado o seu desenrolar. No aniversário de 150 anos da Revolução Farroupilha a sua concepção foi planejada com bastante antecedência, dois anos antes, justificando-se a importância do fato da seguinte maneira: “considerando que a Revolução Farroupilha, iniciada em 20 de setembro de 1835, foi um acontecimento da mais expressiva relevância na história do Rio Grande do Sul¹⁸”.

Instituiu-se em dezembro de 1983 o Ano do Sesquicentenário em 1985 por meio do Decreto número 31.381 que alinhou as principais comissões que iriam coordenar o evento. Os contornos da comemoração do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha foram então esboçados e originou-se a Comissão Executiva que iria organizar os eventos oficiais da mesma. O artigo 1º do decreto possuía a seguinte redação:

Fica instituído o ano do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, a fim de celebrar, durante o transcurso de 1985, os cento e cinquenta anos da eclosão daquela luta civil, estimulando-se paralelamente os estudos de todos os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais.

Como observamos, a comemoração muito além de evocar a memória farroupilha, tinha como proposta analisar os 150 anos após o fato por meio de estudos. Realmente existiram diversas áreas envolvidas que, de certa maneira, englobavam os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais, em alguns aspectos com mais ênfase e subsídios por parte do governo em outros casos um investimento pouco mais restrito, como veremos a seguir.

Para organizar essa grandiosa tarefa que se apresentava ainda em 1983, foram então propostas Comissões. O 2º artigo do Decreto 31.381 constituiu a Comissão Central, presidida pelo Governador do Estado (Jair Soares), uma Comissão de Honra integrada pelos políticos

¹⁷ Decreto nº 7.820 de 07 de novembro de 1983. FSRF, cx 24.

¹⁸ Decreto nº 31.381, 30/03/1984. FSRF, cx 10.

em exercício do Estado, o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, os comandantes da 3º Exército, do 5º Distrito Naval e do 5º Comando Aéreo Regional, o Arcebispo Metropolitano de Porto Alegre e, como convidados especiais, o Governador do Estado de Santa Catarina e o Prefeito de Laguna. Também, foram criadas uma Comissão Coordenadora, presidida pelo Secretário de Estado Extraordinário para Assuntos da Casa Civil (Deputado Adylson Martins Motta), e uma Comissão Executiva. Essa última constituía-se dos Secretários do Estado, o Procurador Geral da Justiça, o Procurador Geral do Estado e o Comandante-Geral da Brigada Militar. Foram convidados diversos representantes de várias esferas do Estado como prefeitos dos municípios da época da Revolução Farroupilha (Alegrete, Caçapava do Sul, Cachoeira do Sul, Cruz Alta, Jaguarão, Pelotas, Piratini, Rio Grande, Rio Pardo, São Borja, Porto Alegre, São José do Norte, Santo Antonio da Patrulha e Triunfo), reitores das universidades, presidentes de associações entre outros.

A tarefa da Comissão Executiva foi delimitada ainda na redação do Decreto 31.381, no artigo 4º. Entre as suas incumbências estavam: planejar os eventos culturais, promover um concurso de monografias, a reedição de obras esgotadas sobre o tema (Revolução Farroupilha), organizar exposições, confeccionar selos e moedas comemorativas e cooperar com as demais iniciativas, públicas ou privadas. Ficava em aberto a opção de subdividir essa comissão em quantas fossem necessárias. O que, em meados de 1984, havia sido feito. Foram então organizadas 10 subcomissões.

2.3.1 As subcomissões criadas

Em 19 de junho de 1984 foi publicada no Diário Oficial¹⁹ uma resolução que delineava os membros da Comissão Executiva e as primeiras subcomissões criadas. Foram oito inicialmente, porém ao longo do ano foram criadas mais duas. As primeiras foram as subcomissões de Eventos Culturais e Turismo; de Publicações e Concursos; de Geografia e História; de Letras e Artes; de Comunicação Social; do V Congresso Sul-Rio-Grandense de História e Geografia; de Tradição e Folclore e de Ensino.

Porém, antes da publicação da resolução no Diário Oficial, já havia reuniões regulares desses grupos para alinhar projetos e orçamentos. No FSRF encontramos as atas de algumas

¹⁹ Resolução do Decreto nº 31.381, 19 de junho de 1984. FSRF, caixa 3

das reuniões ocorridas ao longo de 1984 e 1985. A proposta inicial foi de que as reuniões ocorreriam semanalmente em 1984, porém, apesar terem sido periódicas, a maioria das subcomissões realizavam as reuniões quinzenalmente, quando havia quorum. Mas, não encontramos todas as atas das reuniões, bem como as atas não estavam organizadas no FSRF, estando separadas em caixas diferentes e incompletas. Sendo assim, algumas subcomissões não possuem fontes suficientes para que consigamos compreender todas as suas atividades e projetos desenvolvidos.

Como haviam sido mencionadas, algumas subcomissões não tiveram fontes suficientes para a sua descrição e análise. Sendo assim, mapearemos as subcomissões e aprofundaremos quatro delas, pela maior quantidade de informações coletadas, as de Geografia e História, de Ensino, de Tradição e Folclore e de Comunicação Social (as duas primeiras serão trabalhadas no capítulo 3 e a última no capítulo 4).

A primeira subcomissão que mapeamos foi um evento cultural que ocorreu entre os dias 10 a 12 de setembro, a Subcomissão do V Congresso Sul-Rio-Grandense de História e Geografia. Como integrantes representantes dela havia o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS), a Liga de Defesa Nacional (LDN)²⁰ e a Secretaria de Coordenação e Planejamento²¹.

A Subcomissão de Letras e Artes teve como integrantes representantes da Academia Riograndense de Letras, o Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a Faculdade de Música Palestrina, a Secretaria de Cultura, a LDN, a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), a Fundação Orquestra Sinfônica de Porto-Alegre e a Procuradoria-Geral do Estado²². Entre os projetos propostos pela subcomissão estavam a coparticipação no “Levantamento e demarcação dos locais históricos” (ocorrido entre janeiro a dezembro de 1985), o Encontro dos Autores Rio-grandenses (ocorrido no mês de julho), a exposição de livros sobre a Revolução Farroupilha (também no mês de julho) e encenação de peças teatrais (no mês de maio).

²⁰ A Liga da Defesa Nacional uma entidade cívico-cultural, fundada em 07 de setembro de 1916 e ainda em vigor, tem como objetivo manter o sentimento de patriotismo nos cidadãos brasileiros. No site da entidade, onde contam a sua história, apontam que a participação “na vida nacional está bem expressa pela proposta feita ao Governo, que resultou na obrigatoriedade do ensino do português nas colônias de imigrantes, que até então ensinavam apenas o idioma do país de origem. Também a inclusão do ensino formal de assuntos ligados ao civismo e ao patriotismo, nas escolas, com ênfase para o canto do Hino Nacional, o culto à Bandeira e o conhecimento da história pátria”. No site da Liga da Defesa Nacional (ALVES, 2012) também ressalta que o Estado com maior atuação dentro da Liga tem sido o Rio Grande do Sul.

²¹ Relatório/84, Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. FSRF, Caixa 9.

²² Ibid.

Para a Subcomissão de Publicação e Concursos foram integrantes representantes o Instituto Estadual do Livro, o Círculo de Pesquisas Literárias, a Companhia Riograndense de Artes Gráficas, o Arquivo Público do Estado, a Secretaria do Trabalho e Ação Social, a Secretaria de Administração, o Conselho Estadual de Cultura, Companhia União de Seguros Gerais, o IHGRS, a Secretaria de Justiça, a Pontifícia Universidade Católica e o AHRGS²³. Esse grupo propôs e concretizou os seguintes projetos de publicação de documentos inéditos relativos ao período Farroupilha: Fontes da Revolução Farroupilha (2º e 3º volumes, responsável AHRGS), Catálogo da Coleção “Alfredo Ferreira Rodrigues” (responsável AHRGS), Reedição de “O Artilheiro” (acervo J.H. Petersen), O cidadão Domingos J. de Almeida e seus compatriotas (acervo J.H. Petersen).

A Subcomissão de Eventos culturais e turísticos teve como integrantes representantes a Companhia Riograndense de Turismo, o MTG, a Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore, a Subsecretaria de Cultura, a Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul, a LDN, a Brigada Militar, a Secretaria dos Transportes e a PUCRS²⁴. Como projetos que se destacaram nessa subcomissão: Chamada dos Descendentes Farroupilhas²⁵ (em setembro), Grande Rodeio Crioulo Internacional (em janeiro), Grande exposição internacional (Parque Harmonia, exposição permanente) e a produção de filmes de longa metragem sobre a Revolução.

Entre as duas últimas subcomissões criadas, temos a Subcomissão do Desporto que organizou os Jogos do Servidor Público, envolvendo o Estado e a Olimpíada Farroupilha que envolveu as principais atividades esportivas da temporada de verão, os jogos rurais, o Campeonato Escolar Gaúcho, os Jogos Universitários Gaúchos, o Desporto Comunitário, a Olimpíada propriamente dita, os campeonatos brasileiros e promoções especiais²⁶. Procurou-se disseminar em todos os campeonatos em nível Estadual no ano de 1985 as comemorações do Sesquicentenário. No relatório final da Subcomissão de Desporto demonstrou-se que a principal queixa para a execução das tarefas envolvia falta de recursos financeiros.

A Subcomissão dos Estudos das Relações Interculturais foi bastante ativa. Entre os projetos propostos e executados estiveram a criação de um texto extraído do relatório de pesquisa sobre a participação das etnias negra e índia na Revolução Farroupilha realizado pelo Museu Antropológico do Rio Grande do Sul. A Tradução e edição de “Garibaldi, o curso

²³ Relatório/84, Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. FSRF, Caixa 9.

²⁴ Ibid.

²⁵ Esse concurso será melhor abordado no subcapítulo 2.4.

²⁶ Relatório, Subsecretaria de desporto, FSRF, cx 2.

riograndense” de Salvatori Candido, Roma, realizado pela Universidade de Caxias do Sul, e de trechos do romance “Manlio”, de José Garibaldi (nas partes referentes ao Rio Grande do Sul).

Dois cursos foram executados pela subcomissão. Um curso promovido pelo Instituto de Teologia da PUCRS sobre a Igreja Católica na Revolução Farroupilha (entre os dias 20 a 24 de maio de 1985) e um curso radiofônico sobre a Revolução Farroupilha realizado pela Universidade de Caxias do Sul, organizado pelo professor Mário Gardelin.

Também foram realizadas pesquisas, uma sobre a participação negra e índia na Revolução Farroupilha, outra pesquisa do Instituto Histórico de São Leopoldo sobre a participação da colônia alemã na Revolução Farroupilha e uma pesquisa e seminário sobre o pensamento iluminista e o ideário sobre a Revolução Farroupilha; o pensamento de Mazzini no ideário Farroupilha; o ideal republicano na Revolução Farroupilha e o ideal federativo dos Farrapos, realizado pela APROCRUZ. Ainda em torno de pesquisas, um encontro de estudos foi promovido pelo Departamento de História da PUCRS sobre a Revolução Farroupilha no contexto rural e urbano, tendo como Responsável Margareth Bakos. Para finalizar foi realizado um repertório musical do período farroupilha e audição comentada da ópera farrapos do Maestro Eggers²⁷.

2.3.2 Tradição e Folclore

A Subcomissão de Tradição e Folclore foi a que mais ganhou destaque, tanto com apoio financeiro como a cobertura por diversos meios de comunicação, foi aquela com maior visibilidade nas matérias jornalísticas do jornal ZH.

Como membros integrantes representantes dessa subcomissão estiveram participando o MTG, a Fundação Instituto de Tradição e Folclore, a Estância da Poesia Crioula, a LDN, a Secretaria da Fazenda, a Secretaria da Justiça, a Fundação Gaúcha do Trabalho, a PUCRS, a Federação dos Empregados no Comércio do Rio Grande do Sul e a Secretaria de Coordenação e Planejamento²⁸.

Apesar de o grupo ser composto por diversos integrantes, o MTG organizou os eventos com maior destaque. Ficaram a cargo do MTG os seguintes projetos: a Reconstituição

²⁷ Relatório de atividades da subcomissão de Estudos das Relações Interculturais, FSRF, cx 2.

²⁸ Ibid.

da Instalação da República Rio-Grandense em Piratini, o XXX Congresso Tradicionalista também em Piratini, o Rodeio dos Rodeios²⁹, o XXII Convenção Tradicionalista em Caçapava do Sul, a Semana do Folclore em agosto, a terceira mostra do Livro Regionalista Gaúcho, em setembro, a Reconstituição da Tomada de Porto Alegre, o Acampamento Farrapo e Desfile Farroupilha. O Seminário da cultura gaúcha em Passo Fundo, o Festival de Arte Popular e Folclore em Farroupilha em outubro. A Feira de Artesanato dos Municípios Gaúchos, o Parque de Exposição de Assis Brasil em novembro. O I Congresso Sul Americano de Tradições Gaúchas, Alegrete. Em dezembro reconstituição da Instalação da Assembleia Constituinte de 1842, Alegrete. E, para finalizar, a Reconstituição da Paz de Poncho Verde, em Dom Pedrito e a 15ª Califórnia da Canção Nativa.

Paralelamente, juntamente com a RBS, foi realizado o concurso das Primeiras Prendas do Rio Grande do Sul em maio, a Cavalgada da Chama Crioula (junho a setembro) e Festival Farroupilha de Nativismo (maio a setembro)³⁰. Conforme o relatório do MTG³¹, todas essas atividades foram subsidiadas pelo governo Estadual.

2.4 PROGRAMAÇÃO OFICIAL

Como evidenciamos acima, cada uma das subcomissões realizou diversos projetos, entre eles eventos para serem realizados em 1985, formando um Programa Oficial que foi distribuído no final de 1984. Esse programa³² foi publicado no final de 1984 para a população, além das atividades em âmbito estadual, cada município deveria também organizar-se para a comemoração com eventos próprios. Algumas das atividades tiveram maior repercussão e documentação, nesse espaço as desenvolveremos tentando compreender as proporções da comemoração como um todo.

Para abertura oficial da efeméride o Governo do Estado propôs mudar a sede do governo (incluindo os três poderes), por um tempo simbólico, em três momentos, denominado: Programa de Interiorização do Governo do Estado. Os três destinos foram as capitais farrapas, em que durante dois dias foram realizadas atividades oficiais do governo na nova sede. Em Piratini ocorreu entre 10 e 11 de janeiro, com a presença do Governador Jair

²⁹ Esse evento será analisado abaixo no subcapítulo 2.4.1.

³⁰ Relatório do Movimento Tradicionalista Gaúcho de 1985, FSRF, cx 8.

³¹ Anexos A.

³² Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, (1984), FSRF, cx 2.

Soares, do deputado Carlos Renan Kurtz, do presidente da Assembleia Legislativa, do desembargador Paulo Boeckel Veloso, do presidente do Tribunal da Justiça de Estado. Em Piratini o governador assinou um decreto tombando 15 prédios históricos e lançou o Calendário de Eventos do Sesquicentenário. Em Caçapava o programa ocorreu entre os dias 29 a 30 de abril, com representantes dos três poderes, lá se cantou oficialmente o hino do sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Finalizou-se em dezembro, na cidade de Alegrete. No dia primeiro de dezembro os representantes do Governo Estadual instalaram-se no município³³.

Dentro do programa estavam previstos concursos que ocorreram no transcurso de 1985, com o objetivo de promover o Ano do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha em todos os municípios do Estado. Entre eles destacaremos três, que possuíram apoio da RBS e cobertura do jornal ZH: o Hino do Sesquicentenário, Chamada dos Descendentes e o Papel da Mulher na Revolução Farroupilha.

O Hino do Sesquicentenário foi promovido pela Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, a RBS, a Ordem dos Músicos do Rio Grande do Sul e a Petrobrás.

Esta promoção visou afirmar, através do hino, a importância da preservação das mais caras tradições Rio-Grandenses; valorizar os músicos e poetas para impulsionar o movimento artístico do Estado, bem como comprovar a relevante posição do gaúcho na formação de usos e costumes englobando os fatos de sua história³⁴.

A campanha foi lançada pelo jornal ZH e teve como vencedores Jair Ferreira, responsável pela letra e Marcos Virmond, responsável pela música. O Hino foi editado em um compacto, juntamente com o Hino rio-grandense que foi distribuído gratuitamente em escolas, bibliotecas, discotecas municipais e outros.

Este hino foi lançado, sob a regência do maestro Túlio Belardi, em Caçapava do Sul em 16 de maio de 1985 dentro da programação da segunda interiorização do governo. Esteve presente na solenidade o representante da RBS, diretor comercial da ZH, Madruga Duarte (ADAMATTI, 1985, p. 13). Abaixo segue a letra:

³³ Ata de instalação do Governo do Estado na cidade de Alegrete, FSRF, cx 17.

³⁴ Atividades do ano do Sesquicentenário (1985), FSRF, cx 23.

Hino do Sesquicentenário Farroupilha
 Passado um século e meio
 Mas a luta prossegue igual
 No Rio Grande o mesmo anseio,
 Dos farrapos o mesmo ideal,

Recordando o entrechoque das lanças,
 Os combates da Revolução,
 Esta data renova esperanças
 Nos justos princípios da Federação.

Liberdade, Igualdade, Humanidade,
 Na bandeira dos Farrapos,
 Este é o lema que não tem par,
 Que hoje e sempre cabe a nós reafirmar.

Levantai-vos gaúchos de novo.
 Reerguei o brasão regional.
 Ao Brasil lembrai que este povo
 Tem sua fé na união nacional.

Evocai os guerreiros que,
 Audazes da Justiça, acenderam os faróis
 Comandados por Bento Gonçalves
 Salve, salve, Saudai os Heróis.

A letra do Hino manteve o que Nedel (2005) denominou por “desdobramento do patriotismo” onde foi ressaltada a cultura tradicional do Estado concomitantemente com o nacionalismo brasileiro ao exaltar os símbolos regionais bem como seu pertencimento nacional (uma não existindo sem a outra). Outro ponto trabalhado foi a busca por uma similitude entre o passado (1835) e o presente (1985) em relação aos objetivos de federação e de sentimento patriótico. A federação³⁵ entendida no Hino foi aquele de contexto nacional e a elevação do maior herói da Revolução Farroupilha: Bento Gonçalves.

³⁵ Assim como nenhum conceito fica estancado ao longo do tempo, federalismo pode ser considerado um em 1985 e outro no decênio 1835-45. Como o hino do Sesquicentenário retoma a federação buscada na Revolução, Padoin (2001) pode nos auxiliar a compreender um pouco melhor sobre esse conceito. Para a historiadora “o federalismo (...) é definido como sendo uma teoria que fundamenta uma forma de Estado e sua organização interna e externa, forma que regulamenta as relações entre Estados e, ainda, como ideologia que se oporá em alguns momentos e discursos, à monarquia e ao centralismo” (PADOIN, 2001, p. 91). Padoin (2001) ainda aprofunda esse argumento: “a idéia de federação, no século XIX, não estava exclusivamente ligada à idéia de república, pois existiram facções que defenderam propostas federalistas vinculadas à monarquia” (p. 92). Porém,

O segundo projeto de fôlego da comemoração foi o Projeto Chamada dos Descendentes, organizado pelas subcomissões de Geografia e História e de Eventos Culturais e Turísticos. Tinha como objetivo buscar pessoas que, por meio de comprovação, fossem descendentes de participantes da guerra farroupilha. A comprovação foi feita mediante a criação de uma árvore genealógica com certidões que corroborassem as informações contidas nela. Como premiação, o descendente, em um ato solene no dia 20 de setembro, ganhou um diploma oficial de descendente de antepassado ilustre. Para comprovação uma cópia foi entregue para a Subcomissão de Geografia e História para averiguação de validade³⁶.

Em pronunciamento oficial, o presidente da Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, sobre a Chamada dos Descendentes, em 20 de setembro de 1985, com o intuito de entregar o certificado, citou Bento Gonçalves: “nunca esqueçais que sois administradores do melhor patrimônio das gerações que vos devem suceder, que este patrimônio é a liberdade, e que estais na obrigação de defendê-la à custa de vosso sangue e de vossa existência³⁷”.

O terceiro concurso, O papel da mulher na Revolução Farroupilha, não teve a visibilidade dos demais. Assim como a documentação foi muito pequena no FSRF, o jornal ZH reservou um espaço muito diminuto em algumas edições. Esse foi um concurso de monografias (realizado entre junho a outubro de 1985) em que o tema deveria ser a participação da mulher na Revolução Farroupilha. Cada inscrito deveria criar uma monografia e como premiação, para aquela selecionada, receberia uma joia da loja Casa Masson. Os trabalhos premiados seriam publicados pela Editora Tchê, em co-edição com a Casa Masson.

No jornal ZH, no dia 22 de junho de 1985, foi publicada uma nota de abertura oficial do concurso que ocorreu no auditório da Casa Civil do Palácio Piratini. Nessa publicação foi noticiado que seria um concurso literário e que seria um convênio entre a primeira dama do Estado, dona Diónea Soares, o diretor da Casa Masson, Paulo Afonso Floriani, o Secretário da Comissão Executiva do Sesquicentenário, Tarcísio Deretti.

É interessante ressaltar o simbolismo na presença da primeira dama do Estado e da premiação do concurso. Podemos influir que não existia o objetivo no concurso de esclarecer fatos sobre a participação feminina na Revolução Farroupilha, mas em manter a romântica

como o hino do Sesqui também resgata a história pública/oficial, aquela pertencente à memória farroupilha, a federação pensada em 1985 não considerou esse embate de idéias, remetendo superficialmente à organização dos Estados na nação brasileira.

³⁶ Chamada dos descendentes dos heróis farroupilhas, FSRF, cx 30.

³⁷ Pronunciamento do Presidente da Comissão Executiva, p. 5, FSRF, cx12.

participação da mulher na personificação do mito de Anita Garibaldi. Para a historiadora Ramos (2009) a mulher não possuiu um papel de protagonismo, mas sim

podemos dizer que o papel que lhes coube foi principalmente o de ficar na retaguarda, participando de forma mais velada. Significou para a maioria delas, ficar nos bastidores com os filhos, com os bens e/ou com a responsabilidade de ‘tocar a vida adiante’ (RAMOS, 2009, s/p).

Apesar do papel da mulher ser pouco aprofundado ainda hoje, foi, sem dúvida, de grande importância na Revolução. Porém, a memória farroupilha mantém a figura de Anita como ícone, sem grandes aprofundamentos. O projeto de monografias, pelo pouco espaço reservado na divulgação e pela limitada propagação do resultado, restringiu-se em promover a loja que premiou o vencedor.

2.4.1 Rodeio dos rodeios e Cavalgada da Chama Crioula

O Rodeio dos Rodeios e a Cavalgada da Chama Crioula foram dois grandes eventos realizados dentro do calendário das comemorações do Sesquicentenário. Um se propôs a abertura ao grande público e o outro um evento tradicional durante a semana farroupilha. Ambos organizados em conjunto com o MTG. Queremos mostrar a organização de ambos bem como quem esteve por traz na realização (para além do MTG).

O primeiro deles, Rodeio dos Rodeios, foi criado especialmente como festa de abertura oficial, durante os dias 23 a 31 de março no Parque de Exposições Assis Brasil em Esteio. Com o apoio do Governo do Estado, da Secretaria da Indústria e Comércio, da Secretaria da Agricultura e da Companhia Riograndense de Turismo (CR-TUR), organizado pelo MTG, com promoção e realização Feninvest – Empreendimentos e participação e divulgação da RBS.

Definido pela Feninvest como o “maior evento tradicionalista jamais realizado no país”, foi um misto de feira e festa. Dentro dos eventos realizados esteve na feira um festival de culinária, os participantes foram representantes dos municípios convidados. Os pratos criados pelos municípios deveriam ser típicos da culinária gaúcha, podendo incluir as heranças italianas e alemãs. Também foi organizada uma feira de artesanato. Com direito a

acampamento, criando uma “cidade de lona”, a festa teve diversas provas campeiras, como concurso de gineteada, de laço em dupla e individual, laço piá individual, maratona campeira e concurso de rédeas, declamação de poesias adulto e mirim, trova, gaita, danças e violão, chula adulta e infantil, culinária, melhor restaurante e acampamento e gaúcho padrão. Diversos CTG’s do Estado foram convidados para a realização. O evento deveria ser autofinanciável, uma vez que todos os concursos acima citados tiveram premiação em dinheiro, por isso houve ingresso pago.

O segundo evento, já tradicional na semana farroupilha, A Cavalgada da Chama Crioula é um evento tradicional que ocorre anualmente na Semana Farroupilha. Em 1985, porém, o seu percurso foi aumentado e iniciou em 29 de junho com o término em 14 de setembro – início da Semana Farroupilha – em Porto Alegre.

A cavalgada partiu de São José do Norte, percorrendo pelas cidades de Rio Grande, Pelotas e Jaguarão, em direção as três capitais farroupilhas, Piratini, Caçapava do Sul e Alegrete, São Borja, Cruz Alta, Cachoeira do Sul, Rio Pardo, Triunfo, Guaíba, Santo Antonio da Patrulha e finalizado em Porto Alegre.

A promoção do evento ficou a cargo da RBS, MTG e Anador Comprimidos. A solenidade de partida da cavalgada aconteceu em São José do Norte com a presença de um representante do governo, o secretário da Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, Tarcísio Deretti que acendeu a chama crioula, num candeeiro.

Esse objeto, que por definição é uma peça que guarda a Chama Crioula e vem acompanhada de archote e apagador como acessórios, possuiu relevância no contexto das comemorações, pois esteve inserido em um dos projetos propostos, havendo a tentativa de oficializar o candeeiro crioulo como símbolo da semana farroupilha³⁸.

Na solenidade foram cantados os hinos do Brasil e do Rio Grande do Sul. Também estiveram presentes o presidente da Assembleia Legislativa do Estado, o deputado Valdomiro Lima (PDT), o presidente da Caixa Econômica Estadual, Octávio Germano, o coordenador da 6ª Região do MTG, Anísio Machado da Costa e o gerente executivo de Marketing da RBS, Claro Gilberto.

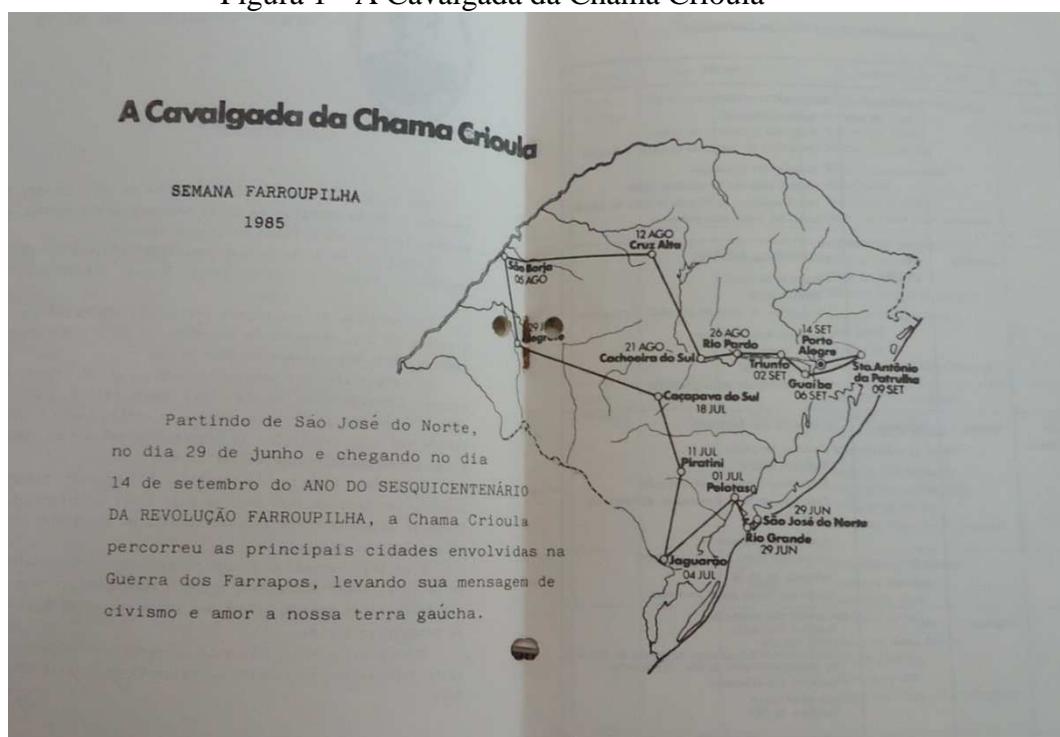
Nilson Mariano, jornalista da RBS, descreveu a cavalgada da seguinte maneira: “Velhos gaúchos, endurecidos pelas lidas campeiras, capricharam ao encilhar os cavalos, lustrar as botas, ensebar os arreios, emalar os ponchos e colocar a cachaça nas guampas-recipientes, para suportar o frio” (NILSON, 1985, p. 35). O uso de expressões gaúchas

³⁸ FSRF, cx 32, 1985.

demonstrou que o jornal tendeu a identificar-se com a tradição gaúcha (aprofundaremos essa questão no capítulo 4).

Abaixo está o mapa com o trajeto da cavalgada já descrito. Na narração ao lado vemos o uso da palavra “guerra”, uma das poucas vezes utilizada em documentos e nas divulgações. Esse mapa foi publicado em um panfleto com a programação da semana farroupilha e também divulgado no jornal ZH.

Figura 1 - A Cavalgada da Chama Crioula



Fonte: Programação oficial da Semana Farroupilha em 1985. FSRF, caixa 13.

2.4.2 Fundação Quatorze Farroupilha

Como tentativa de manter ativas pesquisas relativas à Revolução Farroupilha, a Comissão Executiva propôs a criação de uma fundação que foi denominada: Fundação Quatorze Farroupilha. Sua composição inicial foi dos 14 municípios farroupilhas (assim colocado nos documentos do FSRF) – ou melhor, os 14 municípios que existiam durante a

Revolução Farroupilha, lembrando que nem todos foram farroupilhas – teria validade em todo o território Estadual com sede em Porto Alegre.

A Fundação tinha por finalidade, com foco em estudos sobre a Revolução, também incentivar a pesquisa sobre a história do Rio Grande do Sul bem como o ensino da temática, demarcar e conservar locais históricos, coletar documentos de interesse, promover eventos e participar das futuras comemorações sobre a Revolução Farroupilha. Entre as finalidades, uma destacou-se para nós, a terceira: “Preservar e difundir a memória dos farroupilhas e do passado riograndense, estimulando, a seu exemplo, as virtudes cívicas, o espírito público e o amor à liberdade³⁹”. Os objetivos são muito mais a manutenção da memória construída sobre a Revolução Farroupilha do que os fatos propriamente ditos da guerra.

Os prefeitos de cada cidade participante formariam um Conselho Deliberativo. A instituição seria mantida com fundos das cidades envolvidas, uma porcentagem da arrecadação municipal seria revertida para a fundação. A destinação de um local e equipamentos ficou de responsabilidade do município de Porto Alegre, sendo escolhido a sede provisória na rua Coronel Vicente, número 21. Ficou decidido que para a extinção da Fundação o mesmo deveria ser votado no conselho Deliberativo e apenas por dois motivos: por não ter recursos mínimos ou por não ter mais finalidade⁴⁰.

Em 07 de novembro de 1984 na Casa Civil aprovou o Estatuto da Fundação que teve como primeiro presidente eleito: Otomar Oleques Vivian (então prefeito de Caçapava do Sul). No FSRF encontramos um texto de lei que foi redigido, mas não conseguimos averiguar se foi realmente aprovado e publicado em Diário Oficial. O texto ia de consonância com o Estatuto, dando autonomia administrativa, econômica e financeira. Para fins de incentivo, fizeram um convênio com o Estado em que teriam um recurso destinado para o ano de 1987⁴¹.

A organização cultural dos municípios farrapos deixou de ser Fundação Quatorze Farroupilha para ser apenas Fundação Farroupilha, um dos motivos foi a inserção de Laguna e Lages entre os municípios envolvidos⁴². A Fundação foi finalmente instituída em 25 de novembro de 1985 em Triunfo. Manteve atividades ao longo de 1986 durante o sesquicentenário da Proclamação da República Farroupilha, um evento com menor destaque no Estado.

³⁹ Estatuto da Fundação Quatorze Farroupilhas, FSRF, cx 1.

⁴⁰ Ibid.

⁴¹ Convênio, FSRF, cx 4.

⁴² Proposta de programa e orçamento – 1986, FSRF, cx 4.

2.5 DISCURSO OFICIAL, UMA HISTÓRIA PÚBLICA

Ela (a história pública) é uma arena de disputas vigorosas, na qual adversários ideológicos lutam pelo legado, patrimônio e memória pública de acontecimentos ocorridos há muito ou há pouco tempo, e que ainda estão se desdobrando (ZAHAVI, p. 53, 2011).

Diversos pronunciamentos oficiais foram realizados desde a criação do Decreto número 31.381 em 1983. Aqueles encontrados no FSRF eram cópias, muitas vezes estavam sem a data, sem o nome de quem discursou, nem o local onde foi transmitido. Porém, o conteúdo dos discursos nos dá indícios sobre a visão do Governo Estadual em relação ao Sesquicentenário, ao compreendermos que o representante que proferiu o discurso estava transmitindo o olhar oficial e toda a dimensão que isso acarretaria. Essa visão muitas vezes foi linear e perpassou todos os membros políticos envolvidos na organização da comemoração.

Em um pronunciamento oficial, no dia 20 de setembro, o Deputado Adylson Motta iniciou seu discurso com a seguinte frase: “Creio se possa afirmar que a história em si não tem sentido, mas cabe ao ser humano imprimir-lhe o significado que seu discernimento e liberdade permitem⁴³”. O deputado referiu-se aos usos do passado pelo presente, e como esse presente vai dar sentido ao passado, ao que parece, vai ganhando significações conforme o lugar pelo qual se observa e possui demanda. Vamos então procurar compreender o olhar dado pelo Governo do Estado nos discursos encontrados no FSRF.

Na análise realizada encontramos a recorrência em excesso do uso da palavra “honra” geralmente associada a uma pessoa ou atitude farrapa, tornando-os, no contexto do discurso, praticamente interligados, como podemos perceber no excerto na fala proferida no Palácio Piratini em março de 1984: “homens cujo caráter se confundia com a própria honra⁴⁴”.

A construção textual dos discursos elevava os personagens do cenário da Revolução em farroupilhas e heróis, muitas vezes chamados de “vultos”. No mesmo discurso acima comentado perceberemos a referência: “A têmpera de um Bento Gonçalves⁴⁵, de um Souza

⁴³ Pronunciamento do Presidente da Comissão Executiva, 20/09/1985, Palácio Piratini, Salão Negrinho do Pastoreio, FSRF, cx 12.

⁴⁴ Sesquicentenário Farroupilha, 29 de março de 1984, FSRF, cx 10

⁴⁵ Estancieiro e Coronel, comandante da fronteira de Jaguarão, que atuou como um dos líderes na Revolução Farroupilha sendo eleito, mesmo que na época estivesse preso, presidente da República Riograndense em 1836 (FARINATTI, 2010). Em pesquisas recentes verificou-se a prática de contrabando do estancieiro, sendo essa uma prática comum naquele período, que mantinha negócios também na Província Cisplatina, conforme Gil (2002) em sua dissertação de mestrado. Apesar de serem pesquisas recentes, contemporâneas à época já existiam

Neto⁴⁶, de um David Canabarro⁴⁷, nossos filhos irão cultuá-la [a história da Revolução Farroupilha] (...)”.

Entre os “vultos” a única referência feminina que esteve presente em um discurso realizado em Laguna foi a Anita Garibaldi⁴⁸. A sua imagem foi construída como o grande destaque na participação da conquista de Laguna na Revolução restringindo-se ao relacionamento amoroso com Garibaldi⁴⁹. Ao referir-se ao local descreveram-no como “o cenário [Laguna] do inesgotável amor humano” e como a “Terra (Laguna) que enviou Anita, a formosa Ana de Jesus Ribeiro, para a América e para o mundo, a atestar o valor da mulher como lutadora da liberdade e alentadora dos ideais⁵⁰”. Uma das construções possíveis foi a de que o olhar oficial buscou, por meio desse discurso de enaltecimento do amor entre os dois personagens, dissociar a participação de Laguna na República Juliana (FAGUNDES, 1984), deixando assim ao esquecimento a possibilidade de separação desse território, juntamente com o da Província de São Pedro, do restante do território brasileiro (PADOIN, 2001).

Voltando ao discurso do Presidente da Comissão Executiva do Sesquicentenário, deputado Adylson Motta, no Palácio Piratini, percebemos que esses “vultos” possuem características muito elevadas o que faz crer que são seres superiores a simples seres humanos, são heróis, mantendo aquela construção romântica da literatura gaúcha observada pela historiadora Albeche (1996).

Aqueles vultos dotados de fibra e coragem, que levaram o Brasil muito ao Sul e além do meridiano de Tordesilhas, tentando a realização de almejados sonhos e utopias, crescem aos nossos olhos quando examinamos episódios como a expansão das fronteiras, as missões e muito especialmente a Revolução Farroupilha. Avultam, porém, de forma bem mais significativa em nossos corações, quando verificamos

estudos em andamento que apontavam esse caminho, como nos trabalhos de Pesavento e Piccolo (ambos os artigos publicados em 1985) fato desconsiderado nas comemorações.

⁴⁶ General da Revolução Farroupilha, atuava em Rio Grande na Guarda Nacional quando optou por iniciar a guerra (FAGUNDES, 1984).

⁴⁷ General David Canabarro foi um militar farroupilha.

⁴⁸ Fagundes (1984) fala brevemente de sua participação, para o militar: “foi em Laguna que Garibaldi conheceu aquela que seria a maior e mais duradoura paixão de sua vida, Ana Maria de Jesus, que perante a História ficaria conhecida como Anita” (p. 262). Sua participação na Revolução ficou praticamente restrita a esse detalhe, o amor com Garibaldi.

⁴⁹ Giuseppe Garibaldi, italiano, conheceu Bento Gonçalves em 1836 no presídio no Rio de Janeiro, tendo também o seu primeiro contato com a Revolução. “A maior contribuição de Garibaldi no movimento farroupilha foi sua atuação como corsário, coadjuvando David Canabarro e Teixeira Nunes na tomada de Laguna” (FLORES, 1978, p. 50). Para tal empreitada protagonizou o que Fagundes (1984) denominou de “a lendária travessia dos lanchões de Garibaldi” onde transportou os lanchões Seival e Farroupilha por terra sobre rodas num percurso de mais de 50 milhas entre a, então, Lagoa dos Patos até a Barra do Tramandaí (p. 248, 249).

⁵⁰ Sesquicentenário Farroupilha, Laguna, julho de 1985, FSRF, cx 25.

que quase tudo fizeram ornados de insuperáveis virtudes cívicas, orgulho de nossas tradições, para construir um Rio Grande que ainda desejamos⁵¹.

O excerto acima fala muito mais do que “vultos”, fala do presente (em 1985), relacionando-o aos objetivos de 1835, ou melhor, de representações construídas e mantidas na memória farroupilha, com os de 1985. Em todos os discursos analisados essa relação foi realizada. Ficou bem nítida a intenção de buscar no passado argumentos para subsidiar as solicitações do presente. Os farrapos, diziam nos discursos, lutavam por maior autonomia em suas políticas, queriam melhores condições econômicas (diminuição nos impostos). Em 1985 o Rio Grande do Sul queria o mesmo. Como verificamos no discurso proferido em Laguna, em 1985: “E, por isto, levantamos a bandeira da reforma tributária, que hoje se confunde com o estandarte farrapo, exigindo o desmantelamento, na nova república, da patologia fiscalista do ciclo autoritário que queremos superar⁵²”.

Ainda em 1984, o então governador Jair Soares já realçava essa comparação, mostrando a atualidade da Revolução Farroupilha: “Creiam senhores governadores municipais, mais do que nunca, estamos lado a lado, para encontrar as soluções a que o velho sonho farroupilha aspirava⁵³”. O governador também enfatizou os laços nacionais que ligam ao regionalismo gaúcho, demonstrando assim que, apesar das insistentes acusações de separatismos, o Rio Grande do Sul apoiaria o governo nacional, como no trecho: “Nossos juristas, nossos políticos, e nosso povo, estão prontos a aliar-se ao Brasil na lavratura da constituição liberal e legítima que a redemocratização está a requerer⁵⁴”. Ao prosseguir afirmou:

Homens de caráter, habituados a ouvir com respeito e a falar com sinceridade, queremos os legislativos engrandecidos, mesmo que isto determine uma prudente retração dos poderes dos executivos, onde quer que tenham exorbitado, a abertura não se destina a enfraquecer o executivo, mas deverá submetê-lo tecnicamente, juridicamente e moralmente ao princípio democrático da harmonia dos poderes⁵⁵.

⁵¹ Pronunciamento do Presidente da Comissão Executiva, 20/09/1985, Palácio Piratini, Salão Negrinho do Pastoreio, FSRF, cx 12.

⁵² Sesquicentenário Farroupilha, Laguna, julho de 1985, FSRF, cx 25.

⁵³ Discurso do Governador do Estado, 29/03/1984, FSRF, cx18.

⁵⁴ Ibid.

⁵⁵ Ibid.

Assim construiu-se nos discursos uma narrativa que revelava a intenção de ratificar a brasilidade da Revolução Farroupilha – ao exaltar a redemocratização e sua importância – ao mesmo tempo em que reivindicavam soluções para os problemas do Estado. Como no discurso proferido em Laguna, no trecho: “em nossas terras foram plantando raízes duradouras de brasilidade⁵⁶” e, também, verificaremos no discurso em Brasília em 1985, conforme excerto abaixo:

Nasceu brasileiro por um ato de sua vontade, forjada na grandeza da sua moralidade cívica, testada no contínuo convite de aliar-se aos espanhóis, crismada em mil batalhas de fronteira, confirmando com o sangue sua adesão apaixonada ao nosso país continental comum, os gaúchos souberam ser brasileiros, não pela inércia dos submissos, mas com a flama dos compromissados⁵⁷.

A criação do gaúcho foi um tema abordado nas narrativas, indicando sua origem na Revolução Farroupilha. A própria Revolução possuiu uma construção própria nos discursos em que fora trabalhada como um acontecimento “não bélico” e, por consequência, “não violento”, mas sim, “atos humanos de bravura”. Isto fica evidente na supressão da palavra “guerra” ao remeterem-se ao fato histórico, uma vez que fora utilizado sempre a denominação “Revolução Farroupilha”. O excerto abaixo nos serve de exemplo, pois por mais que falem do sofrimento que os farrapos passaram, utilizam-se de palavras que os enaltecem e nunca citam diretamente atos de violência:

Outra vez congrega-se a pátria gaúcha, unida como um só povo, fiel ao seu passado de probidade política, oferecendo ao Brasil sua voz patriótica e séria, em defesa do ideal republicano e federativo, **pelo qual os farrapos pagaram todos os preços, entregaram suas vidas, e de tudo abdicaram, com exceção da honra⁵⁸** (grifo nosso).

Pudemos inferir que nos discursos oficiais proferidos ao longo das comemorações houve o cuidado em manter a Revolução Farroupilha como um mito fundador, e em deixar aparecer apenas um lado: o farroupilha que, durante a Revolução, defendeu o território

⁵⁶ Sesquicentenário Farroupilha, Laguna, julho de 1985, FSRF, cx 25.

⁵⁷ Comemoração do sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Brasília. 1º/10/1985. FSRF, cx 25.

⁵⁸ Discurso do Governador do Estado, 29/03/1984, FSRF, cx 18.

brasileiro. As narrativas utilizaram de uma estratégia de aproximação entre as características e intenções dos heróis de 1835 com o povo de 1985.

2.6 MEDIAÇÕES OFICIAIS

E é justo em razão da obsolescência desse passado, que a rebeldia antes condenada pode derivar, pela mão das apropriações políticas, em uma afeição “congenita” a liberdade, fazendo dele o defensor “nato” dos ideais federalistas republicanos, outra marca sempre presentes nas ficções gauchescas (NEDEL, 2005, p. 107).

As construções mediadas pelo Governo do Estado não foram de maneira nenhuma ingênuas. Estiveram em consonância com aquelas construídas ainda na década de 1920, com a criação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (que abordaremos no próximo capítulo).

Essa construção deu-se ao longo dos anos, como verificamos nas constantes alterações dos decretos que estabelecem a semana farroupilha. Nelas encontrou-se a seguinte complementação: “em homenagem e memória aos farrapos”. Essa memória, a memória farroupilha exaltada, nas comemorações trouxe, em 1985, apenas um lado da guerra⁵⁹, lado esse idealizado, como se todos da então província de São Pedro tivessem se rebelado por igual. Poderíamos refletir nessa construção inferindo que no momento em que há apenas um lado anula-se o conflito, entrando em um longo processo de esquecimento (RICOEUR, 2012). Porém, a historiografia vem nos mostrando, desde a década de 1970, que a participação do lado farrapo não foi homogênea e muito menos todos os municípios da época foram farrapos (FLORES, 1978; PICCOLO, 1985, PADOIN, 2001; FRANCO, 2000). Porém, a construção das redações dos decretos estaduais nos mostrou que a memória farroupilha não é a mesma das produções acadêmicas, acentuado pelo fato de deixar o MTG e a Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo encarregados da organização das comemorações e não a Secretaria de Educação ou alguma universidade, por exemplo.

Em quase todas as Subcomissões criadas houve a participação do MTG e da LDN demonstrando assim que a Revolução que quiseram lembrar é aquela pertencente às

⁵⁹ Piccolo (1985) já trazia o termo guerra para a “Revolução Farroupilha”, alguns historiadores trabalham com naturalidade o lado bélico do fato histórico, porém na memória farroupilha essa questão vem sendo trabalhada de maneira idealizada, destacando-se apenas aspectos positivos (existentes ou construídos) do fato histórico.

construções tradicionais da memória farroupilha. Com tônicas conservadoras, como verificamos na forte presença da LDN, uma entidade cívico-cultural, fundada em 1916, possuindo (ainda hoje) como objetivo “robustecer na opinião pública nacional um elevado sentimento de patriotismo⁶⁰”, a sua inserção nesse contexto pode nos indicar a intenção de criar um estado de ufanismo nos cidadãos.

Também é importante ressaltar que a única subcomissão que possuiu como integrante representante a Secretaria da Fazenda foi a de Tradição e Folclore, uma das mais ativas em relação aos projetos realizados, sempre com a organização do MTG.

⁶⁰ Liga de Defesa Nacional.

3 HISTORIOGRAFIA E ENSINO: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL (?)

O passado é [...] uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana. O problema para os historiadores é analisar a natureza desse “sentido do passado” na sociedade e localizar suas mudanças e transformações (HOBSBAWM, 2011, p. 22).

A escrita da história vem sendo constantemente realizada, com contornos tradicionais ou então altamente reacionários. Intelectuais dispensam tempo e esforço para defenderem sua tese ou apenas ratificar uma já em voga. Constatam-se nestes escritos diferentes abordagens e apropriações possíveis nas diversas obras da historiografia.

Ao retomarmos as possibilidades da tradição inventada, verificamos que existe a alternativa de tornar o passado um artefato ou uma fabricação (HOBSBAWM, 2011, p. 28). Quando se trata, então, da escrita de um passado “fabricado”, apropriações que visem desconstruí-lo convertem-se em tarefas complexas e delicadas, principalmente no âmbito da recepção da obra (ainda mais quando nos referirmos a um mito da memória de um a sociedade). Lembrando que as manipulações do passado servem para legitimar ações do presente e também “fornece(r) um pano de fundo mais glorioso a um presente que não tem o que comemorar” (HOBSBAWM, 2011, p. 17), voltamos nossa atenção ao nosso “artefato”, a Revolução Farroupilha, e a sua escrita.

A escrita sobre a Revolução Farroupilha remonta ao acontecimento imediato¹, sendo constantemente revista para ratificar perspectivas consolidadas ou para buscar novos olhares. Ainda verificamos nesta caminhada diversos pontos que foram constantemente trabalhados e que possuem em sua abordagem polêmicas e questões não resolvidas, mas foi a partir desse evento – a Revolução – que se constituiu e repercutiu uma memória farroupilha (uma seleção de eventos da farroupilha).

O fato, Revolução Farroupilha, se passou no atual Estado do Rio Grande do Sul, região de fronteira e em constante estado de litígio (ALVES, 2004, p. 16) e durou quase 10 anos onde houve diversas batalhas e conflitos entre ambos os lados (farroupilhas – como eram conhecidos os rebeldes - e imperiais). De acordo com Flores (1978) e Alves (2004) podemos dividi-la em momentos ou fases, sendo que os três principais foram: a sedição, entre 20 de setembro de 1835 a 11 de setembro de 1836, a rebelião, onde houve uma ruptura institucional,

¹ Como a transcrição do texto, pelo AHRS, “Memória histórica da Revolução Farroupilha” de Rodrigo de Souza da Silva Pontes, que narrou as principais causas da sedição (dessa maneira identificada pelo autor) de 1835.

entre 11 de setembro de 1836 e novembro de 1839, e a volta ao império, em março de 1845². Nem todos os 14 municípios da então Província de São Pedro aderiram à causa farroupilha.

De acordo com Padoin (2001, p. 76-77) “a Revolução Farroupilha surgiu como fruto dos interesses econômicos e políticos da elite da campanha riograndense e de outros setores sociais que, por vínculos e crenças políticas, se uniram em um projeto político que teve no federalismo sua bandeira”. Para Flores (1985) os motivos para a eclosão da guerra foram, principalmente, dois: a falta de autonomia provincial, intensificada pela regência, com a nomeação de presidentes pela própria corte e a acusação do então presidente provincial, Fernandes Braga, para os farroupilhas de serem separatistas.

Para Flores (1978) “o uso do termo farroupilha não significa que a revolução foi realizada pelo povo ou pelos maltrapilhos; seu uso teve como objetivo atrair as massas, pois os liberais, coerentes com sua doutrina, não pretendiam dar ao povo nenhuma participação no governo” (p. 24). Porém, ainda encontramos disseminada a construção na memória farroupilha que partiu da definição de Fagundes (1984) para o termo, em que se associa a palavra farrapo aos trajes utilizados pelos guerreiros, pobres que lutavam bravamente e com poucos provimentos. Na historiografia, a denominação “farrapo” foi largamente empregada para qualificar o lado rebelde da Revolução, o lado oposto foi denominado “imperial”.

No decênio da Revolução os farroupilhas pertenciam a uma elite que Padoin (2001) identificou como sendo composta por estancieiros, militares, charqueadores, comerciantes e sacerdotes (p.77). Nem todos aqueles pertencentes à elite e nem todos os que viviam no território da então Província de São Pedro eram farroupilhas; e não somente esses, pois houve adesões de algumas pessoas que viviam nas localidades próximas, como na Banda Oriental, que também aderiram à causa (PADOIN, 2001).

Inegáveis foram as influências da Banda Oriental no pensamento e nas ações farroupilhas. Demonstram isso tanto Padoin (2011) quanto Piccolo (1985a), ao trazerem a importância da anexação da Província Cisplatina ao território brasileiro, em 1821, e como a sua independência alterou o contexto econômico da Província de São Pedro, em 1828. Também é importante destacar a intensa movimentação dos farrapos nesse território para utilização do porto, uma vez que o único porto da Província, Rio Grande, sempre fora imperial.

² Poderíamos pensar ainda numa terceira fase, que corresponderia logo após a ruptura institucional, entre 1839 a 1844, que corresponderia ao recuo farroupilha, em que se segue uma série de derrotas do lado rebelde, com a perda do território de Laguna sendo finalizado com as tratativas de paz no governo de Caxias.

Pesavento (1985) também refletiu sobre o liberalismo do início do século XIX, no contexto farroupilha, afirmando que ele havia sido “metabolizado”, pois “o processo histórico da colonização/descolonização havia gerado contradições, formando cá e lá, agentes sociais portadores de um modo liberal de agir” (p.29). Conforme Alves (2004),

Os liberais rio-grandenses defendiam a ideia de que o governo deveria pertencer a uma elite que escolheria os representantes do povo, massa bruta que não tinha condições de participar nem de eleições. Deste modo, os rebeldes farroupilhas moldaram um pensamento liberal peculiar, com evidente conotação elitista, que serviu para legitimar suas posturas e atingir seus intentos naquele determinado momento histórico (p. 32).

A pacificação do território só se realizou a partir da nomeação do Presidente Barão de Caxias envidado do Império Brasileiro. Desde 1842 houve intensas ações e negociações que originaram a Paz de Ponche Verde finalizando a Revolução. Os farroupilhas obtiveram perdão imperial em relação aos seus atos durante a guerra, liberação dos prisioneiros, escolha do presidente da Província, mantendo-se Caxias como presidente da mesma (ALVES, 2004, p. 41).

A questão separatista da Revolução e, em contrapartida, a brasilidade da Revolução Farroupilha vem sendo discutida e abordada constantemente. Uma está cheia de polêmicas e permeada de críticas ao longo dos anos, a outra tem boa recepção em diversos setores da sociedade. Com maior preferência à segunda abordagem, a brasilidade vem sendo construída como algo consolidado nas diversas obras e discursos, uma “verdade histórica”, e, muitas vezes, como algo indiscutível. Por isso a ênfase no seu início e não em seu fim. A grande vitória da guerra foi a luta pelo território Brasileiro. Essa e outras “verdades” estão presentes na memória farroupilha, que como vimos, possui como um de seus mediadores as ações da política do Estado. Porém, houve uma construção para que chegasse a essa (sensível) cristalização. A escrita da história foi tecida por polêmicas, principalmente em relação à construção da memória Farroupilha e suas mediações (quando nos focamos essencialmente na historiografia sulina), como demonstrou Alves a partir da análise de um recorte temporal:

A partir do processo histórico que redundaria na Revolução de 1830, no entanto, a historiografia intentaria criar novas interpretações para a revolta dos farroupilhas, transformando-a num movimento que traduzia o civismo/patriotismo dos rio-grandenses, que teriam promovido a luta da liberdade contra a “tirania” – um

inimigo difuso, sem face, de difícil identificação -, ou seja, que teriam ‘heroicamente’ lutado em nome da brasilidade (ALVES, 2004, p. 44).

Para compreendermos as construções da escrita sobre a Revolução Farroupilha iremos nos deter, neste capítulo, na historiografia sulina e em alguns autores que se destacaram no meio cultural gaúcho para podermos compreender a produção escrita promovida pelas comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Porém, essa produção não se restringiu à publicação de livros, podendo variar na forma e, por sua acessibilidade, atingindo a uma quantidade maior de leitores. Por isso nos focaremos, posteriormente, em uma análise da educação gaúcha nas comemorações e perceber ali como foi abordado o conteúdo da Revolução Farroupilha. Albieri (2011) nos lembra da relevância desse tipo de produção escrita, já que

o estabelecimento de um conteúdo curricular e sua expressão no texto didático acabam por banalizar a educação histórica básica, aquela que será decisiva na constituição da concepção histórica básica, aquela que será decisiva na constituição da concepção de história mais disseminada numa cultura (ALBIERI, 2011, p. 20).

Por essa razão tentaremos aproximar aquela história escrita com aquela ensinada nas escolas, no âmbito das comemorações, visando assimilar a maneira como foi desenvolvida, estimulada e construída no meio escolar.

3.1 O RIO GRANDE DO SUL E A HISTORIOGRAFIA

O autor, mesmo quando só diz com autoridade aquilo que é, mesmo quando se limita a enunciar o ser, produz uma mudança no ser: ao dizer as coisas com autoridade, quer dizer, à vista de todos e em nome de todos, publicamente e oficialmente, ele subtrai-as ao arbitrário, sancionando-as, santifica-as, consagra-as, fazendo-as existir como dignas de existir, como conformes à natureza das coisas, “naturais”. (BOURDIEU, 1989, p. 114)

Bourdieu (1989) nos mostra o quanto o poder simbólico permeia as diversas relações existentes, sendo real e com conseqüências concretas. O intelectual, ou autor como coloca Bourdieu, possui (ou por própria autodenominação ou por assim ser conhecido) legitimidade

para abordar um determinado assunto, usando-a para defender a sua ideia ou tese. Ao pensarmos num esforço de “enquadramento da memória” de Pollak, ou seja, um trabalho de organização e de seleção de uma determinada memória, deparamo-nos com um trabalho que possui “seus atores profissionalizados, profissionais da história das diferentes organizações que são membros de clubes e células de reflexão” (POLLAK, 1989, p.11).

Intelectuais³ da memória farroupilha, aqueles que a escrevem, a mantêm viva em diversos momentos, foram tecendo uma narrativa ao longo dos anos, construindo-a, enquadrando-a, tornando possível a entrega de um produto final. Seguindo o conceito de Pollak,

Vê-se que as memórias coletivas impostas e defendidas por um trabalho especializado de enquadramento, sem serem o único fator aglutinador, são certamente um ingrediente importante para a perenidade do tecido social e das estruturas institucionais da sociedade (POLLAK, 1989, p.12).

A estrutura institucional da sociedade gaúcha utilizou-se desse ingrediente, e o trabalho foi arduamente realizado, tendo, principalmente, o IHGRS como mola propulsora da criação e manutenção da memória farroupilha no início do século XX.

Gutfreind (1992) realizou sua tese de doutorado sobre a historiografia riograndense e estudou um grande número de intelectuais gaúchos bem como os principais temas e polêmicas de suas obras. A historiadora identificou duas matrizes ideológicas na historiografia.

Por matriz entende-se um tipo de discurso com características comuns encontradas em um conjunto de obras históricas, cujos conceitos adquirem significados ocultos, conforme a conjuntura que se desenvolve e, por isso mesmo, mantém uma vitalidade sempre eficaz. Essas matrizes representam a busca da identidade político-cultural do território sul-rio-grandense (GUTFREIND, 1992, p. 11).

Foram assim denominadas: matriz platina e matriz lusitana. Compreendeu-se que os autores da primeira matriz consideraram alguma inserção da região no contexto platino, em que, como defendia Reichel (1996, 2012), muitas contribuições culturais, econômicas e

³ Para nossa dissertação usaremos para a palavra “intelectual” o mesmo significado utilizado por Gutfreind (1992): “esse vocábulo (...) é aqui usado apenas no sentido de um trabalho que exige elaboração mental, não levando em conta preocupações qualitativas quanto à formação acadêmica dos elementos assim identificados” (p. 9).

políticas foram realizadas por meio desse intercâmbio. Os autores da segunda negavam essa relação, mostrando uma estreita aproximação com a antiga metrópole, Portugal.

Poderíamos inferir que até o início da produção acadêmica (poderia ser pensado na década de 1970 com as obras de Moacyr Flores, tendo maior ênfase após o início das pesquisas de Programas de Pós-Graduação) o tema da Revolução Farroupilha as obras publicadas estiveram divididas nessas duas matrizes propostas por Gutfreind.

Ainda no século XIX os trabalhos historiográficos trabalhavam como naturais as relações com o Prata e com as demais Províncias brasileiras. Porém, as pesquisas específicas sobre o Rio Grande do Sul já tendiam a considerar a matriz lusitana com mais ênfase e o território do Estado como naturalmente pertencente ao Brasil. Foi considerada a primeira obra escrita sobre o Rio Grande do Sul, de matriz lusitana: *Anais da Província de São Pedro*, de Visconde de São Leopoldo (GUTFREIND, 1992).

Em um “ambiente cultural bastante limitado” (GUTFREIND, 1992, p. 23) o IHGRS iniciou suas atividades na década de 1920 tornando-se referência na escrita da história do Rio Grande do Sul. Em sua pesquisa Gutfreind (1992) constatou que não havia uma influência única no pensamento intelectual nos membros do IHGRS, apesar de insistir-se no positivismo comtiano. Por essa razão a autora categorizou-os como sendo de um ecletismo teórico.

Junto com o Instituto radicalizou-se a matriz lusa na produção intelectual e as trocas com a área platina foram negadas. Conforme já colocamos a nação brasileira foi sendo consolidada a partir, com maior ênfase, após a Proclamação da República sendo intensificada com o governo de Getúlio Vargas. Nesse contexto, com um presidente gaúcho, o Estado e a produção intelectual regional buscaram alcançar uma identidade brasileira. Sendo assim, se fazia necessário

Criar a imagem de um Rio Grande do Sul brasileiro, forte, pujante, com líderes capazes de estarem à frente do poder nacional, justificando seu esforço para alcançá-lo, e finalmente conseguido com a Revolução de 1930, foi a tarefa que os construtores da História gaúcha se impuseram desde a década de 1920. A produção historiográfica corrobora a afirmação (GUTFREIND, 1992, p. 22).

Apesar da construção lusitana na historiografia gaúcha houve espaço para idéias diferentes, mesmo que em minoria, e a matriz platina encontrou ressonância em obras de alguns intelectuais:

As obras de Alcides Lima, Assis Brasil e Alfredo Varela redefiniram as relações da Província com o Centro. Passaram a enfatizar a especificidade do Rio Grande do Sul, justificando a necessidade de um regime republicano e de laços federativos entre as Províncias e, em graus diferenciados, destacavam relações com a área platina (GUTFREIND, 1992, p.17).

Ieda (1992) afirmou que ambas as matrizes, na maioria dos casos, defenderam uma história com alto teor nacionalista e a Revolução Farroupilha foi um dos temas com maior abordagem nas obras escritas que, na década de 1930, ganhou proporções de história nacional com a pesquisa de Aurélio Porto financiada pelo Governo Estadual no Arquivo Nacional. Porto em sua atuação como funcionário público no governo de Vargas propagou uma “revolução nacional, patriótica, enquadrada no panorama da formação cívica brasileira” (GUTFREIND, 1992, p. 42).

Em contrapartida a essa construção, a obra de Varela, os seis volumes da História da Grande Revolução, trouxe em sua narrativa a defesa da matriz platinista da Revolução. Onde o autor evidenciou as relações com a Região do Prata bem como a intenção de separação do restante do país. Uma versão com poucos adeptos e alvo de diversas críticas. Essa polêmica fomentou (e ainda fomenta) o espaço intelectual do Estado.

Gutfreind (1992) foi a precursora de estudos de fôlego sobre a historiografia sulina. Sua abordagem de análise, por meio das categorias “matriz sulina” e “matriz platina” foram uma maneira encontrada para compreender as construções nos discursos dos intelectuais do Estado.

Entretanto, a partir da década de 1950 a historiografia sulina, já então iniciada e em processo de consolidação, possuiu outra fase de produção intelectual. A anterior hegemonia intelectual do IHGRS passa a ser oficializada pelo crescente movimento tradicionalista que possuiu ressonância em todo o Estado.

Nedel (2005), em sua tese de doutorado, aprofundou o período de 1948 a 1965, buscando compreender como a produção intelectual se desenvolveu no Estado. A historiadora desenvolveu seu conceito de intelectual e o denominou de “intelectual de província” percebendo-o como uma figura mediadora

que, dentro de um código de conduta e de linguagem delimitado e reconhecido pelos pares, atua ao mesmo tempo como produtor e consumidor de classificações identitárias feitas para serem amplamente partilhadas, e que serão veiculadas pelos livros, pelas instituições de saber e de ensino, pelos rituais cívicos e pela máquina burocrática de gestão da memória e da cultura (NEDEL, 2005, p. 7).

Esse intelectual, para Nedel (2005), tomou a tarefa de resgatar a erudição folclórica se apropriando de temas caros a cultura gaúcha e a produção foi dividida em dois: Folcloristas do Tradicionalismo e Folcloristas polígrafos. No primeiro grupo podemos enquadrar os intelectuais do MTG, que para Nedel:

grupo composto de jovens agitadores culturais entre vinte e trinta anos, recém-egressos do interior do estado, procedentes de famílias remediadas residentes em pequenas cidades de antigas zonas de criação pecuária. Iniciantes em matéria folclórica, eles eram fundadores ou incorporados ao grupo de oito estudantes que, ao final dos anos quarenta, passara a se dedicar a fabricação sistemática de rituais e *tradições* criadas para serem encenadas nos *Centros de Tradições Gaúchas* (CTGs) — espaços de celebração e demarcação identitária que ainda hoje conferem materialidade ao imaginário gauchesco (NEDEL, 2005, p. 8).

No segundo grupo, de Folcloristas polígrafos, pertenciam os intelectuais já existentes no meio cultural gaúcho, membros do IHGRS. Nedel (2005) complementa que era um:

grupo de intelectuais e artistas já renomados e mais velhos, iniciados nos afazeres culturais na mesma década em que os concorrentes mais novos vinham ao mundo, os anos vinte. Consócios das principais academias de eruditos, eles integravam a lista de filiados a **Comissão Estadual de Folclore** (CEF), organização paragovernamental fundada em Porto Alegre, em 1948, por um membro do IHGRS. Todos mantinham relações próximas, cordiais ou não, com o Secretário da Comissão: o conhecido historiador, professor dos principais colégios da cidade, dos cursos superiores de Geografia e História na UFRGS e PUCRS, funcionário e futuro diretor do Museu Julio de Castilhos (MJC), Dante de Laytano (NEDEL, 2005, p. 10).

A historiadora compreendeu que, enquanto o meio cultural gaúcho floresceu por meio das produções folclóricas de intelectuais da província, por duas décadas, a produção nacional, possuía uma abordagem marxista⁴ da história, o que destoava as produções regional e nacional (NEDEL, 2005).

Com base nos dados observados, percebemos que a polêmica matriz platina X lusa foi sendo paulatinamente complexificada no meio cultural gaúcho (pensada como uma forma de

⁴ Teoria amplamente difundida e permeada por interpretações e críticas ao longo dos séculos XIX e XX. Para Hobsbawn (2011) “a influência de Marx sobre os historiadores, e não só historiadores marxistas, baseia-se, contudo, tanto em sua teoria geral (a concepção materialista da história), com seus esboços, ou pistas, sobre a compleição geral do desenvolvimento histórico humano a partir do comunalismo primitivo até o capitalismo, quanto em suas observações concretas relativas a aspectos, períodos e problemas específicos do passado” (p. 173-174).

análise) exigindo novas perspectivas em relação à escrita da história farroupilha. Assim as construções folclóricas ganharam destaque, como Nedel (2005) trouxe em sua tese.

Pudemos ver que durante o período ditatorial a memória farroupilha foi incentivada e ressaltada sendo oficializada (inferência essa realizada a partir da observação da criação, nesse período, de diversos decretos que constituíram a semana farroupilha e os demais que a delimitaram e a organizaram). Talvez, por essa interferência política também no meio acadêmico e do ensino que as construções folclóricas, essencialmente as do MTG, ganharam fôlego e permaneceram em nossas representações mentais constituindo e reforçando o mito do gaúcho.

3.1.1 A partir da década de 1970

Em fins da década de 1970 e a década de 1980, houve uma intensificação de obras de intelectuais sobre a Revolução Farroupilha elucidando polêmicas que permearam o ambiente cultural gaúcho da época. Nesse subcapítulo iremos abordar as publicações sobre o tema farroupilha que não tiveram conexão com as publicações da comemoração, que serão trabalhadas posteriormente. Duas serão destacadas agora.

A primeira retoma a questão separatista da Revolução Farroupilha. Muito mais do que suscitar polêmicas no teor da obra, o livro obteve destaque por ter sido escrito por um brasileiro: Spencer Leitman. A obra publicada no Brasil foi “Raízes Sócio-Econômicas da Guerra dos Farrapos”, em 1979. Em sua introdução, o historiador explicita com muita clareza sua inferência sobre a Revolução: “a Guerra dos Farrapos, (foi) uma revolução separatista e republicana” (LEITMAN, 1979, p. 9) e para aprofundar seu argumento, Leitman, escreveu: “os chefes Farrapos não eram revolucionários sociais empenhados em reestruturar as relações de classes” (1979, p. 23) o que demonstra o caráter controverso da obra em sua recepção.

Do início ao fim da obra o autor demonstrou sua feição pelas idéias de Alfredo Varela, por isso, trabalhou com naturalidade as relações com a Região Platina e suas influências. O autor observou a Revolução enfatizando a economia, que para ele seria uma novidade (LEITMAN, 1979, p. 10) na historiografia sobre o tema. A guisa de conclusão de sua pesquisa, Leitman expôs: “do ponto de vista econômico nem legalistas nem Farrapos saíram vitoriosos” (p. 169). Percebemos que essa pesquisa, de nível acadêmico, suscitou um vasto debate acerca da farroupilha em vésperas de sua celebração de 150 anos.

A segunda polêmica ocorreu já no fervor das comemorações do Sesquicentenário Farroupilha, em 1983 e 1984. Tau Golin, ainda estudante de jornalismo, publicou em 1983 o livro “Bento Gonçalves, Herói Ladrão” pela editora LGE. No livro de 63 páginas, Golin desconstrói o herói Bento Gonçalves trazendo-o para o contexto da Revolução Farroupilha, entretanto o autor valeu-se de sua visão contemporânea para a análise realizada. Ao enquadrá-lo como “ladrão” estava julgando as atitudes de um latifundiário do século XIX por um olhar de um jornalista do século XX. A atividade de contrabando era recorrente no século XIX, como demonstrou Gil (2002), entretanto Golin (1983) abordou a questão anacronicamente, como vemos na afirmação da introdução de seu livro: “Bento Gonçalves da Silva não só cometeu largamente o contrabando, como também constitui-se em um dos mais ativos ladrões que a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul teve notícia” (p. 12). Golin ainda afirmou que Bento Gonçalves “fez parte de uma organização – verdadeira máfia da época” (1983, p. 12).

Percebemos ao longo de sua narrativa, que Golin (1983) tinha como proposta desmistificar o herói completamente, mostrando que o caráter e honra do General fora idealizado pelos tradicionalistas gaúchos. Num dos capítulos do livro, intitulado “Um herói anti-popular” o jornalista expôs: “no quadro desses acontecimentos, o apetite de Bento Gonçalves era difícil de ser satisfeito” – referindo-se aqui ao aumento de seu patrimônio, principalmente na Banda Oriental o que proporcionou o seu matrimônio com Caetana Joana Francisca da Silva. Demonstrando sua inserção na elite e desconectando-o de motivações fora de seu círculo social. À guisa de conclusão o autor expôs:

Ao contrário, consideramos fundamental, não desprezando os dados por esse ângulo, situá-lo na sua classe, entre os seus iguais, latifundiários que por seus interesses e atitudes eram absolutamente diferentes aos da massa popular, e cujas riquezas eram constituídas não apenas pelo processo impar da conquista do território, da escravidão humana, da exploração do trabalho alheio, mas paralelamente do contrabando, do saque indiscriminado e do roubo (GOLIN, 1983, p. 47).

Como lembra-nos Hobsbawm (2011): “o abuso ideológico mais comum da história baseia-se antes em anacronismo que em mentiras” (p. 19) – apropriações essas realizadas por diversos autores em diversos momentos da escrita da história. Golin (1983) tinha por objetivo desmoralizar a construção em torno de Bento Gonçalves alegando, com perspectivas contemporâneas a ele, suas atitudes que em nada possuíam em comum com as de um herói,

uma forma de anacronismo, já que Golin (1983) ao defender sua tese valeu-se de conceitos contemporâneos ao autor e não ao personagem estudado e seu tempo.

Para compreendermos essa mitificação em torno de Bento Gonçalves, devemos entender o significado de herói. Para Matos (1995) a concepção da palavra vem da “idéia de que o herói é aquele que detém, suspende o tempo e que por sua excelência supera, por assim dizer, a condição humana” (p. 84). Mas, também nos lembra Matos características sobre-humanas. E, assim como o próprio Golin (1983) já identificou em sua obra, essa eleição de Bento Gonçalves como herói foi uma construção que remonta a origem do tradicionalismo gaúcho, com o primeiro centro tradicionalista ainda no final do século XIX. Matos (1995) aprofunda o conceito “da idéia do herói que é uma memória coletiva, podemos derivar para aquela de procura de uma identidade de si mesmo” (p. 85). Ou seja, durante a construção da identidade gaúcha foi-se enraizando o mito do herói Bento Gonçalves.

Com uma construção já consolidada na década de 1980, o mito do herói Bento Gonçalves, a publicação de Golin (1983) logo obteve uma resposta. Um ano após, em 1984, Fernando G. Sampaio⁵ escreveu um livro em reação o livro de Tau Golin que foi publicado pela editora Martins Livreiro⁶: “Bento Gonçalves: mito e história”. Sampaio (1984) analisou a obra de Golin (1983) em vários aspectos, dividindo seu livro em 23 capítulos. Na introdução do livro Sampaio descreveu os motivos pelos quais realizou essa resposta, fazendo um breve discurso sobre a necessidade de revisionismos históricos, porém complementou que: “este autor (Tau Golin) era um humorista, não pretendia fazer história nem revisão de espécie alguma” (p.12). Sampaio (1984) explicitou ainda que o livro publicado por Golin não se valeu de fontes adequadas ou, em relação às que foram utilizadas, foram retiradas de seu contexto não tendo seu conteúdo completo e utilizou-se de “método e (de) raciocínio duvidosos” (SAMPAIO, 1984, p. 17).

No segundo capítulo Sampaio (1984) expôs que Bento Gonçalves foi escolhido pelos “seguidores farroupilhas” para ser seu líder, para subsidiar sua afirmação: “não há dúvida que existem fontes psicológicas que despertam um interesse popular pelos chamados ‘grandes homens’” (p. 20). Para o autor, essas fontes psicológicas seriam a necessidade humana de

⁵ Nascido no Rio de Janeiro foi declarado Cidadão Emérito de Porto Alegre, em dezembro de 1985. Jornalista, escritor, atualmente é reitor da Escola Superior de Geopolítica e Estratégia de Porto Alegre, fundada em 1995.

⁶ A editora Martin Livreiro possui como slogan: “Há 56 anos a serviço da cultura gaúcha”. Suas obras possuem um cunho regionalista. Nas abas da obra de Sampaio, assinado pelo então editor da Martins Livreiro, assim definiu a obra: “prendendo-se ferrenhamente aos documentos, aos fatos comprovados, em síntese, à realidade histórica e não a fantasias ou caprichos, Fernando Sampaio presta um grande serviço a todos os que se dedicam a estudar e honrar o passado do Rio Grande com um livro honesto e sem sofismas, que será lido, relido e muito consultado pelos leitores, estamos certos” (MARTINS LIVREIRO LTDA).

buscar por segurança psicológica – uma das críticas de Sampaio foi a falta de fontes e embasamento teórico, para essa afirmação utilizou como referência o autor Sidney Hook. Sampaio (1984) compreendeu o processo que a figura de Bento Gonçalves passou para transformar-se no mito do herói, porém a sua obra tinha como objetivo apenas desconstruir a obra de Golin (1983) comprovando que as atitudes de Bento possuíam coerência com o homem do século XIX.

Essas duas polêmicas povoaram o cenário intelectual da década de 1980, porém, não foram as únicas produções da década. Ainda em 1984, outra obra sobre a farroupilha foi publicada, a “História da Revolução Farroupilha” escrita por Morivalde Calvet Fagundes⁷ pelas editoras Martins Livreiro, pela Editora da Universidade de Caxias do Sul e Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes. Em extensa obra (432 páginas) o militar descreveu o decênio farroupilha em detalhes trazendo a farroupilha sem grandes controvérsias, apenas fatos exaustivamente narrados com detalhes táticos e análise das estratégias de guerra. Fagundes (1984) pontua no início de seu livro alguns momentos importantes que ele defendeu ao longo da narrativa, demonstrando que não era de seu interesse questionar as construções já consolidadas da memória farroupilha.

Jamais poder-se-ia denominar tais sedições de tentativas de destruição da unidade nacional, que em realidade não foram. Assim, como, em contrapartida, não é lícito chamar-se a reação contrária, portuguesa ou imperial, de luta pela manutenção dessa mesma unidade, que realmente não foi. Era apenas a busca da conservação de um *status quo*, insustentável a médio prazo (FAGUNDES, 1984, p. 36).

Fagundes (1984) referiu-se, no excerto acima, às rebeliões do período regencial enfatizando a Revolução Farroupilha. Deixou, então, clara a sua visão sobre a brasilidade do evento. Em sua introdução ainda, constrói Bento Gonçalves como um herói desde seu nascimento, narrando sua juventude e todos os eventos que deram suporte para a constituição desse “mito” – para o militar não houve uma construção póstuma, como aquela desenvolvida por Golin (1983) e por Sampaio (1984), Bento nascera predestinado para ser o líder da Revolução e o herói gaúcho –, possuindo qualidades como bravura, caráter, coragem, liderança, entre outros. Importante para Fagundes (1984) foi dissociar, ao longo de sua narrativa, a imagem de Bento com qualquer ato da Revolução Farroupilha que questionasse essa imagem. Como exemplo temos a seguinte afirmação do autor: “Disso (dos fatos expostos

⁷ Nascido em Porto Alegre em 1912, seguiu carreira militar e, concomitantemente, a carreira literária.

sobre o caráter de Bento) se depreende que Bento Gonçalves não aspirava absolutamente o comando do governo civil, que posteriormente lhe deram à sua revelia” (FAGUNDES, 1984, p. 72).

Apesar de não possuir mais a hegemonia no meio cultural gaúcho que havia na década de 1920, o IHGRS ainda mostrava-se atuante. A Revista do IHGRS também trouxe a farroupilha como tema em alguns artigos em duas edições, uma precedente as comemorações e outra posterior. As revistas constituíam numa publicação de diversos artigos sobre a história do Rio Grande do Sul.

Em 1982 foi publicada na Revista do Instituto uma palestra, proferida em 18 de setembro de 1981 na Fundação Universidade de Bagé, de Sérgio da Costa Franco⁸. Intitulada “As causas da Revolução Farroupilha” o historiador trabalhou questões polêmicas da Revolução e tentou demonstrar de onde vieram os “mitos” separatistas, porém, em sua narrativa, não demonstrava apoio a essas teses:

A partir daí, exasperando supostas afinidades platinas do povo rio-grandense, e atribuindo uma importância talvez exagerada às relações que se estabeleceram entre o uruguaio Lavalleja e alguns chefes gaúchos, se inclina para definir a Revolução Farroupilha como a expressão de uma tendência antibrasileira entre as populações da Campanha meridional (FRANCO, 1982, p.61).

Em 1986 o tema foi abordado na Revista em três artigos. O primeiro foi escrito por Arthur Ferreira Filho⁹, intitulado “O fracasso da missão Labatut”, o autor aproxima a independência da Bahia, com a participação do general francês Labatut, à Revolução Farroupilha. Ao referir-se a última concluiu: “Venceu (Duque de Caxias), não propriamente para o governo, mas para pátria, conquistando uma vitória, em que o Brasil foi o verdadeiro vencedor, sem que nenhum brasileiro fosse vencido” (p. 13).

Os demais artigos fizeram análises pontuais sobre personagens e sobre eventos da Revolução. Claudio Moreira Bento¹⁰ realizou perfis de soldados farrapos e Henrique Oscar Wiederspahn comentou sobre a participação de Tito Livio Zambecari na Revolução.

As publicações do IHGRS mantiveram as construções de uma Revolução Farroupilha brasileira e rodeada por heróis. Podemos inferir que as publicações da década de 1980,

⁸ Nascido em 1926, é um historiador, advogado, jornalista e membro do IHGRS. Possui diversas publicações.

⁹ Nascido em 1899 foi um engenheiro, militar, escritor e político.

¹⁰ Nascido em 1931 é um historiador e militar.

excetuando por duas publicações acadêmicas (LEITMAN, 1979; DACANAL, 1985), as demais cristalizaram a memória farroupilha oficial.

Ainda na década de 1980 a Revolução Farroupilha conquistou novo fôlego ao ganhar requintes de pesquisa acadêmica. Porém, seus resultados só aparecerem no final da década de 1980, com maior ênfase a partir da década de 1990. Após a criação de Programas de Pós-Graduação em História no Rio Grande do Sul, iniciado com a PUCRS na década de 1970, diversas pesquisas foram realizadas sobre a Revolução Farroupilha ou tangencialmente sobre ela, abordando outros temas que tiveram como pano de fundo a Farroupilha.

Como exemplo de pesquisas que abordaram a temática farroupilha temos a tese de Cesar Guazzelli, defendida em 1998 na Universidade Federal do Rio de Janeiro, intitulada “O horizonte da Província: a República Riograndense e os Caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)” assim como a tese de Padoin publicada em livro em 2001, porém defendida em 1999 na UFRGS intitulada “O Federalismo no espaço fronteiro platino: A Revolução Farroupilha (1835-1845)”. Outras pesquisas abordaram tangencialmente o tema, como a dissertação de Tiago Luis Gil, “Infiéis transgressores: os contrabandistas da fronteira (1760-1810)” defendida em 2002 na Universidade Federal do Rio de Janeiro; e a tese de Luis Augusto Farinatti, “Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)”, defendida em 2007 e publicada em 2010.

3.2 SUBCOMISSÃO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA

Retomando as comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, houve o interesse, desde a criação, ainda em 1983, do decreto 31.381 de 1983, de aprofundar as pesquisas relativas ao tema central do evento. Para tanto a subcomissão de Geografia e História foi criada inicialmente com o intuito de difundir pesquisas e construir material sobre a Revolução Farroupilha, para além da produção historiográfica já mencionada.

Para participar foram convidados como integrantes representantes dos órgãos: Subsecretaria de Cultura, Grande Oriente do Rio Grande do Sul, Secretaria do Trabalho e Ação Social, LDN, Arquivo Público Estado, Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos, Secretaria da Agricultura, Procuradoria-Geral do Estado, PUCRS¹¹. Inicialmente

¹¹ Relatório/84, Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. FSRF, Caixa 9.

como coordenador foi designado Raphael Costein, representante do IHGRS, e Raul Casa, da Liga da Defesa Nacional. Ao longo do ano de 1984, conforme as reuniões aconteciam, houve mudanças na coordenação alterando-a para o Prof. Wilson Sander e, como suplentes, a Suzana Schunk Brochado, historiadora, e o vereador Raul Casa.

Dentre os projetos para essa subcomissão previa-se a publicação de um mapa histórico farroupilha, que ficou a cargo do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da PUCRS e a construção de um Atlas da Revolução Farroupilha composto por um mapa do Brasil, mapas do Rio Grande do Sul, mapas topográficos dos municípios envolvidos na guerra, tendo na capa o túmulo de Bento Gonçalves. Também, a publicação de fontes sobre a guerra, como transcrições de jornais e proclamações da época. Propuseram a confecção de um manual de orientação que instruiria para a organização de arquivos, museus e bibliotecas municipais que tivessem material referente à guerra¹², bem como a publicação de um livro maçônico, ficando a cargo da Maçonaria-RS.

Além das publicações foram propostos eventos culturais. Um Curso de Extensão Universitário foi realizado em abril de 1985 idealizado para professores, mas aberto à comunidade, e realizado pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da PUCRS. Outro evento semelhante foi promovido pela UFRGS, no mesmo período¹³.

Exposições fizeram parte dos projetos, como de documentos e um painel relativo à Revolução Farroupilha executados pelo Arquivo Público Municipal de Porto Alegre.

Um projeto denominado “Levantamento e demarcação de locais históricos Farroupilhas”, foi organizado, com apoio da RBS. Para tanto foi realizado um levantamento e demarcação dos locais históricos farroupilhas¹⁴ bem como a sua sustentação histórica para demarcação e preservação sob a coordenação de historiadores, entre eles Moacyr Flores e José Cláudio Mattes. Os locais considerados importantes foram presenteados com a fixação de uma placa de pedra ou de bronze com dizeres explicativos da relevância do local. Dez municípios do Estado participaram desse projeto: Alegrete, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Guaíba, Jaguarão, Pelotas, Porto Alegre, Piratini e Viamão; e um município em Santa Catarina: Laguna.

¹² Esse manual foi executado por Leia Heineberg, porém não foi publicado. De acordo com o Relatório de atividades da subcomissão de Estudos das Relações Interculturais, FSRF, cx 2.

¹³ Propostas da subcomissão de Geografia e História apresentadas à comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. FSRF, cx 29.

¹⁴ Atividades do ano do Sesquicentenário (1985), FSRF, cx 23.

Apesar de muitos desses projetos estarem no orçamento, a falta de financiamento impossibilitou a concretização de alguns deles. A lista de publicação foi diminuída e o Atlas não foi realizado¹⁵.

3.2.1 Obras publicadas sobre a Revolução Farroupilha: um olhar oficial e um olhar acadêmico

Conforme foi demonstrado, dentro dos projetos de Subcomissão de Publicação e Concursos, diversas obras foram publicadas tendo como tema a Revolução Farroupilha. A seleção das obras teve apoio da Subcomissão de Geografia e História. Infelizmente não tivemos acesso a lista completa de obras e tivemos que buscar em acervos de bibliotecas e em listas dentro do FSRF.

No cronograma oficial constava uma lista de publicações previstas para o ano de 1985:

Quadro 1- Publicação de documentos inéditos relativos ao período farroupilha

Projeto	Teor da publicação	Órgãos executores	Local
Fontes da Revolução Farroupilha.	Documentos	AHRS e CORAG	Porto Alegre
Ensino Universitário e Fontes da Revolução Farroupilha.	Documentos	AHRS e CORAG	Porto Alegre
O Artilheiro	Jornal	AHRS e CORAG	Porto Alegre
Catálogo da Coleção Alfredo Ferreira Rodrigues	Relação de documentos	AHRS e CORAG	Porto Alegre
O Cidadão Domingos José de Almeida a seus compatriotas	Escritos de Domingos José de Almeida e três atas de São José do Norte	AHRS e CORAG	Porto Alegre
Manifesto do Presidente da República Rio-Grandense	Escritos de Domingos José de Almeida e Bento Gonçalves	AHRS e CORAG	Porto Alegre

Fonte: Sesquicentenário da Revolução Farroupilha (1984), FSRF, cx. 2.

¹⁵ Instruções sobre o levantamento e demarcação dos locais históricos farroupilhas, FSRF, cx 2.

Quadro 2 - Publicação de reedições de obras raras

Título	Autor	Órgãos executores	Local
Diário e Memórias de Antonio Vicente da Fontoura	Antonio Vicente da Fontoura	Museu Júlio de Castilhos e CORAG	Porto Alegre
Guerra Civil no Rio Grande do Sul	Tristão Alencar de Araripe	Museu Júlio de Castilhos e CORAG	Porto Alegre
A Revolução de 1835 no Rio Grande do Sul	Ramiro Fontes Barcelos	Museu Júlio de Castilhos e CORAG	Porto Alegre
Vultos e fatos da Revolução Farroupilha	Alfredo Ferreira Rodrigues	Museu Júlio de Castilhos e CORAG	Porto Alegre
Memória sobre a Revolução de 20 de setembro	Francisco de Sá Brito e Paulinho Jacques	Museu Júlio de Castilhos e CORAG	Porto Alegre

Fonte: Sesquicentenário da Revolução Farroupilha (1984), FSRF, cx. 2.

Verificamos que a maioria das obras listadas realmente foi publicada. Em relação à primeira tabela apenas uma não foi realizada: o jornal O Artilheiro (havia projetos de publicações também de jornais da época da Revolução, já nos documentos do FSRF constavam que não seriam publicados por falta de verba¹⁶). Outro importante dado que pudemos observar em ambas as tabelas foi a ausência de obras de pesquisas históricas recentes, porém elas existiram e foram publicadas por meio de outras editoras e financiamentos.

Os dois últimos projetos de publicação de documentos inéditos foram lançados conjuntamente com um terceiro, formando um pequeno livro. Intitulado “O Cidadão Domingos José de Almeida a seus compatriotas”, a obra foi publicada em 1986, o que demonstra a continuidade das comemorações¹⁷. A junção dos três documentos (o primeiro: Cidadão Domingos José de Almeida a seus compatriotas – escritos na prisão, datado de 29 de

¹⁶ Propostas da subcomissão de Geografia e História apresentadas à comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. FSRF, cx 29.

¹⁷ Em 1986 algumas subcomissões foram mantidas, como a de Publicação e Concursos, por duas razões: primeiro porque não se conseguiu publicar as obras em tempo hábil, aquele programado ainda em 1984, e em segundo porque se comemorou nesse ano o Sesquicentenário da Proclamação da República Riograndense, porém com menos ênfase – ficando sob a responsabilidade da Funfar (Fundação Farroupilha). Convênio entre o Estado do Rio Grande do Sul e a Fundação Farroupilha. FSRF, 1986, cx 24.

outubro de 1835 –, o segundo foram as atas da câmara da cidade de Rio Grande – onde constam informes sobre a prisão de Domingos. – e o terceiro, o Manifesto do Presidente da República Rio-Grandense em nome de seus Constituinte – data de 29 de agosto de 1838, em Piratini, sendo a primeira manifestação pública de Bento Gonçalves após ser escolhido Presidente da República Rio-Grandense) foram apresentados por Astrogildo Fernandes da seguinte maneira: “os textos aqui reunidos projetam Domingos José de Almeida como personalidade marcante no cenário do decênio Farroupilha”.

Além das obras constadas acima foram publicados outros documentos, como a “Coletânea de documentos de Bento Gonçalves da Silva”, “Fontes da Revolução Farroupilha Falas e Relatórios dos Presidentes” e “Levantamento de fontes sobre a Revolução Farroupilha”, os três publicados pelo AHRS em conjunto com a CORAG.

Também foi publicado “Os 14 municípios farroupilhas – atos de criação”, do AHRS. Apesar de o título sugerir a participação de todos os municípios no lado farroupilha, em uma pequena apresentação, Maria Tereza Silveira de Medeiros (historiógrafa) desfaz essa construção: “o AHRS mais uma vez integra-se às comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, divulgando os atos de criação dos 14 municípios existentes naquela época”.

Em 1985 outras editoras e instituições se propuseram a comemorar o Sesquicentenário. Os Anais do Arquivo histórico do Rio Grande do Sul, em seu nono volume, foi apresentado pela Diretora Rosamaria Coimbra Leite Costa e dedicava a publicação às comemorações, sua primeira frase iniciava da seguinte maneira: “no ano do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, em que a tônica é a reverência aos heróis farrapos (...)”. Dando ênfase à importância das pesquisas com o material da Coleção Alfredo Varela, porém mantendo em seu discurso as mesmas construções da memória farroupilha.

A edição de 1985 dos Estudos Leopoldenses, em seu número 88, uma publicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, foi voltada para a comemoração. Apresentada pelo então reitor na universidade, Professor Herbert E. Wetzel, como “um trabalho sério que procura apresentar a verdade sem mitigar nem aformosear”. Suas palavras referiam-se a pesquisa acadêmica, que foi publicada na íntegra, da professora Helga Piccolo sob o título: “O Parlamento Nacional e a Revolução Farroupilha”. Piccolo (1985b) inicia seu texto deixando evidente sua crítica ao olhar oficial para a divulgação da memória farroupilha:

As comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha vem ensejando a realização de uma série de pesquisas que, se de um lado, indicam a importância de que o evento se reveste – sem, aqui, entrar no mérito do caráter que as comemorações têm assumido – de outro, revelam claramente que, apesar do muito que sobre o movimento já se escreveu, ele está longe de esgotar-se como tema de estudos e reflexões, com ou sem espírito crítico (p. 7).

A capa da revista *Estudos Leopoldenses* já apresentava o seu engajamento com a comemoração, apesar de explicitar que sua abordagem diferia daquela oficial. Usando o símbolo do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha¹⁸, num tamanho pequeno, acima e à esquerda, foi reproduzida no centro da capa uma tela do pintor Guido Mondin¹⁹ intitulada “Fogo no Pasto”, contraditoriamente ao conteúdo, uma obra que representa muito a construção oficial da memória farroupilha.

Outra obra publicada por professores acadêmicos, “A Revolução Farroupilha: História & Interpretação”, não demonstrou abertamente seu engajamento com as comemorações, porém foi publicada em 1985 com artigos de historiadores sobre o tema em questão. Esse livro fazia parte da *Série Documenta*, iniciada em 1970, com o objetivo de organizar artigos sobre a história do Rio Grande do Sul. Com oito artigos e sete autores (PESAVENTO, PICCOLO, LEITMAN, BAKOS, FREITAS e DACANAL, 1985), a obra refletiu sobre diversos pontos da Revolução. Porém, a perspectiva difere, assim como a pesquisa de Piccolo (1985) referida acima, e muito, daquela memória farroupilha do olhar oficial.

Pudemos perceber duas construções da Revolução Farroupilha nas publicações, uma oficial que manteve as elaborações da memória farroupilha e uma acadêmica, que buscou analisar documentos e divulgar suas pesquisas tentando revelar as divergências entre essa idealização e o que as fontes e o uso de metodologias adequadas, revelaram. Piccolo (1985a, 1985b) deixou transparecer suas críticas em ambas as publicações de 1985, já que categorizou

¹⁸ Abordaremos sobre o símbolo oficial das comemorações no próximo capítulo.

¹⁹ Guido Mondin (1912 - 2000) nasceu em Porto Alegre, e aliou as carreiras de político, de empresário e de artista. Formado em Economia na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul também estudou no Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul. Iniciou a sua carreira política em 1945, ficou fora da cena política apenas dois anos. Inserir-se em partidos de direita, como a Arena (Aliança Renovadora Nacional). Em sua carreira política foi vice-prefeito e prefeito de Caxias (RS), deputado federal e senador. Quando assumiu o cargo de deputado federal fixou residência em Brasília e lá permaneceu até sua morte. Em 1975 foi nomeado Ministro do Tribunal de Contas da União pelo então presidente Geisel. Em 1978 presidiu o Tribunal de Contas até 1982 se aposentando da carreira política. Como artista, participou da fundação da Associação de Artes Plásticas Francisco Lisboa em Porto Alegre no ano de 1938, onde mais tarde foi presidente. Tornou-se membro da Academia Brasileira de Artes. Foi membro das academias de letras do Rio Grande do Sul, da Argentina e da Espanha (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL; 2005).

a Revolução Farroupilha como guerra e como um movimento elitista (1985a, p. 10). No livro da *Série Documenta 2 - História*²⁰ a autora finalizou sua participação com as palavras:

A Guerra dos Farrapos, como outros movimentos sociais que eclodiram no Brasil, mostra como a ideologia serviu para encobrir interesses de grupos que, falando em nome do povo cujas reivindicações diziam representar, procuraram legitimar sua ação. Tanto os farrapos, ao questionarem o Estado Nacional tal como vinha sendo estruturado, como os “legalistas” ao defenderem essa estrutura, fazendo uso da ação arada, tinham consciência do que faziam e por que faziam (DACANAL, 1985, p. 60).

Percebemos então o distanciamento entre a história oficial e a história acadêmica, a partir dos subsídios fornecidos pela análise dos livros publicados em 1985 e podemos concluir que aqueles com investimentos do governo Estadual procuraram manter a Revolução Farroupilha idealizada na memória farroupilha.

3.3 O ENSINO DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA NO CONTEXTO DO SESQUICENTENÁRIO

Há algumas décadas, os livros didáticos costumavam enaltecer os grandes homens e os grandes feitos, e encorajar a memorização de nomes e datas, como um tipo de conhecimento imprescindível para a construção do sentimento nacional de pertencimento, o qual deveria ser exigido de todos. Com a reformulação da concepção acadêmica de historiografia, apresenta-se aos estudantes narrações do passado que incluem descrições das instituições sociais, dos costumes e da cultura, ampliando assim a compreensão da vida política – a qual, de todo modo, ainda aparece como o eixo aglutinador desses outros componentes historiográficos. Os livros didáticos representam então um das formas mais poderosas de publicação da História. Eles são responsáveis pela idéia de História que impregna o senso comum de uma cultura e de um povo. E embora a produção didática esteja estreitamente associada às discussões historiográficas acadêmicas, também reflete suas idiosincrasias, transmitidas dogmaticamente nos bancos escolares (ALBIERI, 2011, p. 21).

Ao remetermo-nos a conjuntura educacional da década de 1980 no Rio Grande do Sul, devemos lembrar que ainda encontrava-se em vigor a disciplina de Educação Moral e

²⁰ A série foi um projeto desenvolvido pela editora Mercado Aberto, iniciada com a publicação de “Modelo Político dos Farrapos” (FLORES, 1979), dissertação de mestrado defendida na PUCRS, que se propôs em “formar um fundo editorial de alto nível e em colaborar com historiadores, sociólogos, cientistas políticos e economistas (...) planejou a edição conjunta dos melhores ensaios até agora produzidos no setor”. (DACANAL, 1979, p. 5)

Cívica²¹, instituída pelo Regime Militar em 1969, e que só seria extinta em 1993. Oliveira (2012) ao dissertar sobre a LDN durante o seu período inicial de atuação, entre 1916 a 1930, evidenciou a influência da instituição na formação dessa disciplina e da Organização Social e Política do Brasil (OSPB), com a criação de um edital para a construção do Manual de Educação Moral e Cívica em 1917. Esse manual foi realizado nos moldes da LDN. Uma organização idealizada por Olavo Bilac (entre outros intelectuais brasileiros) surgida da necessidade de construir uma nação brasileira, pois para seus criadores, havia apenas um Estado brasileiro dividido em regiões. Oliveira (2012) demonstrou que a ênfase da LDN²² era inserir o serviço militar obrigatório no país bem como “identificava, no Exército, o primeiro fator de transformação político-social. (...) O Exército, tinha uma função educativa e organizadora a exercer na massa geral de cidadãos. A função de ensinar era mais importante do que o Papel defensivo das Forças Armadas” (OLIVEIRA, 2012, p. 62).

Filgueiras (2006) fez uma análise de livros didáticos da disciplina de Moral e Cívica onde pode observar aspectos importantes de sua criação e de sua maneira de lecionar. A autora trouxe dados relevantes sobre o contexto educacional brasileiro das décadas de 70 e 80, onde demonstrou que houve um aumento da demanda de profissionais de educação, impulsionados pela universalização do Ensino Fundamental e da massificação do ensino proporcionadas pela Lei nº 5.692/71. Demanda essa que não foi suprida imediatamente (poderíamos dizer que nem nos dias atuais) sendo necessária a contratação de profissionais com qualificações diversas - professores de História lecionando Geografia, por exemplo. Outro dado acerca desse contexto é o fato de que o ensino foi focado para o mercado de trabalho, dando ênfase para o Ensino Técnico.

²¹ Para Paviani (2014) “os livros didáticos produzidos durante a ditadura foram um dos principais difusores do programa curricular e seguiam fielmente o programa oficial. Todo seu conteúdo seguia um ensino linear, voltado para a memorização. Os fatos políticos e militares encontravam-se em destaque nos livros de Educação Moral e Cívica, Estudos Sociais e História e mostravam sempre os grandes nomes e os grandes fatos” (PAVANI, 2014, p. 3).

²² Conforme o verbete “Liga da Defesa Nacional – LDN” do CPDOC, o período com maior atuação da Liga foi durante o Estado Novo. Inicialmente pensada em integrar dois setores (militares e civis), a LDN “restringiu (...) suas atividades ao nacionalismo e ao serviço militar: as conferências e os debates sobre o nacionalismo eram de responsabilidade dos civis, ao passo que aos oficiais (sobretudo do Exército) cabia a parte prática do serviço militar”. Seu presidente honorário sempre foi o presidente da república. Ao fim do Estado Novo “a Liga da Defesa Nacional retornou à sua linha de atuação tradicional, voltada para a promoção de campanhas cívicas”. (LAMARÃO).

Os militares utilizaram a educação de forma estratégica, controlando-a política e ideologicamente. A concepção de educação do regime militar estava centrada na formação de capital humano, em atendimento às necessidades do mercado e da produção. A escola era considerada uma das grandes difusoras da nova mentalidade a ser inculcada - da formação de um espírito nacional. A reforma do ensino propôs um modelo de socialização, que tinha como estratégia educar as crianças e os jovens nos valores e no universo moral conformando os comportamentos do homem, da mulher e o vínculo familiar (FILGUEIRAS, 2006, p. 3377-3378).

Apesar de nosso recorte aqui ser de apenas um ano, o de 1985, em que já se vivia um período de transição para um regime democrático, temos que lembrar que era o início de um processo, e as instituições políticas e de mentalidades não se rompem com a mesma facilidade de criação de um decreto ou até mesmo de uma constituição. Sendo assim, a prática escolar desse ano estava permeada por essa construção realizada ainda no final da década de 1960. Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (1996) atuais:

Até dezembro de 1996 o ensino fundamental esteve estruturado nos termos previstos na Lei Federal nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Essa lei, ao definir as diretrizes e bases da educação nacional, estabeleceu como objetivo geral, tanto para o ensino fundamental (primeiro grau, com oito anos de escolaridade), proporcionar aos educandos a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, preparação para o trabalho e para o exercício de consciência de cidadania (p. 13).

Com essa pequena explanação sobre aspectos da educação brasileira no período estudado poderíamos inferir que até a década de 1990 o contexto escolar manteve-se influenciado pelas políticas adotadas durante o Regime Militar. Sendo assim, os “formadores” desses cidadãos e, conseqüentemente, os educandos receberam essa influência.

No entanto aqui focaremos as questões do ensino no ano de 1985 tendo como centro memória farroupilha e a forma como foi trabalhada e desenvolvida no Estado do Rio Grande do Sul. Para tanto vamos focar nas ações realizadas pela subcomissão de ensino no RS, como demonstradas no quadro abaixo:

Quadro 3 - Projetos da Subcomissão de Ensino

Projeto	Órgãos executores	Período ou data
Encontro com supervisores	Fundação para Desenvolvimento de Recursos Humanos e Secretaria da Educação e Cultura	13 a 14 de setembro de 1984
Texto e audiovisual sobre a Revolução Farroupilha	Secretaria da Educação e Cultura e Museu Júlio de Castilhos	Janeiro de 1985
Encontros regionais (promoção em âmbito regional de palestras, seminários e painéis com historiadores, professores e estudiosos).	Delegacias de Ensino, Universidades, Órgãos Municipais e Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos.	Março a novembro de 1985
Calendário Farroupilha (elaboração de um calendário para divulgar, juntamente com o calendário escolar as datas mais expressivas da Epopéia Farroupilha).	Secretaria de Educação e Cultura	Conclusão em dezembro de 1984
Exposição histórica sobre a Revolução Farroupilha (apresentação ao público de uma exposição ordenada e permanente, ilustrada por testemunhas e objetos do período farroupilha)	Secretaria da Educação e Cultura e Museu Júlio de Castilhos	Inauguração prevista para maio de 1985
Exposição itinerante (percorrer os municípios com uma exposição, em 40 cópias, dos textos e fotos dos acervos dos Museus Julio de Castilhos e Histórico Piratini)	Secretaria da Educação e Cultura, Museu Júlio de Castilhos e Museu Histórico de Piratini	Março a setembro de 1985
Divulgação da Revolução Farroupilha (ampla divulgação da história da Revolução Farroupilha, através da imprensa escrita, de programas radiofônicos e de televisão, com a otimização dos espaços destinados à educação)	Secretaria da Educação e Cultura	Janeiro a dezembro de 1985
Atividades cívicas nas escolas (promoção de painéis, exposições, cartazes, gincanas, comemorações cívicas, destinadas a conhecer e enaltecer os feitos farroupilhas)	Secretaria da Educação e Cultura	Março a dezembro de 1985
Trem farroupilha (divulgação da Revolução Farroupilha por meio de exposição com vagões, utilizando as vias férreas existentes)	Secretaria da Educação e Cultura	Março a dezembro de 1985

Grande jogo da cidade (promoção do conhecimento da história da Revolução junto a juventude por meio de atividades culturais e desportivas)	União dos Escoteiros do Brasil	Janeiro a dezembro de 1985
Fogo do conselho (divulgação dos feitos farroupilhas através dos acampamentos escoteiros)	União dos Escoteiros do Brasil	Janeiro a dezembro de 1985
Plano de denominação de instituições (levantamento das escolas sem denominação e atribuição de nomes de vultos ou fatos farroupilhas)	Secretaria de Educação e Cultura	Janeiro a setembro de 1985
Divulgação do Sesquicentenário (divulgação das comemorações do Sesquicentenário em todas as instituições de ensino no país)	Secretaria de Educação e Cultura	Novembro de 1984 a janeiro de 1985
Encontro de avaliação (avaliação dos resultados alcançados junto às instituições de Ensino, tendo como referência as supervisões as Delegacias de Ensino e todos os órgãos responsáveis envolvidos)	Secretaria de Educação e Cultura	Agosto de 1985

Fonte: Sesquicentenário da Revolução Farroupilha (1984), FSRF, cx. 2.

3.4 SUBCOMISSÃO DE ENSINO

A Subcomissão de Ensino foi uma das subcomissões com maior quantidade de fontes no FSRF, com um relatório completo constando todos os projetos Estaduais e os do município de Porto Alegre, aqueles que seriam desenvolvidos pela Secretaria de Educação e Cultura. Porém, o relatório era de final de 1984, ou seja, não temos a repercussão de todos os projetos, apenas de alguns deles.

Esta subcomissão foi composta pelos seguintes integrantes representantes: Secretaria de Educação e Cultura²³, Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Secundário, Primário e Comercial do Rio Grande do Sul, Fundação para Desenvolvimento de Recursos Humanos,

²³ Em 1985 Francisco Salzano V. da Cunha era o então Secretário de Estado da Educação e Cultura, iniciando sua carreira como Procurador do Estado, em 1971, e posteriormente foi um atuante político do Estado.

União dos Escoteiros do Brasil, Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização, LDN e Fundação Televisiva Educativa.

A partir dessa constituição, temos indícios da maneira como fora conduzida a Subcomissão de Ensino. Primeiramente, verificamos que não houve a presença de nenhuma universidade²⁴, evidenciando um distanciamento entre o conhecimento universitário e escolar. Relevante também é destacar a presença de uma instituição herança da ditadura militar: a Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização que ficou conhecida como Mobral. Este foi um programa do governo brasileiro criado em 1969, funcionando efetivamente em 1970, sendo extinto em 1985 que previa a alfabetização de jovens e adultos. Oliveira e Souza (2012) apresentaram uma análise do material didático do Mobral e inferiram que o conteúdo visava “inculcar determinadas mensagens que seriam favoráveis à manutenção da ‘ordem’, a qual seria garantida pelo Regime Militar” (p. 21), “nessa lógica, a educação foi um veículo importante para difundir determinados valores tais como: passividade, ordem, fé, ‘liberdade com responsabilidade’ e patriotismo” (p. 22).

A Fundação para Desenvolvimento de Recursos Humanos também esteve presente nas reuniões da subcomissão. Essa instituição foi instituída em 1972 e possuía como finalidade básica promover estudos e pesquisas que pudessem compreender a oferta e demanda de mão-de-obra técnica e conseqüentemente oferecer cursos de qualificação para áreas com falta de “força de trabalho” (Lei nº 6.464, 15/12/1972). O que nos revela, como objetivos da subcomissão, a projeção da educação para o mercado de trabalho.

Com tonalidades conservadoras, a organização da Subcomissão de Ensino estava voltada apenas para a prática escolar e não visava mudanças na organização do ensino. Focaremos agora nos projetos desenvolvidos durante o ano de 1985.

Os primeiros projetos executados pela subcomissão visavam à organização interna nas escolas, como o “Encontro com supervisores” que tinha como objetivo preparar 80 profissionais para conhecer o Decreto nº 31.381 de 1983 e orientá-los, contextualizando-os para a aplicação dos demais projetos. Por essa razão foi criado um texto sobre a Revolução Farroupilha para os supervisores.

O texto, intitulado “Uma introdução ao estudo da Revolução Farroupilha”²⁵, foi elaborado, por meio de uma encomenda do Governo Estadual, por três professores que

²⁴ Lembrando que duas universidades participaram ativamente da criação e execução de projetos, estando ativamente em algumas subcomissões a PUCRS e a UFRGS. Também houve a participação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos que organizou um curso sobre a História da Revolução Farroupilha.

²⁵ Ribeiro; Quintana; Barcellos (1985), FSRF, cx 19. p. 9.

atuavam também no Museu Júlio de Castilhos, professor Luiz Dario Teixeira Ribeiro (já professor da UFRGS), professora Sandra Peixoto Quintana e professora Vanessa Dutra Barcellos. Este trabalho reconstituiu os principais (ou mais conhecidos) fatos da Revolução Farroupilha. Com 16 páginas, os autores fizeram um resumo da Revolução Farroupilha, emergindo assim o fato histórico por meio de uma divisão de seus momentos, ou de suas fases. Durante todo o texto não houve a presença da palavra guerra, mas sim batalha, e referindo-se apenas a duas – a Batalha do Seival e do Fanfa. Ao aludirem sobre a Revolução utilizavam como sinônimo “movimento”, “conflito” ou “processo” (diferentemente dos discursos oficiais que a enalteceram).

Na introdução do texto, os autores afirmaram que: “O objetivo desse trabalho é o de contribuir com subsídios que, sem cair no culto mítico dos heróis e na execração dos anti-heróis, dê uma visão geral do processo revolucionário e permita a reflexão sobre ele”²⁶ (1984, p. 9). Podemos inferir a tentativa dos três professores em fazer reconstituir a Revolução Farroupilha historicamente, buscando uma reflexão (como foi exposto por eles na introdução) por parte dos leitores.

Ao longo desse texto a história da Revolução foi sendo brevemente narrada, com bibliografia ao final. Destacaremos um dos aspectos trabalhados pelos autores, sob o subtítulo denominado “constitucionalismo nacional”. Os três professores referiram-se à dissidência farroupilha em 1836 como um ato extremo de brasilidade e não de separatismo – como vimos no capítulo anterior essa foi uma tese defendida durante toda a comemoração, bem como na maioria da historiografia riograndense. Apesar disso, o texto não deixou de mostrar a importância da Região Platina para o desenvolvimento do Estado, então Província, trazendo nos antecedentes da Revolução a anexação da Província da Cisplatina como altamente relevante para a economia dos estancieiros gaúchos e a existência do contrabando na região de fronteira (trabalhada como algo móvel, sendo apenas fixa após o Tratado de Ponche Verde). Observamos então, que o texto buscou um maior aprofundamento do tema evocado nas comemorações.

Esse trabalho subsidiou os supervisores das escolas Estaduais para que pudessem posteriormente organizar projetos em suas escolas de atuação. Para os professores ocorreram palestras em todo o Estado visando ampliar os conhecimentos dos mesmos sobre o tema a ser comemorado.

²⁶ Ribeiro; Quintana; Barcellos (1985), FSRF, cx 19. p. 9.

Em um Boletim Especial da Secretaria de Educação e Cultura, da 1ª Delegacia de Educação, de dezembro de 1984 divulgou-se a comemoração para funcionários da rede do Estado do Rio Grande do Sul enquanto estrutura do Governo Estadual bem como apresentou o texto anteriormente comentado. Apesar de compreendermos os esforços dos autores para reconstituírem a história por trás da comemoração, a mediação do boletim apresentou a comemoração retornando ao mito do gaúcho. Um excerto do Boletim pode nos ajudar em nossa discussão:

E nós, educadores, iremos canalizar nossas energias e nossas forças para fazer renascer o entusiasmo nos alunos e na comunidade, nossos sentimentos nativistas, nosso orgulho de gaúcho. Vestiremos nossas cores, analisaremos e retornaremos nossas tradições, pois existem valores permanentes, respeito e responsabilidade que devem ser preservados já que se constituem em formas de referência absolutamente essenciais para a conservação da memória de um povo²⁷.

Esse trecho pode ser visto como um resumo da visão da Subcomissão em relação à sua concepção do evento a ser comemorado. Percebemos a superficialidade e a restrição ao mito do gaúcho, pertencente à memória farroupilha, nas práticas escolares, pois apesar dos profissionais da educação terem tido acesso a um material de subsídio histórico, aquele que chegou a prática escolar parece estar imerso apenas nas construções da memória farroupilha oficial.

Diversos projetos foram propostos para o ano letivo de 1985, não ficando restritos ao ambiente escolar, apesar de sempre ter esse como seu público. Um exemplo de proposta da subcomissão de Ensino foi uma exposição planejada para os meses de março a setembro no Museu Júlio de Castilhos com testemunhos e objetos do período da Revolução Farroupilha, assim como uma exposição itinerante com esses materiais (reproduções em imagens) para acessibilidades de 38 municípios. Essas exposições tinham uma importante tarefa, como lembra-nos Albieri (2011), em que “exposições didáticas e visitas guiadas visam colocar o público em contato com um passado que, em geral, é apresentado como herança comum a todos” (p. 21).

Outro projeto que foi proposto e executado nas escolas Estaduais, intitulado “Estímulo a atividades cívicas nas escolas”, foi organizado pela Coordenação de Educação Moral e Cívica da Secretaria de Educação e Cultura do Estado. O objetivo do projeto era “realizar

²⁷ Boletim Especial – dezembro/1984, FSRF, cx 19.

atividades que visem enaltecer eventos marcantes da Revolução Farroupilha²⁸ e possuía como justificativa: “promover e estimular o civismo dos jovens estudantes rio-grandenses para, através de estudos e atividades comemorar os episódios heroicos dos bravos ‘farrapos’ que enriqueceram a história do Brasil com páginas de extraordinário civismo²⁹”. Observamos nos dois excertos a superficialidade dos estudos, limitando-se as construções da memória farroupilha oficial, ao enaltecer por meio do uso de adjetivos a Revolução Farroupilha.

Ao prosseguirem na narrativa do projeto afirmam que pretendiam: “assegurar, através do conhecimento dos vultos que viveram o movimento de 1835 a 1845, o respeito dos jovens pelas virtudes cívicas demonstradas por seus antepassados, nesta gloriosa página da História Rio-Grandense³⁰”. Como foi amplamente citado nos discursos oficiais, os “vultos” foram utilizados como sinônimo de uma construção dos personagens mitificados da farroupilha.

Dando continuidade na exaltação de “vultos farroupilhas”, no contexto da comemoração, houve uma proposta de projeto em que se sugeria a denominação de escolas com nomes desses personagens mitificados para aquelas que fossem abertas no decorrer de 1985. Abaixo segue a justificativa do projeto:

Considerando que existe um desconhecimento e conseqüente desvalorização das nossas raízes culturais, justifica-se o presente projeto, através do qual será levado às Escolas e comunidades um chamamento às Comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Ainda objetiva-se, com o mesmo, além de comemorar os 150 anos do maior fato da nossa História, prestar uma homenagem aos homens desse Movimento, cultuando sua memória e assim reascender o sentimento pátrio e cívico de todos os gaúchos³¹.

Nesse projeto está a relação entre as comemorações, a memória farroupilha e aos valores cultuados pela oficialidade para a construção da pátria (culto ao civismo). Compreendemos que um projeto como esse tem como perspectiva de retorno muito mais à manutenção de uma memória enquadrada (retomando Pollak) farroupilha do que em retomar a Revolução enquanto conhecimento científico. Pollak (1989) nos faz perceber que essa manutenção exige um equilíbrio, pois “o trabalho permanente de reinterpretação do passado é contido por uma exigência de credibilidade que depende da coerência dos discursos sucessivos” (p.10). Compreendemos, então, que os discursos sobre a memória farroupilha

²⁸ Relatório da subcomissão de Ensino, FSRF, cx 1.

²⁹ Ibid.

³⁰ Ibid.

³¹ Relatório/84, FSRF, Caixa 9.

enquadraram-se entre a Revolução Farroupilha, aos interesses do emissor do discurso e o que os receptores desejam/esperam encontrar.

Houve também publicações próprias da Subcomissão de Ensino voltadas para subsidiar a prática escolar. Como exemplo, um livro para professores com sugestões de atividades foi elaborado, e publicado pela subcomissão de Publicações, por professores da Secretaria Municipal da Educação do Município de São Sebastião do Caí e professores voluntários da Rede Pública Estadual.

A capa do livro seguiu o padrão das publicações em torno das comemorações, com o símbolo oficial³² da comemoração bem como o símbolo do então governador Jair Soares. Na apresentação do livro Francisco Salzano V. da Cunha, então Secretário do Estado de Educação e Cultura, iniciou com a seguinte frase: “Orgulhar-se de suas raízes e honrar as tradições de sua terra é, muito mais do que um dever, uma necessidade de todo indivíduo”. O livro intitulado “A terra dos farrapos: história, lendas e costumes” é uma pequena cartilha com sugestões de atividades práticas, para os alunos, dividida por série. Até a quarta série trabalhou-se com as construções da memória farroupilha como lendas, mitos, roupas, costumes e curiosidades. A partir da quinta série foram, gradativamente, inseridos dados históricos, mas numa perspectiva folclórica (NEDEL, 2005). O livro possui bibliografia ao final com 49 livros que, excetuando as duas obras do historiador Moacyr Flores, “Modelo Político dos Farrapos” e “História do Rio Grande do Sul”, privilegiaram as construções literárias ou poéticas (como obras de Paixão Cortes, Barbosa Lessa e Simões Lopes Neto).

Observou-se que o objetivo da obra foi a manutenção da memória farroupilha. O conteúdo histórico ficou em segundo plano, visava-se essencialmente reproduzir as construções dessa memória, provavelmente para ser utilizada não somente nas aulas de história, mas também nas aulas de Educação Moral e Cívica. Como exemplo temos um texto que foi utilizado na terceira série do Ensino Fundamental:

NÓS SOMOS BRASILEIROS PORQUE:

O Rio Grande do Sul faz parte do Brasil. É um Estado brasileiro.

Por sua posição geográfica, o nosso Estado foi, há muito tempo, uma zona que ora pertencia aos espanhóis, ora aos portugueses. Somente após muitas lutas entre as Coroas de Portugal e Espanha é que o nosso Estado passou a pertencer ao Brasil.

O Rio Grande do Sul nasceu de lutas, e isto fez do gaúcho um povo guerreiro e bravo (p. 29).

³² Traremos o símbolo oficial do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha no capítulo 4.

Por mais que a faixa etária dos alunos fosse de nove anos e ainda os mesmos encontravam-se em desenvolvimento da aprendizagem, no processo de aquisição da autonomia da leitura, existindo assim a necessidade de textos pequenos para a compreensão dos mesmos, a construção da narrativa deixa transparecer algumas representações importantes. Primeiramente suprimiu-se o habitante da então província de São Pedro, tirando da história do Rio Grande do Sul os personagens, indígenas, trabalhadores, gaúchos e as elites farroupilhas, bem como qualquer enfrentamento bélico. Logo após percebemos a intenção de demonstrar o “nascimento” do gaúcho (a construção do mito) a partir das lutas (com excelência a partir da Revolução Farroupilha) e a brasilidade do Estado.

Após alguns exercícios de fixação outro texto foi proposto com a mesma temática – a brasilidade:

GAÚCHO eu sou,
Nasci feliz
Nesta terra formosa onde estou,
Sob o céu do meu lindo país,
Eu sou gaúcho, mas também sou brasileiro, porque o Rio Grande do Sul é parte do Brasil.
Falo a mesma língua nacional, que é o português, tenho o mesmo governo nacional, a mesma bandeira nacional, os mesmos **direitos** e **deveres** do povo brasileiro, pois o Brasil é a **pátria** de todos os gaúchos (p. 30).

Lembrando que além da disciplina de História, estamos num contexto em que a disciplina de Moral e Cívica ainda era lecionada na educação brasileira. Esses dois textos nos mostram qual das duas disciplinas tiveram maior ênfase nas construções da subcomissão de Ensino.

Para a sétima série foram propostos pequenos textos abordando combates farroupilhas, para cada combate um texto explicando o fato. Traremos como exemplo o combate de Porongos:

COMBATE DE PORONGOS

14 de novembro de 1844

Chico Pedro, Fidélis Pais e Manduca Rodrigues, com suas colunas legalistas, se atiraram, em Porongos, de surpresa, sobre os revolucionários sob as ordens do General David Canabarro.

Teixeira, com o 4º Regimento de Linha, tentou defender-se do ataque. Esse combate de 14 de novembro, em Porongos, significou uma derrota dos republicanos.

O combate de Porongos, batalha ou até mesmo massacre de Porongos, suscita um debate longo, sendo um ponto polêmico dentro da própria historiografia acadêmica em 1985 – e até os dias atuais. Fagundes (1984) trouxe a questão em seu livro como um subtítulo, “Houve traição em Porongos?”, ao tentar responder afirmou:

Como estou escrevendo uma história de homens e certamente também de heróis, mas, indubitavelmente, não de santos, nem de deuses, as contradições e as dúvidas ficam registradas, como peças da realidade e da verdade histórica, que não deve ser um panegírico, nem uma detração, porque ambos representam igualmente a mentira [...] (p. 375).

O autor argumentou que a dúvida (se houve ou não traição na batalha) é procedente, porém ela não deve suscitar grandes debates, pois o fato não alteraria o resultado final da Revolução. Entretanto, em abordagens mais recentes compreende-se o fato como significativo para os contornos finais da Revolução. Ao retomarmos a ela, veremos que o lado farrapo prometera liberdade para os escravos que participassem da guerra. Importante destacar que todos os líderes farroupilhas, entre outros participantes, eram estancieiros donos de escravos. Oliveira e Carvalho (2008) destacaram a participação dos escravos no lado farroupilha: “Antes mesmo da criação oficial dos destacamentos de lanceiros, os negros já haviam desempenhado papel de destaque no confronto” (p. 4). O Massacre de Porongos, portanto, foi uma emboscada dos imperiais durante a noite no acampamento dos Lanceiros Negros no Cerro de Porongos com a morte de quase todos eles. Os Lanceiros Negros eram liderados pelo General David Canabarro, que os havia desarmado um dia antes.

Flores (2004) demonstrou, por meio de evidências documentais, que houve uma reconstrução dos acontecimentos de Porongos para omitir fatos que pudessem indicar a traição:

A re-elaboração da memória do vergonhoso massacre de Porongos apresenta os lanceiros negros como sendo os únicos mortos, sem referências aos infantess que foram desarmados por ordem de Canabarro e mortos pelos soldados do coronel Abreu (FLORES, 2004, p. 61).

O historiador traz dados importantes, como o pouco poderio do Duque de Caxias em negociar no “Tratado de Paz” (também questionado pelo autor, ao argumentar que só há um tratado entre duas nações soberanas – e a República Rio-Grandense não se enquadrava nessas características) a liberdade dos escravos. Flores (2004) evidenciou que “os historiadores rio-grandenses, com medo de macular nossos heróis, ignoram os documentos criando imagens falsas de Porongos e da anistia concedida aos índios e brancos por Caxias” (p. 65).

Ao observarmos toda a polêmica suscitada pelo combate de Porongos percebemos o quão raso foi o texto indicado para alunos da sétima série. O conteúdo dos textos apresentados não falou muito sobre os fatos históricos da Revolução Farroupilha e ao omitir dados sobre o combate, vemos uma tentativa de construção de esquecimento sobre esse lado, elaborando-se então uma memória farroupilha dissociada dessa polêmica – ou de qualquer polêmica.

3.5 A RELAÇÃO FOI POSSÍVEL?

A historiografia da Revolução Farroupilha é extensa e dentro do grupo de intelectuais que se debruçaram sobre o tema existem pontos que geram ainda polêmicas. Atualmente, fica bem clara a produção acadêmica (aí entendida como pesquisas de historiadores e de mestrado e de doutorado) e a produção tradicionalista (entendida como o culto à memória farroupilha, construída essencialmente pelo MTG). Porém, a década de 1980 estava apenas iniciando esse processo e com muitos resquícios das políticas adotadas pelo regime militar. O que nos dá subsídios para pensar que as políticas educacionais adotadas no período da ditadura militar, e ainda vigentes, incentivaram e acentuaram a prática escolar dissociada daquela ensinada e pesquisada em universidades. Quando nos lembramos da massificação do ensino ocorrida na década de 1970, tornando o Ensino Fundamental obrigatório e visando à qualificação da mão-de-obra, poderíamos compreender num primeiro olhar como uma medida positiva. Porém, como observamos, não era o objetivo dessas políticas a qualidade do ensino brasileiro, mas, sim a efetivação do mesmo.

O sentimento pátrio e a brasilidade foram ressaltados várias vezes nas construções dos projetos da subcomissão de Ensino deixando transparecer que se pensava muito mais num farroupilha nos moldes das construções memorialísticas do que do ensino de História.

Verificamos que a Subcomissão de Ensino não promoveu um ambiente de reflexão durante as comemorações. E que a disciplina de História trabalhou distanciada do ensino nas

comemorações da Revolução Farroupilha, tanto em projetos como nas publicações oficiais. As pesquisas acadêmicas foram publicadas por editoras fora do conjunto editorial do Estado (CORAG) evidenciando esse distanciamento. Pudemos, então, constatar dois olhares, um oficial e outro acadêmico sobre o evento.

Neste sentido cabe-nos destacar por fim, que a recém criada seção do Rio Grande do Sul da Associação Nacional de História (ANPUH-RS), em 1979, já se encontrava atuante em 1985, pois publicou neste ano um boletim trazendo sua percepção das construções dos meios de comunicação que propagavam as ditas comemorações. Elmir (2014) em uma pesquisa sobre a ANPUH-RS demonstrou a preocupação da mesma em relação à memória que estava sendo construído. Para o historiador fez-se “uma severa crítica aos usos midiáticos e mercadológicos da revolta e, especialmente, aos sentidos que se imprime aos festejos do Sesquicentenário” (ELMIR, 2014, s/p). Ao entramos em contato com o Boletim percebemos que a preocupação da instituição com a memória farroupilha que se estava construindo foi a tônica do artigo. Duas páginas de opinião, não assinada, no mês de março de 1985, trouxeram a perspectiva do profissional da História, que compreende o momento da comemoração como Lacarrieu (2012) compreende, de reflexão e crítica sobre os fatos históricos. Porém, foi constatado no boletim que “o caráter que está sendo dado às comemorações, no entanto, deve merecer uma análise por parte dos professores de História (...)” uma vez que:

Multiplica-se a exaltação triunfalista à “identidade maiúscula do caráter gaúcho”, alimentando uma concepção de regionalismo que é, no mínimo ingênua e anacrônica. Estimulam-se as falsas analogias entre a situação do RGS junto ao poder central em 1835 e 1985, como se os momentos históricos fossem semelhantes ou o conceito “descentralização” não tivesse uma historicidade concreta completamente distinta no contexto do império e dos governos pós-64 (BOLETIM da ANPUH, 1985, s/p).

O autor demonstrou a preocupação com o uso irrefletido da memória farroupilha em detrimento do conhecimento histórico. Para ele, este deveria ser uma constante no fazer diário do professor em sala de aula. Entretanto, a mídia construiu uma “preparação de um estado de espírito” (BOLETIM, 1985, s/p) com alegorias e ritos para a celebração das comemorações. Como bem ressaltou o autor “a utilidade da História como ideologia é conhecida por nós: o uso oficial da História é um instrumento comprovadamente eficaz para formar mentalidades” (BOLETIM, 1985, s/p).

4 MEIOS DE COMUNICAÇÃO: UMA MEDIAÇÃO (IM) PARCIAL

Essas línguas impressas lançaram as bases para a consciência nacional de três modos diferentes. Antes de mais nada, criaram campos unificados de intercâmbio e comunicação abaixo do latim e acima das línguas vulgares faladas. Os falantes da enorme variedade de línguas francesas, inglesas, ou espanholas, que poderiam achar difícil, ou até mesmo impossível, compreender-se reciprocamente em conversa, tornaram-se capazes de compreender-se via imprensa e papel. No correr do processo, tornaram-se gradativamente conscientes das centenas de milhares, até mesmo milhões, de pessoas existentes em seu determinado campo linguístico e, ao mesmo tempo, que apenas centenas de milhares, ou milhões, a ele pertenciam. Esses co-leitores, a que estavam ligados pela imprensa, formavam em sua visível invisibilidade secular e peculiar, o embrião da comunidade nacionalmente imaginada (ANDERSON, 1989, p. 54).

Historiadores e jornalistas possuem um relativo consenso sobre a mediação da realidade contemporânea pela imprensa (MARTINS; LUCA, 2006, MARCONDES FILHO, 2009) incentivada pelo crescente avanço tecnológico potencializado no final do século XX. Marcondes Filho (2009) reflete a relação complexa entre a imprensa e o capitalismo, afirmando que uma não existe sem o outro, assim como também o fazem Capelato (1988) e Beltrão (1976). Ao compreender a importância da imprensa podemos deixar a ingenuidade de lado, daquela imparcialidade e da pluralidade de versões, discursos proferidos por jornalistas e por empresas jornalísticas¹, e perceber, mesmo que sutilmente, as suas construções de realidade, principalmente quando inserimo-las em seu contexto de funcionamento, de manutenção e de relações com a sociedade e com o leitor.

A forma do texto pode falar por si só, e o jornal utiliza muito este recurso. A preocupação com a estética é muito valorizada nos periódicos, para destacar reportagens que desejam dar ênfase. Mas, o conteúdo também se destaca, trazendo as vozes do jornal. Essa união entre o conteúdo (a construção de um vocabulário jornalístico, sua procura por objetividade), com a estética do jornal (os enunciados selecionados, todos os detalhes técnicos) constrói representações do real que a empresa jornalística apresentará ao leitor, fazendo “parte de um grande campo de luta política” (BIAGI, 2001, p. 19).

¹ Como encontramos no Guia de Ética do Grupo RBS (2011), em que afirmam já na introdução: “reafirmamos nossa defesa intransigente da liberdade de expressão por identificá-la como esteio da democracia e como direito inalienável do público” (p.7).

A convergência do capitalismo e da tecnologia da imprensa sobre a diversidade fatal das línguas humanas criou a possibilidade de uma nova forma de comunidade imaginada que, em sua morfologia básica, prepara o cenário da nação moderna (ANDERSON, 1989, p. 56).

Para além da simples informação, a imprensa atua sobre nossas representações, trazendo como produto um poder simbólico que interfere na realidade, moldando-a e construindo seus diversos significados, como na nossa concepção de nação, tão fortemente estruturada ao longo dos séculos, como traz Anderson (1989) com a imprensa.

A própria concepção do jornal implica na refração de 'eventos mundiais' idênticos em um determinado mundo imaginado de leitores na língua vulgar; e, também, e quão importante é, para essa comunidade imaginada, uma ideia de simultaneidade firme e sólida através do tempo (ANDERSON, 1989, p.74).

Podemos inferir que a imprensa serve também como catalisadora de diversas construções políticas. Por ser um instrumento de ação e com grande impacto na sociedade, as comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha valeram-se da imprensa e dos meios de comunicação em geral para divulgar suas atividades e as suas construções de uma memória farroupilha. Em contrapartida a essa proposta oficial encontramos na imprensa (aqui representada pelo jornal ZH) a sua própria mediação de uma memória farroupilha, onde constrói a sua autorrepresentação a partir das matérias jornalísticas publicadas. Com o intuito de buscar essas construções analisaremos como a Subcomissão de Comunicação Social, criada pelo governo do Estado, foi organizada e quais foram seus projetos procurando compreender a sua abrangência na e para a sociedade gaúcha.

4.1 A SUBCOMISSÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E O SÍMBOLO DO SESQUICENTENÁRIO

Como parte dos projetos das comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha foi criada, ainda em 1984, a Subcomissão de Comunicação Social que possuía como integrantes representantes de diversos setores da comunicação com o intuito de divulgar todos os projetos oficiais das comemorações do Sesquicentenário bem como de propagar a imagem criada pelo Governo Estadual da mesma. Integrou a subcomissão a Associação

Riograndense de Imprensa, a Associação Brasileira de Relações Públicas, a Associações dos Jornais do Interior do Rio Grande do Sul, a Coordenadoria de Assessoria de Comunicação Social, a Coordenadoria de Assessoria de Relações Públicas do Gabinete do Governador, a RBS, a Companhia Jornalística Caldas Júnior, a Companhia Jornalística J. C. Jarros, o Sistema Brasileiro de Televisão, a TVE/RS TV Educativa, a Rede Riograndense de Emissoras, a Rede Bandeirantes, a LDN, a Secretaria de Coordenação e Planejamento, a Secretaria do Interior, o Desenvolvimento Regional e Obras Públicas, a Secretaria de Justiça, a Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos, a PUCRS, a Associação Gaúcha de Emissoras do Rádio e Televisão e o Museu de Comunicação Social “Hipólito José da Costa”².

Como percebemos, foram diversas empresas e instituições que participaram das reuniões periódicas, mas uma, entre todas, se destacou, não só por estar presente em todas as atividades como por receber incentivos do governo tornando-se (ao longo de uma série de matérias jornalísticas publicadas³ no jornal ZH) a voz oficial das comemorações⁴.

Esse destaque apareceu já em um relatório oficial de 1984, em que havia a descrição das principais atividades de cada subcomissão. Na lista de propostas para a subcomissão de Comunicação Social constavam projetos do grupo RBS entre outros criados pela mesma. A lista continha os seguintes projetos: fascículo diário a ser impresso pela RBS sobre a Revolução Farroupilha, logotipo e “cortina musical”, suplemento para crianças sobre a Revolução Farroupilha (publicado no jornal ZH em 21/05/1985), Suplemento especial sobre a Revolução Farroupilha (publicado no jornal ZH em 20/09/1985) e divulgação do sesquicentenário em todos os meios de comunicação⁵. Apesar de ser um relatório geral da subcomissão de Comunicação Social, a participação da RBS, com o jornal ZH, esteve presente com projetos considerados oficiais.

Abaixo segue um quadro com os principais projetos da subcomissão:

² Relatório/84, FSRF, Caixa 9

³ Quando nos referimos à expressão “matérias jornalísticas” estamos considerando todas as matérias publicadas em jornais que estiveram vinculadas ao “universo da informação da atualidade” de natureza jornalística (MELO, 1985, p. 9).

⁴ Essa afirmação está embasada na pesquisa realizada no jornal durante o ano de 1985, que será explorada nesse capítulo.

⁵ Resumo da programação do sesquicentenário da Revolução Farroupilha, FSRF, cx 30.

Quadro 4 - Projetos da Subcomissão de Comunicação Social

Projeto	Órgãos executores	Período ou data
Concursos sobre a epopéia Farroupilha (concursos de reportagens com temas Farroupilhas e do Sesquicentenário)	Associação Rio-Grandense de Imprensa	21 de outubro de 1985 promulgação dos resultados
Logotipo do Sesquicentenário	Sindicato das Agências de Propaganda do Estado do Rio Grande do Sul	9 de novembro de 1984
Cortina Musical do Sesquicentenário	Subcomissão	Dezembro de 1984
Concurso de anúncios	Sindicato das Agências de Propaganda	14 de junho de 1985 – Entrega dos prêmios em Gramado
Ilustrações na Loteria do Estado (ilustração nos bilhetes de loteria com temas alusivos a Revolução Farroupilha)	Caixa Econômica Federal	Dezembro de 1984 a dezembro de 1985
Jornal Farroupilha (fascículo diário sobre a Revolução Farroupilha encartado no jornal Zero Hora)	Jornal Zero Hora	Janeiro a dezembro de 1985
Suplemento (edição infantil sobre a Revolução Farroupilha)	Jornal Zero Hora	02 de maio de 1985
Suplemento especial (publicação com análise histórica sobre a Revolução Farroupilha)	Jornal Zero Hora	20 de novembro de 1985
Comemorações de integração (conjunto de eventos integrando os 150 anos da Revolução Farroupilha com o cinquentenário da Rádio Farroupilha)	Rádio Farroupilha	20 de setembro de 1985
Comemorações de integração (conjunto de comemorações integrando os 150 anos da Revolução Farroupilha com os 50 anos da Associação Rio-grandense de Imprensa)	Associação Rio-grandense de Imprensa	Janeiro a dezembro de 1985
Congresso Brasileiro de Jornalistas e Encontro Estadual de Jornalistas	Associação Rio-grandense de Imprensa	Setembro de 1985

Encontro Nacional de Escritores e Historiadores	Subcomissão	23 a 25 de outubro de 1985
Concurso Parlamento (concurso de reportagens)	Associação dos Jornais do Interior do Rio Grande do Sul	Março a dezembro de 1985

Fonte: Sesquicentenário da Revolução Farroupilha (1984), FSRF, cx. 2.

Apesar de possuir como integrantes representantes de outras emissoras e grupos de comunicação, apenas o jornal Zero Hora e Rádio Farroupilha estiveram na lista do cronograma oficial publicado no início de 1985.

Ao nos determos nas atas das reuniões da subcomissão verificamos que o jornal ZH foi a única empresa privada que possuiu todos os projetos descritos e aprovados pelo grupo, tendo uma única ressalva, a de que não houvesse paralelismo entre as promoções da empresa e atos oficiais e solicitavam apoio para a divulgação dos demais eventos em sua rede de telecomunicação. A importância do veículo foi tanta que os membros da subcomissão sugeriram a criação de um grupo de estudos para organizar os calendários da RBS com o do governo Estadual⁶.

Porém, evidentemente que não só o jornal ZH noticiou as atividades que envolveram as comemorações. Também jornais do interior tiveram participação nessa divulgação. Houve propostas da TVE para programas televisivos bem como chamadas radiofônicas de diversas emissoras. O Grupo editorial Sinos comunicou em uma das atas da subcomissão, ainda em 1984, que adequaria a comemoração dos 25 anos do jornal com os 150 anos da farroupilha⁷.

Outras propostas surgiram para além do grupo RBS, como propostas de slogans que foram publicados nas contas de luz, água, telefone, contra-cheques, extratos bancários de órgãos públicos do Estado⁸ com o intuito de iniciar a campanha com frases que criassem a expectativa e a pesquisa da população em relação ao tema. Esse projeto foi iniciado ainda em junho de 1984, em que bimestralmente iriam ser publicados slogans diferentes sobre a temática. As frases sugeridas foram: “1835 – uma epopéia gaúcha”, “1985 – uma festa do rio grande”, “1835-1985 – 150 anos da Revolução Farroupilha”.

Uma das grandes ênfases do grupo de Comunicação Social foi a criação de um símbolo que representasse as construções do Governo Estadual. A criação desse símbolo dividiu as atenções da subcomissão com a cobertura midiática do grupo RBS. Nas atas do

⁶ Ata Subcomissão de Comunicação Social, 30 de outubro de 1984. FSRF, cx 2.

⁷ Ibid.

⁸ Ata nº3, 12 de junho de 1984. FSRF, cx 08.

grupo verificamos que esse projeto foi bastante pensado e idealizado. O símbolo oficial das comemorações da Revolução Farroupilha esteve presente em todas as atividades oficiais do governo do Estado, sendo instituído pelo Decreto nº 31.695 de 9 de novembro de 1984.

A imagem idealizada foi cuidadosamente elaborada para, por si só, representar a construção da memória oficial da Revolução Farroupilha. O texto do Decreto caracterizou a utilização do símbolo como uma forma educativa de realização das atividades para alcançarem “a indispensável vibração cívica apta a perenizar a memória dos fatos que marcaram decisivamente a formação e o caráter do povo sul-riograndense⁹”. Aqui percebemos que a construção visada pelo governo Estadual foi muito mais de cunho cívico e patriótico que histórico.

Abaixo está a imagem do símbolo:

Figura 2 - Símbolo oficial das comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha



Fonte: Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, FSFRF, cx 8.

Conforme a redação do decreto justificou-se a criação do símbolo e marcou o seu apelo às construções da memória farroupilha: “o número 150 pode representar, com vigor

⁹ Decreto nº 31.695, 09 de novembro de 1984. FSFRF, cx 10.

figurativo e evocativo das tradições e dos ideais da Revolução Farroupilha, o Sesquicentenário deste memorável acontecimento¹⁰”. De acordo com o Decreto o símbolo:

compreende a representação pictográfica de uma bandeira desfraldada, ideograma por todos relacionado com a Revolução Farroupilha. O movimento de ondulação da bandeira e os efeitos produzidos com listras verticais fazem destacar o número cento e cinquenta, informação básica do logotipo sobre o evento. [...] O efeito (de ondulação) é conseguido pela ordenação repetida de linhas de espessura variável, que podem transmitir a ideia de continuidade e integração na busca de um objetivo de interesse comum.

Todas as atividades que estivessem inseridas às atividades comemorativas deveriam utilizar o símbolo oficial, em correspondência oficial das secretarias do Estado e subcomissões, em matérias jornalísticas que abordassem assuntos relativos ao evento. Para o uso em organizações privadas deveria haver autorização do presidente da Comissão Executiva do Sesquicentenário¹¹. Verificamos a presença do símbolo nas matérias jornalísticas do jornal ZH, em capas de revistas e livros que abordaram a temática farroupilha (até de editoras particulares, como na Revista Estudos Leopoldenses). Como no exemplo abaixo, uma reportagem especial do jornal ZH do dia 01 de janeiro de 1985 em que traziam a programação oficial e do próprio jornal. O símbolo sempre estava no canto superior esquerdo da matéria jornalística.

¹⁰ Decreto nº 31.695, 09 de novembro de 1984. FSRF, cx 10.

¹¹ Regulamentação do uso do símbolo oficial, FSRF, cx 11.

Figura 3 - Um ano inteiro para lembrar a grande luta dos Farrapos

SEHORA - Terça-feira, 17 de maio - Página 24

GERAL

SESCUENTENÁRIO DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA

1835 - 1985

Instituído pelo governador Jair Soares, o Ano do Sesquicentário da Revolução Farroupilha será celebrado durante o transcurso de 1985, em que se comemora os 150 anos da eclosão daquela luta civil, estimulando-se paralelamente os estudos de todos os seus aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais. A Comissão Central, presidida por Jair Soares, traçou a

filosofia de trabalho e instalou as comissões Executiva, presidida pelo chefe da Casa Civil, Adilson Motta, Coordenadora e de Honra. Programada, elas criaram o Programa Oficial do Ano do Sesquicentário da Revolução Farroupilha, lançado na Associação Rio-grandense de Imprensa (ARI), e que é integrado por mais de 150 projetos, agrupados

em 12 subprogramas que serão implementados este ano. Nesses projetos, além das prefeituras e órgãos culturais do Estado, significativa a participação da Rede Brasil Sul de Comunicações (RBS), que integrou-se às comemorações através da elaboração de cerca de 20 eventos, coordenados pelo executivo de marketing da empresa, Claro Gilberto.

Um ano inteiro para lembrar a grande luta dos Farrapos

A antiga fonte que abastecia a capital dos farrapos: um dos locais que serão lembrados

O símbolo do sesquicentário da Revolução Farroupilha, criado pela MPM Fraga e oficializado pelo governador Jair Soares mediante o decreto nº 31.695 de 09/11/84, compreende a representação pictográfica de uma bandeira desfraldada. O movimento de ondulação e os efeitos produzidos com listras verticais fazem destacar o número 150, sobre o qual é feita uma dinâmica utilização das cores do Rio Grande do Sul. O efeito é conseguido pela ordenação repetida de linhas de espessura variável, que podem transmitir a ideia de continuidade e integração na busca de um objetivo de interesse comum.

Além de sua utilização oficial em papéis de carta, envelopes, recibos, pastas e cartões de identificação, feita pelas subcomissões estaduais e municipais, ou sua divulgação através dos meios de comunicação ou agências de propaganda, o símbolo poderá surgir em forma de outdoors, camisetas, bandeirinhas ou fitulinas, visetras, decalcos e chavetos, sempre com o intuito de divulgar as festividades ou fatos relacionados com o Sesquicentário, que passa a ser comemorado a partir de hoje.

Muitos ainda pensam no ideal separatista

O Rio Grande do Sul está preparado para festejar o sesquicentário da Revolução Farroupilha. Este ano se comemora os 150 anos do movimento separatista gaúcho, ideologia que até hoje desperta os ânimos de muita gente. O próprio governador Jair Soares é descendente de Bento Gonçalves, segundo recentes estudos genealógicos, o que se muito se honrou em saber. Uma comissão especial foi criada pelo governo estadual, para programar os eventos que celebram no próximo ano a Guerra dos Farrapos.

Para o professor João Pradot de Azevedo, um dos responsáveis pela Comissão Executiva do Sesquicentário da Revolução Farroupilha, a separação do Rio Grande do Sul do resto do Brasil seria até interessante. Aliás, os motivos que levaram os gaúchos a lutar na Revolução Farroupilha foram os mesmos que hoje vivemos no nosso dia-a-dia: a excessiva centralização do poder, os pesados tributos nacionais e o pequeno retorno ao Estado.

Um exemplo recente disso foi a promessa do ministro Mário Andreazza durante a última eleição que atingiu o Rio Grande do Sul. Ele disse que o nosso Estado receberia uma vultosa soma para se recuperar dos danos das cheias e, confiando com estes recursos, várias prefeituras deram início a obras, principalmente em escolas. O dinheiro, no entanto, não veio até hoje. Nem um tostão.

Por isso e por outras é que muitos políticos hoje voltam a pensar que a Guerra dos Farrapos tinha um ideal que beneficiaria de fato o nosso Estado. "Teríamos condições de sobreviver muito bem sem a ligação central", comenta Pradot, que não simpatiza com a atual administração Federal.

tenário da Revolução Farroupilha é Edilson Nequete. Membro da comissão organizadora, ele enfatiza que a menor contribuição será valorizada: "O importante é a participação de todos, a consciência da data que estamos celebrando em todos os municípios, porém, serão realizadas em todos os municípios. Já em Porto Alegre, no herói farroupilha. A descentralização, entretanto, deve ser comprovada através de documentos.

De momentos mais significativos da comemoração acontecerá quando o Governo do Estado se mudará provisoriamente para as cidades de Piratini, em Janeiro; Cacapava, em maio, e Alegrete, em dezembro. Estas foram as três localidades onde se assentou o governo gaúcho durante os anos de guerra. Todos os demais municípios, porém, terão a sua própria programação, incluindo rodeios crioulos, jogos olímpicos e promoções artísticas.

Em setembro próximo, está previsto um festival farroupilha de danças, apresentando oito bailes no teatro Rio-grandense, interpretado ao som de misturas de compositores rio-grandenses.

Esta será uma festa tipicamente gaúcha e o Rio Grande do Sul vai participar massivamente, feito o que aconteceu na celebração dos 100 anos da revolução. Em 1935, lembra Nequete, a cultura gaúcha deu um salto significativo durante o II Congresso de Almada chegou a escrever uma peça de teatro, quando ainda tinha oito anos de idade.

Na parte artística, vários municípios estão realizando concursos de peças de teatro, músicas e composições para serem apresentados em locais governamentais, ressaltando a nossa história.

Por MARIA LUCIA FROES e VIRGINIA RIGATTO Editora Local 12/1

Durante os próximos meses vai ser mesmo difícil esquecer a luta dos farrapos, tal o número de eventos artísticos e culturais programados pelo Calendário Oficial do Sesquicentário da Revolução Farroupilha. Veja só o que vem por aí: a partir deste mês, devendo se estender até o final do ano, a Companhia Rio-grandense de Turismo (CRTur) e o Movimento Tradicionalista Gaúcho, sob a responsabilidade do historiador Mosley Flores, deverão promover o levantamento e demarcação dos locais históricos que foram palco de acontecimentos da Revolução Farroupilha, através da colocação de placas ou lápides.

Nos meses de agosto e setembro, respectivamente, a Academia Brasileira de História promoverá o lançamento da obra "Os Líderes da Revolução Farroupilha de 1835", de Antônio da Rocha Almeida, e o Museu de Artes do Rio Grande do Sul (Mars) fará uma apreciação plástica de monumentos da Revolução. Será também no mês de setembro o lançamento de um longa-metragem sobre o Movimento, baseado no romance "A Prole do Corvo" e no trabalho "No Tempo dos Farrapos" (Relatório Samir 83), de Luis Antônio de Assis Brasil. O filme terá direção de Silvio Black, e tem um cenário montado por Cr11 Bilião, recursos a serem captados através da Embrafilme e do empresariado.

Ainda em setembro, a CTRur e a Brigada Militar deverão viabilizar a criação do Parque Bento Gonçalves, em Camaquã. Ele será construído nos mesmos moldes do Parque General Osório, na Estância do Cristal. As Sociedades Filarmônicas Nacional e Gaúcha, aliadas à CTRur, promoverão uma exposição de selos patrocinada às melhores coleções do Brasil, que terá como local o Salão de Festas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS).

Epifânias dos Farrapos

• Análogo de ano ocorrerá a publicação de documentos inéditos relativos ao período Farroupilha, redigidos de

obras raras, publicação de obras literárias, obras musicais e a realização de um concurso literário sobre a Revolução Farroupilha e outros ensaios históricos sobre o Movimento e Instituto de Geografia e História do Sesquicentário e a Faculdade Universidade Católica do Rio Grande do Sul (FUCRS) promoverá uma pesquisa e escavação histórica no sítio do Faria, em Tramandaí, cujo início está previsto para este mês.

A Associação Rio-grandense de Imprensa (ARI) promove em outubro um concurso de reportagens com temas farroupilhos e do Sesquicentário e, em setembro, o Congresso Brasileiro de Jornalistas e o Encontro Estadual de Jornalistas. Também estarão integradas as festas do Sesquicentário promovidas já tradicionalmente o Festival de Cinema Brasileiro de Gramado e a Califórnia da Canção Nacional, o primeiro numa promoção da prefeitura municipal de Gramado, e o segundo dentro de Festas Gaúchas Simões de Faria, no Uruguai.

Também em Gramado ocorrerá o Festival Latino-Americano de Propaganda, uma promoção do Sindicato das Agências de Propaganda, programado para o mês de junho. No dia 20 de setembro acontecerá o tradicional Dia da Farroupilha, com a participação de cinco mil voluntários, cursos abertos e algumas aulas de folclore Farroupilha. De manhã os estudantes serão recebidos o Festival Farroupilha de Teatro, com a exibição de nove peças de autores gaúchos nos teatros locais. E durante todo o mês comemorativo, a Olimpíada Farroupilha, uma grande competição de esportes amadores, abrangendo de lobos os municípios Alegrete, as escolas estão promovendo inúmeras atividades cívicas através em todo Rio-grandense.

Esta é apenas uma pequena amostra deste grande trabalho que envolve todas as instituições do Estado, no sentido de reviver os grandes fatos. Desde o ano de 1980, comemorações similares não importaram como as atuais, sendo realizadas em locais diversos locais do Rio Grande do Sul, marcando assim a passagem dos 150 anos da guerra dos farrapos.

Fonte: Frões, 1985, p. 24.

A partir de agora procuraremos evidenciar o destaque do grupo RBS nas comemorações bem como sua atuação na sociedade gaúcha na década de 1980 para então podermos compreender as representações construídas no jornal ZH, buscando nas narrativas e na organização da estética do jornal a mediação delineada pelo periódico.

4.2 O JORNAL ZH E A HEGEMONIA RBS

Para compreendermos melhor o porquê do jornal ZH sobressair-se em relação aos demais periódicos existentes em 1985, devemos percorrer a trajetória do mesmo até sua inserção no Grupo RBS. Conforme Berger (2003), o ZH é um jornal de referência para o Estado por não haver outra opção. Em 1985 era o 5º jornal mais lido no Brasil apesar de possuir uma circulação regional (apenas na Região Sul).

Assim, se compreende o jornal como uma “figura social”, com nome próprio, identidade e contrato de leitura, integrado a uma determinada comunidade, buscando rotineiramente a comprovação de sua aceitação. Esta descrição deve levar em conta, ainda, a situação do jornal no mercado, ou seja, seu lugar em relação aos outros jornais locais (BERGER, 2003, p. 46).

A repercussão do veículo ZH no Estado tornou-se forte por não haver concorrentes, pois o jornal Correio do Povo, ao passar por uma série de reformulações, perdeu identidade e espaço e em 1985 não circulou. Concomitante a isso, o jornal ZH, inaugurado em 1964 e adquirido pela RBS na década de 1970, investiu em tecnologias e parceiras (com a Rede Globo) e desde a década de 1980 liderou em vendas no Estado (Berger, 2003). Para chegar nesse “patamar” o jornal ZH precisou abrir mão de uma identidade, ou seja, de um público específico. E, para isso, conforme Abreu (2001), o jornal dedicava 1/3 de seu espaço para a cobertura de eventos esportivos.

Lauro Schirmer (2002) escreveu um livro de memórias sobre a RBS, reconstituindo a história do grupo a partir de testemunhos de diversos integrantes da empresa, como Paulo Santana. Ao retratar a década de 1980 Schirmer assevera: “Pois a partir da afirmação de ZH sob o seu comando, é Maurício que passa a receber visitas de governadores e ministros em seu gabinete no jornal...” (2002, p. 27). Maurício Sirotsky Sobrinho foi o fundador e o presidente do grupo RBS até a sua morte em 1986. Apesar de reconhecermos que um livro de memórias também é uma construção/apropriação do real (SELIGMAN-SILVA, 2003), ao cotejarmos com as atas das reuniões da subcomissão de Comunicação Social foi constatado uma visita do Chefe da Casa Civil e Presidente da Comissão Executiva e do coordenador da Comissão de Comunicação Social nas dependências da RBS, para conversar com o então presidente do grupo. Nas atas encontradas constatamos ainda que essa foi a única visita

realizada pela subcomissão referida em alguma empresa privada, demonstrando que essa relação de poder (simbólico) referida por Schirmer de fato existiu.

O jornal ZH não possuía em 1985 um manual de redação amplamente divulgado, sendo lançado em 1994 o seu Manual de Redação, Ética e Estilo. Nele, a partir da apresentação de Augusto Nunes¹², percebia-se a preocupação com questões básicas, como normas de ortografia, devido ao grande número de correções que eram publicadas em edições posteriores. Nunes coloca que:

Informações equivocadas resultam em correções e devem ser publicadas já na edição seguinte, informações incompletas provocam reportagens complementares. As páginas anotadas pelos editores circulam pela Redação, os responsáveis pelos erros são advertidos (ou, se o pecado for intolerável, punidos: jornais que se confundem com instituições de amparo à incompetência não têm vida longa) (NUNES, 1994, p. 7).

O diretor de redação do jornal ZH demonstrou na apresentação do Manual grande cautela em relação ao pouco preparo e conhecimento da língua portuguesa dos jornalistas. Nunes ponderou sobre o uso do manual: “os capítulos reservados a normas de redação e estilo não substituem o dicionário. Mas talvez sejam seu perfeito complemento” (1994, p. 9). Além de um guia de redação, o manual buscou pontuar algumas regras sobre a ética profissional, pois “essa independência política é pré-condição para que se possa discutir com franqueza e sem passionalismo os muitos pecados da imprensa” (1994, p. 11). Refletia-se sobre questões de conflitos de interesses, ameaças, presentes que jornalistas pudessem receber, e qual postura um profissional ZH deveria possuir.

O manual foi bastante sucinto e pontuou apenas algumas questões conflituosas no fazer jornalístico. Meneses (2013) traz a importância da criação desses manuais:

Tais manuais esboçam um conjunto de formulações que procuram não somente racionalizar a prática jornalística, mas, sobretudo, construir um lugar de controle sobre a produção das notícias, numa tentativa de sistematização que autoriza o jornal a conceder uma reflexão sobre as ocorrências cotidianas (p. 43)

¹² Augusto Nunes foi diretor de redação do jornal ZH durante a publicação do Manual.

Essa tendência jornalística, iniciada ainda na década de 1940 (MENESES, 2013) e acentuada pelo jornal Folha de São Paulo (FSP) na década de 1980, foi bastante refletida no Grupo RBS, o manual tanto que em 2011 foi publicado um guia em que apenas a temática da ética do fazer jornalístico foi abordado, denominado Guia de Ética e Autorregulação Jornalística do Grupo RBS, focava apenas sobre esses conflitos, a estética e a redação não foram abordados nesse guia. Encontramos nessa publicação, mais aprofundado que em relação ao manual, um discurso do grupo focado na independência jornalística e no autofinanciamento, sem necessitar de investimentos públicos. Podemos refletir a partir desse discurso em duas questões importantes para compreendermos as ações do jornal: a primeira é de que o grupo busca (aparentar) a sua isenção política e a segunda é a de sua necessidade de obter recursos próprios para manter-se.

A primeira questão apontada já traz uma série de reflexões possíveis, uma vez que o jornal ZH possui historicamente uma trajetória marcada por um alinhamento político (BERGER, 2003). Podemos depreender que a partir do momento em que houve um retorno à democracia essa imagem de alinhamento poderia prejudicar a imagem do jornal. Sendo assim se fez (a ainda faz) necessário um discurso que propunha uma criação/manutenção de uma autorrepresentação positiva. Ou seja, dissociar o jornal do cenário político, principalmente de repressão militar. Meneses (2013), em um estudo sobre os manuais de redação do jornal Folha de São Paulo (FSP), demonstrou que o jornal buscou no discurso de objetividade e de pluralidade (re)construir uma autoimagem positiva¹³, isto é, o jornal preocupou-se em propagar o cuidadoso processo pelo qual a matéria passa, desde sua criação até sua publicação levando seu leitor a crer que esta será a mais fiel possível. Entretanto, a mesma autora afirma, a partir de subsídios do manual do jornal FSP, que:

há um trabalho de seleção que transita entre acaso e controle. Diante da ilimitada avalanche de ocorrência que saturam o cotidiano, alguns eventos são selecionados e, por vezes, identificados por seu potencial de comoção e apelo social, mais do que isso, são assim narrados, o que os transforma em um poderoso capital simbólico no jogo de disputas de poder e construção de memórias e de marcos históricos (MENESES, 2013, p. 58).

Meneses consegue evidenciar a complexa rede de construção de uma publicação, mostrando que existem diversos elementos envolvidos muito além do que os manuais e guias

¹³ O jornal FSP buscou associar sua imagem a coberturas históricas com fundamentação democrática promovendo, conseqüentemente, a sua dissociação do apoio à ditadura militar (MENESES, 2013).

expõem. A própria concepção de acontecimento pode suscitar um vasto debate, demonstrando a inconstância e/ou a possibilidade da fabricação dos mesmos comprovando a dificuldade de objetividade de uma matéria jornalística. Utilizando as palavras de Farge (2011) podemos compreender o delicado e complexo ato de definição do acontecimento:

O acontecimento que sobrevém é um momento, um fragmento de realidade percebida que não tem nenhuma outra unidade além do nome que se lhe dá. Sua chegada no tempo é imediatamente partilhada por aqueles que o recebem, o veem, ouvem falar dele, o anunciam e depois o guardam na memória. Fabricante e fabricado, o acontecimento é inicialmente um pedaço de tempo e de ação posto em pedaços, em partilha como em discussão [...] (FARGE, 2011, p. 71).

A segunda reflexão é sobre a necessidade de autofinanciamento, ou seja, o jornal está inserido num contexto capitalista em que é um produto e deve gerar lucro. Ao aprofundarmos nessa questão lembrarmo-nos de Bourdieu (1997) quando fala das pressões econômicas que se exercem sobre o jornal podendo afetar as publicações e até mesmo a forma de fazer jornalismo. O sociólogo entende que o jornalismo “deve aplicar-se em não ‘chocar ninguém’” (1997, p. 63). Sendo assim as matérias publicadas devem abranger o maior leque de temas possíveis, sem grandes aprofundamentos e/ou críticas sociais. Dessa maneira houve uma banalização dos temas abordados pelo jornalismo. O jornal ZH estava (está) imerso nesse processo.

Compreendendo a inserção do periódico no contexto da década de 1980, de redemocratização e de construção de hegemonia do grupo RBS, focar-nos-emos no periódico ZH e em sua cobertura jornalística das comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha.

4.2.1 O JORNAL ZH – O REGIONAL COMO NACIONAL

O jornal ZH tradicionalmente possui uma divisão bem definida em sua estrutura, separado por cadernos. Em 1985, as primeiras páginas (2-4) do jornal ficavam reservadas para os editoriais e opiniões, mais especificamente na página 2 encontravam-se os editoriais do jornal. Ali, geralmente, dois títulos eram desenvolvidos, trazendo informações e/ou opiniões

próprias. O tema a ser discutido dava ênfase nas relações com a região sul, caracterizando assim o jornal como regional.

Alguns exemplos de editoriais com a temática das comemorações, que evidenciam o caráter regional do periódico podem ser aqui destacados. O primeiro foi publicado no dia 06 de setembro em que se anunciou a visita do então presidente José Sarney ao Estado. Abaixo um trecho desse editorial.

A coincidência da visita do primeiro mandatário da Nação com a aproximação dos festejos do sesquicentenário farroupilha conferiu-lhe, por outro lado, especial realce. Reverenciando a epopéia, afirmou o Sr. José Sarney que “o orgulho e a determinação de ser brasileiro nascem nas heróicas sagas deste grande Estado”. São as palavras que hão de calar fundo na alma dos riograndenses, que, sob a liderança do homem público que em hora difícil assumiu os destinos da Pátria, haverão de certamente dar a melhor contribuição à causa da redenção nacional. (Grifos nossos) (ZH, editorial, 1985, p 2).

A ligação com a efeméride foi muito intensificada nesse editorial. O final desse excerto (que se encontra sublinhado) estava destacado acima do editorial, dando ênfase ao nacional sobre o regional, porém sempre ressaltando aspectos importantes para a região sul do país. Também essas três linhas extraídas evidenciam a posição que o jornal defendeu durante o ano de 1985 em relação à Revolução Farroupilha, a construção/manutenção de que a Revolução possuía motivações nacionais e não foi separatista, a não ser por um “arroubo” momentâneo. Podemos também ressaltar o destaque dado para a descrição do cargo exercido por Sarney “primeiro mandatário da Nação” e encontramos a palavra nação com letra maiúscula demonstrando a exaltação da redemocratização – finalizada com o mandato do “presidente democrático”.

Em 20 de setembro o jornal trouxe um editorial intitulado “A afirmação histórica de um povo”. Já acima do texto, no habitual trecho em evidência, encontramos: “O sentimento de brasilidade sempre foi mais forte do que as tendências regionalistas e centrífugas” (p.2). Antes mesmo de ler o editorial o jornal novamente, e dessa vez bem mais explícito, procurou deixar manifestada a sua posição em relação aos fatos históricos rememorados nos 150 anos da Revolução Farroupilha.

No desenvolvimento desse editorial encontramos o que seria o início do excerto anteriormente descrito: “(...) quando bem examinados os fatos, a acusação não prospera (...)” (p.2). A acusação referida foi descrita como: “o movimento, em um dado instante, assumiu

conteúdo separatista e chegou a gerar uma incipiente República Rio-Grandense” (p.2). O adjetivo “incipiente” utilizado antes da palavra “República” resultou num tom pejorativo, ou seja, desqualificou a separação e, concomitantemente, o jornal defendeu a brasilidade da Revolução Farroupilha.

Esses dois editoriais publicados no mês de setembro nos indicam o regionalismo do periódico, porém, em contrapartida, reafirmam o sentimento de brasilidade do Rio Grande do Sul ressaltando sua importância para o país ou destacando aspectos desassistidos pelo governo nacional – ponto esse trabalhado na maioria das matérias coletadas naquele ano. Conforme já evidenciado nessa pesquisa, o jornal ZH propôs-se a realizar diversos projetos em torno da temática das comemorações, alguns dos quais visando compreender suas mediações e as representações construídas ao longo das publicações.

4.3 “PREPARE-SE PARA VIVER O ANO DO SESQUICENTENÁRIO FARROUPILHA COM TODA SUA EMOÇÃO”

O subtítulo foi uma das frases selecionadas pelo jornal ZH para descrever um dos projetos da RBS que seria também veiculado no periódico. Denominado “Heróis farroupilhas” o projeto visava trazer, entre junho a setembro de 1985, heróis e heroínas do movimento, onde seria narrada sua participação e uma pequena biografia. Como no exemplo abaixo, na publicação em 08 de janeiro de 1985, explicava o projeto e motivava a criação de um “sentimento de comemorar”, incentivando os leitores a entrarem nas festividades, principalmente daquelas proporcionadas pelo periódico.

Figura 4 - Heróis farroupilhas

No mesmo lugar de uma luta sem vencedores, uma paz sem vencidos.

A década da Revolução Farroupilha foi marcada por combates, assaltos e cercos sempre carregados de atos heróicos e pesadas perdas para ambos os lados. Foram 56 combates em todo o território Rio-Grandense, chegando até parte de Santa Catarina, em Lages, Curitiba e Laguna. Principalmente na época da curta República Juliana, Porto Alegre e Rio Grande foram palco de assaltos mais insistentes. Ora tomados por legalistas, ora por republicanos. Vários episódios ficaram registrados por singularidades de bravura, determinação e amor à causa.

farrapa. Nunca se pode esquecer a fuga do Presidente da Província, Fernandes Braga, para Rio Grande, quando as tropas farroupilhas, comandadas por Onofre Pires e Gomes Jardim realizaram a Tomada de Porto Alegre. Era o dia 20 de setembro de 1835. O início da Revolução. A rendição de Antônio Vieira Braga, quando os farrapos ocuparam Piratini, que seria a primeira capital da República. A primeira Tomada de Rio Pardo, a Rendição de Caçapava, a Invasão de Laguna e o Combate de Seival, que no dia seguinte motivou a Proclamação da República Rio-Grandense. Outros encontros marcaram perdas e prisões aos farrapos. O combate da Ilha do Farol, onde caiu prisioneiro o General Bento Gonçalves. A Tomada de Itapoá, no Morro da Fortaleza, onde 23 farroupilhas resistiram bravamente até a morte. Quando o próprio Pedro Simão, ferido, lançou-se às águas do Guaíba para não promover sequer uma presa viva aos imperiais. A morte de Rossetti na derrota farrapa de Sanga da Bananeira. Enfim, foram dez anos de lutas que demonstraram o heroísmo farroupilha. Mas foi o cenário de Ponche Verde que impôs uma verdadeira demonstração de amor à terra. Palco de um imenso combate entre quase 5.000 homens, que, já exaustos, abandonam o campo de batalha com perdas pesadas. Sem derrota para nenhum dos lados. O mesmo lugar em que, dois anos mais tarde, na manhã ensolarada de 28 de fevereiro de 1845, foi assinada a paz, unindo-se as duas forças contra a ambição do ditador Rosas, na Argentina. Prova maior da paixão de ser brasileiro, acima de tudo. Era o fim da Revolução Farroupilha. Prepare-se para viver o ano do Sesquicentenário Farroupilha com toda sua emoção.

Consultoria histórica: Prof. Joaquim José Felschold



150
ANOS DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA

50
ANOS
O RÁDIO FARROUPILHA
FM 98.1 MHz - PORTO ALEGRE
Fundado nos 100 anos da Revolução Farroupilha

BRAHMA
Produtos de Qualidade

Vamos reviver as glórias de um grito soberano.

Fonte: No Mesmo, 1985, p. 5.

A construção do herói foi constantemente utilizada nas matérias jornalísticas do periódico. Em relação às mídias temos uma construção ainda mais complexa, como nos lembra Matos (1985):

Herói ou instituições heróicas são fonte de identificação imaginária ou, em outras palavras, de identidade coletiva. O heroísmo convertido em espetáculo pela mídia, porém, tende a dissolver a memória, a recordação heurística e ativa, a reminiscência identificadora de um nós social. Isto porque a mídia transforma a morte - horizonte do heroísmo - em espetáculo, isto é, em entretenimento, tal como pudemos assistir, pela T. V., à agonia, paixão e morte de Ayrton Senna (MATOS, 1995, p. 87).

O exemplo dado pela autora é datado – década de 1990. Porém, na década de 1980 já encontramos um vasto crescimento das mídias de telecomunicações, bem como da rede RBS. A memória, ressaltada nesse excerto, foi entendida por Matos (1995) como o acontecimento propriamente dito, diferentemente daquilo que acreditamos. Entretanto, ao desenvolver seu argumento, a autora evidenciou a criação de um espetáculo organizado pela mídia, proporcionado pela ilusão de uma multiplicidade de versões (que verificamos nas matérias jornalísticas com inserções de opiniões e de falas de integrantes do MTG ou de representantes políticos em grande quantidade e poucas matérias com versões de historiadores e pensadores com idéias ressonantes). Essa multiplicidade, então, não é equânime e sim disforme tendo como consequência um favorecimento a uma das versões.

Podemos refletir que o espetáculo e a transformação da morte, trazidos por Matos (1995), foram estratégias utilizadas pelo veículo analisado. Essas construções foram sendo traçadas ao longo das publicações. Como, por exemplo, no uso da palavra “herói” e sua derivação “heroísmo” que foram utilizadas constantemente para remeter à memória farroupilha. Excetuando a participação rara de historiadores¹⁴ nas publicações, que buscaram debater questões sobre a Revolução, no jornal essa construção foi constantemente ratificada. A publicação da RBS acima destacada, publicada no dia 08 de janeiro, trouxe em letras em destaque (fonte grande e em negrito): “No mesmo lugar de uma luta sem vencedores, uma paz sem vencidos” (1985, p. 05). Esse destaque exaltou às construções da memória farroupilha e, como vimos ao longo da narrativa, ocultou dados que pudessem macular essa imagem. No teor da mesma matéria percebemos essa tessitura do jornal em que realizaram um pequeno resumo da Revolução e trouxeram a seguinte afirmação: “enfim, foram de anos de lutas que demonstraram o heroísmo farroupilha” (1985, p. 05). Permanecendo assim o culto cívico ao passado histórico.

4.3.1 Pró-Memória Farroupilha

¹⁴ Trabalharemos adiante a participação de historiadores em matérias jornalísticas do jornal ZH.

Iremos nos focar agora em um dos projetos propostos pela Subcomissão de Comunicação Social e realizado pelo grupo RBS: Pró-Memória Farrroupilha. Esse projeto foi adaptado, pois anteriormente, nos anos 1983 e 1984, o jornal ZH já buscava rememorar a história do Rio Grande do Sul por meio do projeto Pró-Memória Gaúcha, uma parceria com o Banco Bamerindus, em que ressaltava aspectos da história local. No ano de 1985 fatos e locais foram selecionados pelo periódico por causa do seu envolvimento com a Revolução Farrroupilha. Ao longo dos meses de fevereiro a setembro cada um deles ganhou placas comemorativas de bronze.

Em 19 de fevereiro, o jornal noticiou o início desse projeto e trouxe algumas informações sobre o seu desenvolvimento.

O projeto Pró-Memória Gaúcha entra no seu terceiro ano, buscando destacar e homenagear aqueles prédios e locais que fazem parte e contam a história do estado do Rio Grande do Sul, e agora, em 85, engajado na promoção de um passado importante, como a Revolução Farrroupilha (PRÓ-MEMÓRIA, 1985, p. 23).

Durante os meses seguintes foram publicados diminutos textos, com imagens sobre municípios envolvidos, sempre ressaltando a sua participação na Revolução. Em 06 de março uma publicação do projeto ressaltou as suas características e justificou a sua importância ao afirmar que “em 1985 o Projeto Pró-Memória continua a campanha em defesa da gente e das coisas gaúchas, buscando recuperar um passado que tem muito a ensinar no presente (...)” (BAMERINDUS, 1985, p. 33). Valendo-se do sentido pedagógico da comemoração, como também trabalha Ouzof (1988), o jornal tentou resgatar “um passado”, ou melhor, uma memória farrroupilha, que poderia ser um recorte bem selecionado e fortemente aceito na sociedade gaúcha.

Ao buscar construir uma notícia como Melo (1985) define, um “relato integral de um fato que já eclodiu no organismo social” (p. 49), o jornal ZH inseriu descrições sutis que foram construindo a sua autorrepresentação. Como no trecho da notícia publicada em 16 de abril: “A comunidade de Canguçu, que prestigiou em massa a homenagem...” (1985, p. 15), onde sugeriu implicitamente que o evento havia sido um sucesso de público.

Podemos também refletir que, mesmo o projeto sendo uma parceria entre o Bamerindus e a RBS, deixava-se transparecer nas construções das matérias publicadas que a concepção e articulação na sociedade gaúcha eram trabalhos do grupo RBS. Ao Bamerindus

cabia o apoio financeiro do projeto. Tanto que, ao evidenciar o trabalho em conjunto de ambas as empresas, a sigla “RBS” sempre estava à frente a sigla “Bamerindus” e, geralmente em negrito. Isto fica evidenciado no fragmento da notícia do dia 30 de março “esta contribuição da **RBS** e Bamerindus para a cultura gaúcha” (RIO PARDO, 1985, p. 3, grifo do autor).

A inserção de falas durante as matérias jornalísticas também sugeriam implicitamente essa construção do jornal ZH, indo além, reforçando a autorrepresentação do grupo RBS. Um exemplo foi a fala do então presidente do Banco Bamerindus de Pelotas, Cezário Callai, em abril: “Quanto mais livre é um povo mais viva é sua história, por isso parabenizamos a RBS, pela iniciativa e que fique nesta placa de bronze nosso reconhecimento pela memória da história farroupilha” (A HOMENAGEM, 1985, p. 15). Novamente encontramos essa estratégia no mês de junho, na fala do delegado de Educação e de Cultura de Bagé Antonio Ferreira, que representava o prefeito: “A participação da RBS, que estaria concretizada somente com seus meios de comunicação, nos dá a visão de seu dirigente Maurício Sirotsky Sobrinho, que vai além da cobertura jornalística de seus veículos, para realizar uma participação mais concreta dentro da comunidade” (A PARTICIPAÇÃO, 1985, p. 3).

Em todas as publicações sobre o projeto Pró-Memória Farroupilha, em que se fazia referência as cidades homenageadas e uma descrição do acontecimento, houve a sistematização das publicações. Nelas era narrado os feitos da cidade e justificado a motivação para o local escolhido para a colocação da placa de bronze e, no dia do descerramento da placa, publicava uma notícia descrevendo a cerimônia. Como exemplo, iremos mostrar a maneira como o jornal trouxe o início da Revolução Farroupilha e o ataque dos Farroupilhas vindos de Guaíba para Porto Alegre, de 19 para 20 de setembro de 1835:

Figura 5 - O Berço da Sedição

PRO - MEMÓRIA - FARROUPILHA

O Berço da Sedição



A sedição estava sendo preparada pensando em recompor o governo provincial e em obter maior consideração da Corte para com o Rio Grande.



A cada dia as circunstâncias se cruzavam, a provocar ações mais definidas. O próprio presidente da Província, Fernandes Braga, solicitara para ser substituído, mas a Regência não estava dando conta de resolver nem mesmo os movimentos que eclodiram antes, em outras regiões do país. Chegou-se à convicção de que o único meio de se

conseguir, do governo central, uma atitude concreta, seria um "susto" através das armas. E a ação começaria com a tomada de Porto Alegre, a capital.

Corria o mês de setembro de 1835 quando se reuniram, em Pedras Brancas, três descendentes dos pioneiros do rio Jacuí: o coronel e estancieiro Bento Gonçalves (já considerado comandante), Onofre Pires e o Capitão da Guarda Nacional, José Vasconcelos Jardim, também estancieiro e médico prático, dono de um hospital de caridade no povoado.

De acordo com a tradição oral, eles se reuniram à sombra de um cipreste em frente à casa de Vasconcelos Jardim, com



vistas para o Guaíba, rio que daria o nome futuro à vila. Ali foram traçados os planos de invasão e marcada a data: a madrugada de 19 para 20 de setembro.

Praticamente sem resistência, Porto Alegre ficou em mãos dos invasores, registrando-se o início efetivo do movimento que se transformou na Revolução Farroupilha.

A história continuou seu curso e o cipreste ficou para testemunhar a participação de Guaíba, considerada o berço da sedição.

Promoção:




PROJETO
PRÓ-MEMÓRIA
FARROUPILHA



Bamerindus
O banco da nossa terra.

21 - AULAS DE HISTÓRIA

Fonte: O berço, 1985, p. 17.

O “Berço da Sedição” foi o nome selecionado pelo projeto para o local onde iniciou o movimento farroupilha de acordo com a história oral conforme ficou evidenciado na publicação. Ficou perceptível a construção da narrativa de que a Revolução tinha por objetivos apenas chamar a atenção do governo central, e para isso valeu-se de “um ‘susto’ através das armas”. Implicitamente tecendo uma memória farroupilha distanciada de um

projeto organizado, pensado e refletido anteriormente, como demonstram Piccolo (1985), Padoin (1999), entre outros historiadores.

No dia ou no dia posterior ao descerramento da placa de bronze o jornal noticiava o acontecimento descrevendo a cerimônia e quem estaria presente. Na imagem abaixo está a notícia da colocação da placa em Guaíba, evidenciando o cerimonial e destacando as presenças ilustres, do então prefeito de Porto Alegre, João Antonio Dib. Sua participação foi narrada com destaque: “dirigiu-se (o prefeito) a Guaíba a fim de levar o reconhecimento da capital à participação da cidade vizinha nas batalhas farroupilhas”. Também estiveram presentes o então prefeito de Guaíba, Nelson Cornet, o secretário substituto de Educação e Cultura do Estado, Rubens Pillar, representante da Bamerindus e representantes da RBS.

Figura 6 - Homenagem ao cipreste histórico de Guaíba

Homenagem ao cipreste histórico de Guaíba

O cipreste testemunhou os planos de invasão de Porto Alegre, feitos em Guaíba

Prefeito Dib foi ver as fotos de Liane Neves

SHOWS E ESPETÁCULOS

Lemy Andrade
A estrela de maior sucesso da noite carioca brilha em Porto Alegre.
Dias 2, 3 e 4 de maio.
COUVERT ARTÍSTICO Cr\$ 5.000,00
aguarde as novas atrações.
PORTOVELHO RESTAURANTE
Andrade Neves, 42 - Tel.: 25-6398.
Apoio: BRAHMA Rishon

SID COMPUTADORES apresenta
SOM INSTRUMENTAL DIGITAL
PRISMA SID
CESAR CAMARGO MARIANO
NELSON AYRES
Banda e Balé
Dias 4 e 5 de maio
SALÃO DE ATOS DA REITORIA DA UFRGS
Av. Paulo Gama, 110
Reservas e Informações: Tel.: 26-0765
Ingressos a venda na Panvel do calçadão e nos dias 3, 4 e 5 no local.
Promoção: ITAPEMA FM 102.3 MHz PORTO ALEGRE
Som Brasil Bônito

Homenagear a história é tentar manter vivas as raízes de um povo. E curvar-se diante do passado e trazer dele o conhecimento para as lutas presentes. Por isso, o Projeto Pró-Memória Farroupilha, deixou em Guaíba a reverência da RBS e do Bamerindus diante da coragem dos gaibenses nas lutas farrapas.

A placa de bronze foi descerrada aos pés do cipreste que abrigou planos do grupo revolucionário. O cipreste está na praça em frente à casa de Vasconcelos Jardim, um dos vultos da história gaúcha.

As homenagens que marcaram a ocasião contaram com a presença do prefeito de Porto Alegre, João Antônio Dib, que dirigiu-se a Guaíba a fim de levar o reconhecimento da capital à participação da cidade vizinha nas batalhas farroupilhas. Ao seu lado, o prefeito de Guaíba, Nelson Cornet, lembrou que "ali teve muito sangue de gaibense derramado e que isto, nos dá mais responsabilidade para dirigir o presente".

De Porto Alegre também esteve presente o secretário substituto de Educação e Cultura do Estado, Rubens Pillar, que lembrou a cor verde do cipreste referindo-se "à esperança atual de nosso povo". Disse ainda que o Projeto Pró-Memória é "uma raiz em cuja seiva todos nós continuamos lutando pelo progresso do Rio Grande".

Além destes, estiveram em Guaíba os representantes do Bamerindus, Luis Tadeu Chinellato e Marco Aurélio Rueda Melio, além de representantes da Rede Brasil Sul.

As crianças foram representadas pelo Grupo Escolar Municipal de Guaíba, coordenadas pela secretária de Desporto, Turismo e Cultura do município, Vainá Collar.

Para finalizar, foi feita a abertura da exposição fotográfica de Liane Neves, com um total de 64 painéis revelando os lugares históricos onde ocorreram as lutas.

Na Biblioteca Pública Municipal de Guaíba, a exposição foi aberta à visitação pelo prefeito Dib e ficará lá até ao final da semana.

Fonte: Homenagem, 1985, p 05.

Nas publicações sobre o projeto Pró-Memória não houve a utilização do símbolo oficial das comemorações. Nas demais publicações o símbolo sempre esteve presente. Isso nos leva a inferir que as construções do projeto foram aquelas do grupo RBS, que apesar de

estarem em consonância com as construções oficiais, davam maior liberdade para a empresa jornalística em eleger heróis, elevar cenários e se autorrepresentar nas publicações.

O enaltecimento das localidades, dos heróis e da história farroupilha foi constante, evidenciando sempre que as motivações foram nobres e que justificavam as medidas drásticas – o confronto bélico de 1835-45, transformando a morte e construindo o espetáculo farroupilha. Se observarmos apenas os títulos das publicações sobre o projeto poderemos compreender essa estratégia. Ao referir-se a Canguçu o jornal selecionou: “A Estância Heróica” (A ESTÂNCIA, 1985, p. 13) e, mantendo o mesmo adjetivo para a notícia da cerimônia do dia 16 de abril, “A homenagem aos heróis de Canguçu” (A HOMENAGEM, 1985, p. 15). Para Rio Grande, um advérbio de intensidade foi usado para ressaltar a importância da localidade, “O grande porto imperial” (O GRANDE, 1985, p. 13). Porto Alegre manteve os qualitativos recebidos pelo Império, ao manter-se fiel aos legalistas na farroupilha: “A leal e valorosa Porto Alegre” (A LEAL, 1985, p. 10).

4.3.2 Resgatando o passado

Presente em toda a comemoração oficial, a tentativa de aproximação entre o passado mitificado farroupilha com o presente de 1985 permeou discursos políticos e matérias jornalísticas. Esse resgate tonificou diversas publicações no jornal ZH, evidenciando uma tentativa de construção de identificação com a memória farroupilha, com o intuito de glorificar também o presente. Discursos políticos foram inseridos nas matérias para acentuar essa tentativa. As construções ideológicas do jornal foram reforçadas, então, pelo anacronismo dessa aproximação entre o passado e o presente, como nos lembrou Hobsbawm (2011). Em pequenos excertos encontramos, no jogo de palavras, essa construção, como no dia 16 de setembro em que o jornalista Juarez Tosi, do editorial local ZH, escreveu “Hoje, após 150 anos, a História se repete” (TOSI, 1985, p. 37).

No dia primeiro de janeiro o jornal já demonstrava suas intenções ideológicas, primeiramente ao reforçar uma construção oficial de que “o próprio governador Jair Soares é descendente de Bento Gonçalves, segundo recentes estudos genealógicos, o que ele muito se honrou em saber” (FRÕES; RIGATTO, 1985, p. 25). Na narrativa da notícia veremos o tecer dessa costura: “os motivos que levaram os gaúchos a lutar na Revolução Farroupilha foram os

mesmos que hoje vivemos no nosso dia-a-dia: a excessiva centralização do poder, os pesados tributos nacionais e o pequeno retorno ao Estado” (FRÖES; RIGATTO, 1985, p. 25).

Em 11 de janeiro Carlos Adamatti, editoria política, publicou uma reportagem¹⁵ especial sobre a cobertura da mudança de capital, prevista no calendário oficial das comemorações. Intitulada “Piratini revive a epopéia da Revolução Farroupilha” o jornalista narrou os diversos momentos da celebração. Em uma notícia que descrevia a instalação do governo Estadual em Piratini (projeto que previa a troca da capital pelas capitais farroupilhas) Adamatti trouxe a representação criada de aproximação do passado com o presente, comparando a ata de instalação de Governo de Bento Gonçalves com o de Jair Soares. Na fala do então governador do Estado podemos perceber essa estratégia: “o Rio Grande, não obstante o tempo decorrido, ainda se debate pelo aperfeiçoamento do sistema federativo” (ADAMATTI, 1985, p. 27). Além de valer-se do mesmo cerimonial ainda foi inserido no discurso do Governador palavras que remetiam à efeméride, porém visando uma ligação do passado que se comemorava.

Na mesma publicação o mesmo exercício foi realizado. A notícia trazia a participação do MTG, que estava realizando um congresso regional em Piratini. Em uma fala do governador para o presidente do MTG, Onésio Carneiro Duarte, parafraseada pelo jornalista demonstra essa ligação do presente com o pretérito: “após ser saudado pelo MTG, o governador disse que 1985 repete 1835, na medida em que agora, como ontem, ‘mantemos a mesma identidade maiúscula do caráter gaúcho e somos farroupilhas nos festejos deste sesquicentenário, como o seremos, nos séculos do futuro para sempre’” (ADAMATTI, 1985, p. 27).

Em 16 de setembro encontramos também essa construção, em que o título já a sugere: “O Estado ainda luta contra o centralismo” (TOSI, 1985, p. 36 e 37). Ao desenrolar da notícia aproximaram então ambas as realidades (o decênio farroupilha com 1985) e evidenciaram que o presente mostrava-se com semelhanças de seu passado: “atualmente, (...), cerca de 50% dos municípios do Rio Grande do Sul tiveram que reduzir suas atividades em benefício do bem-comum” – comparando à realidade do século XIX em que a Província de São Pedro possuía uma economia dependente do governo brasileiro, porque era de exportação interna.

Perceberemos essas construções também no fascículo especial do dia 20 de setembro.

¹⁵ O conceito de reportagem que utilizamos foi o de Melo (1985): “a reportagem é o relato ampliado de um acontecimento que já repercutiu no organismo social e produziu alterações que são percebidas pela instituição jornalística” (p. 49).

4.3.3 O Vinte de Setembro

Como ficou estabelecido no cronograma oficial das comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, no dia 20 de setembro um fascículo especial seria publicado no jornal ZH retratando a passagem dos 150 anos da eclosão da efeméride. Este fascículo realmente foi publicado, inserido como um caderno extra do jornal ZH, muito mais que uma publicação do jornal ZH, foi financiada pelo governo Estadual¹⁶, mantendo em suas matérias jornalísticas ambas as representações, oficiais e do grupo RBS.

Para melhor entendermos o objeto analisado faremos uma breve descrição do mesmo e posterior análise das matérias. Abaixo está a capa do fascículo em que um busto de Bento Gonçalves foi publicado, com farda de oficial e acima de sua cabeça estão cavaleiros carregando a bandeira com as cores da guerra farroupilha, bem como do Estado. Podemos perceber mais uma vez a aproximação entre o passado e o presente, entre o ser gaúcho atual (de 1985), que apesar de suas obrigações tem em sua mente o ideal farroupilha. Abaixo do título “Farrapos” vemos os anos “1835-1985”, ou seja, o transcorrer de 150 anos desde o evento.

¹⁶ Dois são os documentos que nos embasam para essa afirmação. Um é um documento do grupo RBS (anexo) que trouxe a lista de valores de cada projeto proposto a ser financiado para a comissão Executiva do Sesquicentenário. O outro é um relatório, inserido no FSRF, com todos os projetos oficiais das comemorações, em que constava o custo para o Governo Estadual de cada um deles, nesse relatório estava inserido os projetos do grupo RBS com indicação de custos. Programação, Comissão Executiva. FSRF, 1984, cx 18.

Figura 7 - FARRAPOS 1835-1985



Fonte: Farrapos, 1985, p. 24.

Ao longo das mais de 20 páginas – todas com o tema farroupilha – percebemos a presença de jornalistas, historiadores, intelectuais e políticos abordando a passagem dos 150 anos. Para podermos melhor entender do que estamos falando, realizamos um quadro que contempla todas as matérias jornalísticas (13 ao todo), especificando o autor, sua profissão e/ou ocupação, quantidade de matérias assinadas por cada autor e o espaço reservado para as mesmas.

Quadro 5 - Matérias Jornalísticas do Fascículo Especial

Nome	Formação ou cargo que ocupava	Matérias jornalísticas	Espaço
Luiz Oscar Matzenbacher	Jornalista	1	Duas páginas
Nelson Marchesan	Político – Deputado Federal	1	Uma página
Moacyr Flores	Historiador	1	Três páginas
F. Riopardense de Macedo	Historiador	1	Duas páginas
Elio Falcão Vieira	Jornalista	1	Três páginas
Celi Regina Jardim Pinto	Historiadora	2	Três páginas
Paulo Gilberto Fagundes Vizentini	Historiador	1	Uma página
Luiza Helena Schmitz Kliemann	Historiadora	1	Uma página
Flávio Giannetti Loureiro Chaves	Professor Universitário – formação em Letras	1	Uma página
Jair Soares	Político – governador do Estado	1	Uma página
Aldo Pinto	Político – deputado Federal	1	Meia página
Pedro Simon	Político – Ministro da Agricultura	1	Meia página

Fonte: Farrapos, 1985.

Esse quadro serve apenas para termos um panorama bem geral do texto de ZH. Esse encarte especial já estava previsto nas comemorações oficiais do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha e foi noticiada a sua publicação no dia 1º de janeiro de 1985. Por ser um espaço para aprofundamento, o jornal recorreu a alguns especialistas na área, na grande maioria, e deu espaço a reportagens mais longas sendo todas assinadas.

Num primeiro olhar, podemos perceber que houve uma grande quantidade de participação de políticos na composição do fascículo, porém é importante destacar que o espaço reservado foi menor, de meia página (exceto para o governador Jair Soares que foi de uma página). Foram quatro casos ao total em que houve ênfase no discurso heroico da Revolução e, conseqüentemente, na herança deixada por ela ao Estado. Ambas as posições foram utilizadas para ilustrar atitudes possíveis para contornar a crise que vivia o Rio Grande do Sul. Como no exemplo abaixo no texto de Nelson Marchezan, então deputado Federal pelo Partido Democrático Social:

A veneração ao nosso passado, como agora o fazemos nas comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, é parte da índole e das tradições gaúchas, mas é também nestes exemplos de lutas e conquistas que devemos nos espelhar para construirmos um futuro do progresso para o Rio Grande e seu povo (MARCHEZAN, 1985, p. 23).

O discurso do governador do Estado Jair Soares permaneceu na mesma linha de exaltação do herói e da herança da Revolução, como no excerto de sua matéria: “[...] a alma do Rio Grande é a mesma, um século depois” (SOARES, 1985, p. 21) em que o político evidenciou sua tentativa de aproximação entre passado e presente bem como ficou nítido o seu apelo as construções da memória farroupilha. Aldo Pinto, então deputado federal, ressaltou a importância da economia do Estado inserida na nacional, e Pedro Simon, então Ministro da Agricultura, fez uma reflexão sobre os problemas que o Estado enfrentava em 1985.

Nessa publicação especial dois jornalistas assinaram, sendo que um deles teve um espaço de três páginas. A primeira reportagem retratava o amor de Anita e Garibaldi, bem explorado pelo jornalista Matzenbacher. A matéria trouxe trechos de um manuscrito de Garibaldi, publicado por Alexandre Dumas em 1907, em que exaltava o amor entre ele e Anita. Ao finalizar o texto o jornalista afirmou: “Toda a cidade de Laguna ainda vive, hoje, 150 anos depois, ao redor dos locais onde ocorreu o amor de Anita e de Garibaldi” (MATZENBACHER, 1985, s/p). Ambas as personagens históricas ficaram reduzidas a um amor idealizado e romanceado.

A segunda reportagem, maior do fascículo, assinada por um jornalista teve como temática a economia do Estado, remontando a Revolução Farroupilha e a Província de São Pedro. Elio Falcão Vieira aprofundou em três páginas de análise o transcorrer dos 150 anos na economia da região. Para um jornal é um grande espaço, mas o tema requereria um espaço ainda maior para melhor compreensão. Sendo assim, independentemente do autor, generalizações se fizeram necessárias, porém, algumas colocações mantiveram o discurso utilizado pelos políticos, de enaltecer o panteão farroupilha. Ao tratar das causas da eclosão da guerra o jornalista colocou:

Não é sem razão que os revolucionários de 35 insurgiram-se contra a humilhante posição do Estado de ‘Estalagem do Império’ – uma província perdida no mapa, de que a Coroa só se lembrava quando precisava de soldados e alimentos (VIEIRA, 1985, p. 9).

Estudos mais recentes demonstram que as relações entre os fronteiriços sulinos e a coroa era de constante negociação e havia trocas, onde, por vezes, os privilegiados eram os fronteiriços¹⁷. Porém, Pesavento e Piccolo, já em 1985, apontavam para esse caminho. Pesavento trazia a origem elitista do movimento (p. 10), enquanto Piccolo demonstrava que os interesses do imperador português na Banda Oriental trouxeram benefícios para a província:

Ao ocupar a Banda Oriental, D. João mantinha as charqueadas sul-rio-grandenses regularmente abastecidas de abundante matéria-prima, evitando uma crise da economia do Rio Grande do Sul e afastando um possível concorrente (PICCOLO, 1985a, p. 34).

Retornando à reportagem, Vieira escreveu que: “A chegada de D. João VI veio recrudescer a beligerância no Sul, carregando os rio-grandenses de mais sacrifícios em vidas e bens, em favor da corte portuguesa” (VIEIRA, 1985, p. 10). Percebemos que esse discurso, mesmo em 1985, poderia ser facilmente contestado, entretanto manter essa imagem tornava-se relevante para as construções oficiais e para as do periódico, de região frágil e esquecida pelo governo central.

Cinco foram os historiadores¹⁸ convidados para participarem do fascículo: Moacyr Flores¹⁹, Francisco Riopardense de Macedo²⁰, Céli Regina Jardim Pinto²¹ (assinando duas matérias), Paulo G. Fagundes Vizentini²² e Luiza Helena Schmitz Kliemann²³.

¹⁷ Gil (2002) mostrou em sua dissertação que a prática do contrabando era comum e de ciência da Coroa portuguesa, e posteriormente do Império brasileiro, pois era necessário fazer concessões uma vez que a região exigia a defesa pelos moradores fronteiriços. Havia, então, uma constante negociação entre o governo e a região fronteira, com vantagens para ambos os lados.

¹⁸ Em poucos momentos o jornal trouxe a participação de historiadores nas matérias jornalísticas. Antes do dia 20 de setembro o jornal contou com a participação de três historiadores: Sérgio da Costa Franco, Sandra Pesavento e Décio Freitas. A primeira aparição foi a participação Sérgio da Costa Franco, no dia 02 de janeiro, num editorial da página 2, em que o historiador buscou desconstruir a memória farroupilha, pois para ele: “a Revolução precisa ser vista como fato, e não como mito. E os participantes da guerra civil, de um lado e de outro, precisam ser vistos como homens, e não como heróis da lenda”. A seguinte participação foi em 04 de maio, com uma entrevista de Sandra Pesavento. O título da matéria era “O Rio Grande pede ajuda. Mas já foi um Estado rico” (p.10). Nessa entrevista a historiadora trouxe a dificuldade de comparações, e dos riscos de anacronismos. O jornalista então concluiu: “a professora Sandra não conhece as saídas. Como na época farroupilha, em 1835, há um sentimento geral de que o Rio Grande do Sul está sendo explorado. Mas a professora Sandra diz que a história não se repete. A crise atual é mais profunda e complicada porque a própria economia do País e do Estado mudou de sentido. É difícil fazer comparações”. Em 02 de agosto, na página 04, Décio Freitas escreve sobre a temática. O historiador, e advogado, inseriu a Revolução no contexto da recente nação brasileira e suas rebeliões contra o centralismo. Para Freitas: “é preciso ver que a insurgência farroupilha se inscreve numa sequência de insurgências regionais, de Norte a Sul, contra o poder central; que todas essas insurgências foram encabeçadas pelas elites regionais, indignadas contra o opressivo e escorchante centralismo (...). Assim, nessa perspectiva, a Guerra dos Farrapos deixa de ser um episódio estritamente regional, para fazer parte de uma gigantesca rebelião nacional contra o centralismo”. Essas três participações trazem um lado diferente daquele construído pela memória farroupilha oficial e do próprio jornal, constatamos assim o uso de

Moacyr Flores trabalhou, no fascículo, no desenvolvimento das ideias liberais na Província de São Pedro, em um espaço de três páginas. Na década de 1980 o historiador já possuía um vasto trabalho sobre assuntos relacionados à Revolução Farroupilha²⁴. Sob o título “A Província revolucionária”, a reportagem foi elaborada da seguinte maneira: primeiramente o autor buscou em relatos para traçar o perfil da política do território sulino, finalizando com o término da guerra farroupilha. Fixou como “guias” intelectuais o sargento-mor Domingos José Marques Fernandes, com seus relatórios publicados em 1804; o dono de charqueadas em Pelotas e Montevidéu, Antônio José Gonçalves Chaves, autor do livro “Memórias Economo-políticas”. Também, analisou brevemente os relatórios e o período dos presidentes provinciais Caetano Maria Lemos, a participação de Feliciano Nunes Pires (1837) e do Conde de Caxias.

Flores procurou demonstrar que “as ideias dos liberais farroupilhas não surgiram em 1835, mas se desenvolveram ao longo do tempo, neste confronto com o despotismo dos governadores e no excesso de centralização do Império Brasil” (1985, p.4).

Riopardense de Macedo participou com a reportagem “Ocupação do solo gaúcho até a Revolução Farroupilha” em duas páginas. O autor dividiu em alguns tópicos, como ocupação, expansão, Tratado de Madri, entre outros, tornando o texto mais compreensível e acessível ao grande público. Para ele:

Importa considerar sobretudo duas circunstâncias relacionadas com a formação rio-grandense, que não encontram similares em outras regiões: a ocupação tardia do território e a luta permanente pela posse de terra que se arrastou por mais de um século (1985, p.6)

Demonstrava que a fronteira não era estática, apesar de fazê-lo muito superficialmente. Porém, sempre com uma visão portuguesa, ou seja, o território sulino visto como pertencente

uma estratégia da multiplicidade de versões – daquela proferida nos discursos de imparcialidade e nos manuais e guias de jornais, entretanto vemos que apenas em quatro dias durante o ano, e em espaços diminutos, o jornal ofereceu uma versão diferente daquela memória oficial.

¹⁹ Professor universitário, em 1985 possuía graduação pela PUCRS, em 1993 concluiu doutorado na mesma instituição.

²⁰ Professor universitário, engenheiro e urbanista era membro do IHGRS. Apesar de não ter formação em História, escreveu algumas obras sobre Porto Alegre e a Revolução Farroupilha. Também, o próprio jornal ZH o considerou como historiador.

²¹ Professora universitária, em 1985, cursava doutorado na Inglaterra.

²² Professor universitário, em 1985 era mestre em Ciência Política.

²³ Professora universitária do curso de História na década de 1980 na UFRGS.

²⁴ Para citar apenas as obras: Notas para a história da Revolução Farroupilha (1973) O modelo político dos Farrapos (1978), Revolução Farroupilha (1985).

natural do Brasil e não como uma construção histórica, como coloca Reichel e Gutfreind (1996).

A terceira historiadora, Céli Regina Pinto, publicou duas reportagens nesse fascículo: “O republicanismo na segunda metade do século 19”, como matéria de centro, com duas páginas, e “O positivismo rio-grandense”, com uma página. Na primeira a autora destacou como o movimento republicano prosseguiu após a Revolução Farroupilha até a organização do Partido Republicano Rio-grandense em 1882. Para isso traçou rapidamente o perfil de três políticos gaúchos, Francisco Xavier da Cunha, Joaquim Francisco Assis Brasil e Júlio de Castilhos. Apesar de ser uma reportagem relativamente grande (para um jornal) foram expostas duas grandes gravuras (duas telas de Guido Mondin²⁵) e uma homenagem da RBS às comemorações do Sesquicentenário.

Na segunda reportagem Céli Regina Pinto mostrou como o positivismo era visto e foi inserido na política riograndense. Para isso ela faz um breve histórico da formação peculiar do território para demonstrar a forte adesão. Ela coloca que, apesar de ter surgido na França, o positivismo teve maior aceitação na América Latina e o Estado do Rio Grande do Sul o inseriu fortemente em sua política. Para finalizar o seu texto a autora coloca:

O Rio Grande do Sul é um Estado peculiar. Entretanto a forma com que o Governo Federal aceitou esta peculiaridade durante a República Velha e mesmo o modo pelo que teve fim a Guerra dos Farrapos, nos força a indagar: será que a questão fundamental a ser discutida sobre o Rio Grande e sua história é a relação com o centro ou a forma com que elites conservadoras utilizam-se das peculiaridades do Estado para defender seus interesses mais corporativos? (PINTO, 1985, p. 16).

Vemos que, mesmo sutilmente, Céli Regina Pinto demonstra creditar a Revolução Farroupilha à elite. Como já falamos, Pesavento (1985) também corrobora com essa afirmação, porém o jornal ZH, ao longo das publicações, sempre trouxe em seu discurso a Revolução Farroupilha como uma revolução do povo.

Vizentini abordou a crise da República Velha, mostrando uma rápida conjuntura sobre o Rio Grande do Sul e o país. Seu objetivo foi o de evidenciar que havia uma intensa movimentação política no Estado até a Revolução de 30. Para o historiador “nesta última etapa, inicia-se o processo de declínio do regionalismo gaúcho, do qual um dos momentos significativos foi a Revolução Farroupilha” (VIZENTINI, 1985, p. 14).

²⁵Bento Gonçalves preso no forte do Mar, Salvador e Farrapos.

A última reportagem assinada por um historiador foi a da Luiza Helena Schmitz Kliemann que retratou o desenvolvimento dos transportes no Estado. Por ser uma região dependente de recursos externos, o Estado inseriu-se em meio a uma disputa de interesses entre espanhóis, portugueses e ingleses. Kliemann mostra que geograficamente o Estado possui boas estratégias de locomoção, porém os entraves econômicos e políticos retardaram os investimentos nos transportes.

Para finalizar a participação de especialistas temos a reportagem Flávio Loureiro Chaves que escreveu “Os farrapos na literatura”. A grande contribuição dessa matéria foi demonstrar que “pertencesse à ideologia ou à ficção, o mito do herói farrapo ocupou um lugar privilegiado na própria literatura brasileira” (CHAVES, 1985, p. 20). Para isso, Chaves, sintetizou algumas obras de importantes autores da literatura farroupilha, como Simões Lopes Neto, Érico, Assis Brasil entre outros.

Conscientes de que um jornal é um meio de comunicação e que possui limitações, principalmente em relação ao espaço dedicado para desenvolver um assunto, podemos perceber que, nesse fascículo, o jornal buscou contribuições de profissionais para análises um pouco mais densas. Porém, ainda assim, houve grande participação de jornalistas, inclusive analisando assuntos que possuem, tradicionalmente, maiores destaques em relação à história, como a economia.

Também é interessante ressaltar que houve um grande número de políticos contribuindo para a construção desse fascículo.

4.4 (IM)PARCIALIDADE NO/DO DISCURSO: MEDIAÇÕES DO JORNAL

Procuramos evidenciar também nesse capítulo, como foi construída a memória oficial, do Governo do Estado, para as comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Entretanto, ao fazermos esse movimento constatamos uma sobreposição na organização do evento na Subcomissão de Comunicação Social. Ela foi feita pelo grupo RBS, representado nessa pesquisa pelo jornal ZH. Constatamos o fato pela imbricada atuação do Grupo RBS no meio político, embora tivesse seus projetos aceitos e financiados pelo Governo do Estado nesse sentido o Grupo atuou em várias frentes ao mesmo tempo.

Ao cotejar as matérias publicadas no jornal durante o ano comemorativo, 1985, com as fontes oficiais percebemos que muitas vezes o jornal foi muito além de simples mediador

partindo para uma representação (pensado aqui conforme o conceito estudado por Chartier, 1990) de si próprio. Uma construção que enaltecia o Grupo RBS e o trabalho do jornal ZH e que também ressaltava aspectos democráticos reforçando o regionalismo gaúcho ao frisar sua forte ligação com a nação brasileira.

No ano focado o jornal ZH já era referência no Estado, possuindo um grande público e o Grupo RBS já se encontrava com uma variada quantidade de meios de comunicação, sendo também o Grupo com maior audiência num âmbito geral. Todos os meios de comunicação pertencentes a RBS participaram da efeméride. Porém, o jornal ZH foi aquele que mais se destacou no cenário oficial (e dentro da documentação do FSRF).

Ao longo dessa narrativa procuramos destacar ainda a maneira como o Grupo RBS foi liderando a subcomissão de Comunicação Social e tornando-se a voz oficial das comemorações. Apesar de o jornal ZH trazer diversas versões da Revolução Farroupilha, aquela com maior ênfase, seja pelo tamanho das matérias ou pela sua quantidade, foi a propagação da memória farroupilha oficial, construída por versões ou opiniões de jornalistas e políticos na sua grande maioria.

Mas, o jornal não apenas representou a oficialidade. Foi além, trazendo, por meio das construções narrativas das matérias jornalísticas, a sua autorrepresentação de mediador “imparcial” e “democrático”, dissociando a sua imagem de qualquer resquício militar ou tendencioso.

5. CONCLUSÃO

Introdutoriamente expomos que o desenrolar de nossa pesquisa nos mostrou um caminho muito maior e mais rico daquele que tínhamos em mente em seu início. Ao construirmos nossa dissertação buscamos revelá-lo a partir da análise das fontes. Obviamente, não tínhamos a intenção de esgotar o assunto, que ainda pode exigir maiores aprofundamentos. Entretanto, pudemos compreender a dimensão da comemoração do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, construída ainda em 1983 e sendo finalizada em 1986.

Num primeiro momento, ao trabalharmos com um acontecimento da história recente do Estado, pensamos na facilidade em encontrar as fontes. Ao longo da trajetória, porém, percebemos que as esferas de pesquisa estão ainda nos primeiros passos na organização dessa memória contemporânea, permanecendo alguns hiatos em nossa reconstrução das comemorações. Já ao retomarmos a historiografia regional sobre a temática farroupilha encontramos uma variada quantidade de obras com diferentes abordagens e leituras sobre a Revolução Farroupilha e que, apesar de ser um dos temas com maior número de pesquisas no Estado, também encontramos lacunas a serem trabalhadas. E percebemos, como nos lembra Flores (2004), que:

A reconstrução da memória depende de uma ponte frágil entre o presente e o passado, que às vezes se rompe por falta de documentação. Geralmente a lacuna é preenchida pela tradição que reconstitui o passado de uma maneira idealizada. (FLORES, 2004, p. 55).

A documentação do século XIX, produzida durante a Revolução Farroupilha, nos revelou, num primeiro momento, uma face da farroupilha que foi extensamente explorada pelas instituições de poder no Estado. Entretanto, mesmo que com muitas críticas e concomitante ao processo acima colocado, outras vertentes se mostraram e uma outra Revolução Farroupilha foi sendo construída. Atualmente, com a existência dos Programas de Pós-Graduação em História constatamos outras nuances da Revolução. Para historiadores como Piccolo (1985) e Lopez (1992) ela não foi uma revolução, mas sim um enfrentamento bélico, uma guerra. Teses e dissertações abrem-nos para novas perspectivas e novas fontes, como no caso de Padoin (1999) que comprovou a estreita relação da Província de São Pedro

com a Banda Oriental o que por muito tempo foi negado na historiografia. Hobsbawm nos alerta:

É tarefa dos historiadores tentar remover essas vendas, ou pelo menos levantá-las um pouco ou de vez em quando – e, na medida que o fazem, podem dizer à sociedade contemporânea algumas coisas das quais ela poderia se beneficiar, ainda que hesite em aprendê-las (HOBSBAWM, 2011, p. 28).

A Farroupilha é uma memória extremamente evocada e institucionalizada, construída e mantida pelo coletivo como um objeto contendo um poder simbólico valorizado e alvo de disputas, nos mostraram Gutfreind (1992) e Nedel (2005). Mas, por mais que a historiografia acadêmica nos revele versões da Farroupilha, o tradicionalismo evidencia outra, ainda pautada na construção do nacionalismo de 1930.

Interessante ressaltar também que a partir da década de 1980 há um “boom da memória”, onde se passou a observar o presente por um prisma do passado. Conforme Huyssen (2000) “um dos fenômenos culturais e políticos mais surpreendentes dos anos recentes é a emergência da memória como uma das preocupações culturais e políticas centrais das sociedades ocidentais” (p. 9). O que se constatou nas comemorações foi a preocupação em intensificar e criar espaços de memória, como arquivos e museus (apesar de muitos projetos não terem sido finalizados). Percebemos, a partir do exposto no capítulo dois, que os espaços de memória estiveram na pauta dos projetos das comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, com preocupações em organizá-los e padronizá-los. Manuais e museus itinerantes estiveram entre os projetos concretizados. Conforme Ramos (2003):

as lembranças comuns e as repetições rituais [...] serão fatores fundamentais para a construção de um sentimento de pertença ao grupo e, conseqüentemente, para a construção de uma identidade local, regional ou nacional. [...] Assim, ao dar maior ou menor visibilidade ao acervo [de um museu], o que se faz é confirmar ou não um determinado discurso, uma determinada interpretação da realidade. Isso quer dizer, por outro lado, que os museus celebrativos da memória do poder ainda existem e são decorrentes da vontade política de indivíduos e grupos (RAMOS, 2003, p. 6-7).

A construção de monumentos também entrou em pauta nas reuniões das subcomissões e nos projetos, entretanto a falta de verbas inviabilizou a construção dos mesmos. Constatamos a falta de incentivos na construção/manutenção de monumentos, na “vontade de

memória” como fala Ramos (2013). Em duas matérias jornalísticas do jornal ZH, que trouxeram a questão, ficou evidenciado o descaso do poder público com os monumentos já existentes, como o patrimônio histórico de Piratini e de Laguna. Em fevereiro e em setembro, as publicações demonstraram a aflição de profissionais sobre a manutenção dos dois acervos tombados. O então secretário de Turismo de Laguna colocou a ausência de verbas do governo catarinense para manter a cidade histórica (PAIM, 1985, p. 20). A mesma cautela foi apresentada em Piratini, representada pela arquiteta Dirce Siqueira Carvalho, então responsável pela preservação do patrimônio histórico da cidade. Para ela: “todo o nosso testemunho histórico esta desaparecendo” (TOSI, 1985, p. 26-27).

Os usos de discursos permearam as comemorações. Discursos políticos, de intelectuais e jornalísticos como os aqui apresentados foram construindo e demonstrando os objetivos de cada porta-voz. Como nos lembra Foucault (1999) “o discurso é um dos mais temíveis poderes da política”, trazendo em seu teor muito mais do que uma fala descompromissada de informação, mas sim uma rede de interesses e de representações endereçadas ao receptor. No capítulo dois trouxemos os discursos políticos e suas construções. Constatamos que nas comemorações oficiais havia neles um “discurso de crise e marginalização” (OLIVEN, 1998) abordado de maneira a extrair a responsabilidade em relação às dificuldades vivenciadas na década de 1980 pelo Governo Estadual. No capítulo três percebemos as construções e polêmicas nas publicações da década de 1980. E, no capítulo quatro verificamos a repetição do discurso oficial por meio do jornal ZH, que recebeu a incumbência de ser o porta-voz das comemorações pelo Governo Estadual. Com essa posição, de porta-voz oficial das comemorações, o periódico foi além. Em seu discurso, o jornal ZH buscou construir também uma autorrepresentação de veículo de comunicação “imparcial” e de constante participação na região, quer por seus projetos de valorização da memória farroupilha, quer por sua maneira de abordá-la.

Esses discursos, somados aos projetos realizados, foram ações que visaram aproximar o passado mitificado com o presente construindo assim uma representação da realidade, uma versão esperançosa, idealizada e positiva, desconectando-se da realidade de 1985, de crise no Estado (KUHN, 2004) e de redemocratização, ficando apagada assim a recente intervenção militar.

No capítulo três nosso objetivo foi encontrar uma relação entre a historiografia e o ensino de História da Revolução Farroupilha. Essa preocupação também foi encontrada na ANPUH-RS em seu Boletim publicado em 1985 que ao constatar as construções discursivas

da mídia (representada pelo jornal ZH) inferiram que “certamente esta matriz ideológica que está na base da programação do ‘ano farroupilha’ se estenderá as escolas, principalmente às da rede oficial de ensino” (BOLETIM, 1985, s/p). O que realmente verificou-se foi que o material que chegou às escolas estava permeado pelas construções da memória farroupilha oficial. Como vimos nos boletins oficiais, nos projetos propostos e no livro analisado a propagação da memória farroupilha sobressaiu-se à construção dos três professores Luiz Dario Teixeira Ribeiro, professora Sandra Peixoto Quintana e a professora Vanessa Dutra Barcellos, do Museu Júlio de Castilhos.

As publicações de obras também foram relevantes para a construção do panorama geral das comemorações. Verificamos que o Governo Estadual incentivou a manutenção do mito do gaúcho, do herói e da história da Revolução Farroupilha construída ainda em 1930 pelo IHGRS (GUTFREIND, 1992), ou seja, da memória farroupilha oficial. “As histórias” que se diferenciaram dessa memória farroupilha oficial tiveram subsídio de outras editoras, que não a CORAG. Foram principalmente editoras universitárias publicando pesquisas acadêmicas.

As mesmas construções oficiais também foram constatadas nas matérias jornalísticas do jornal ZH. A história da Revolução Farroupilha publicada e explorada foi a oficial. Podemos ir mais longe quando analisamos todas as publicações ao longo do ano de 1985 sobre a temática e verificamos que a grande maioria das matérias manteve as mesmas construções do ideal gaúcho das comemorações de cem anos da Revolução Farroupilha (SILVA, 2012). Detectamos ainda algumas semelhanças com as comemorações do centenário farroupilha, porém notamos diferenças, óbvias, em relação à abordagem e, por consequência, do contexto do sesquicentenário. Oliven (1998) elucidou as construções tradicionalistas em seus estudos, e trouxe algumas destas diferenças:

O sesquicentenário da Revolução Farroupilha foi amplamente comemorado. Mas, à diferença do que tinha ocorrido cinquenta anos antes, foram frisadas as diferenças do estado em relação ao Brasil e não em relação à Argentina ou ao Uruguai. Isso tem de ser compreendido em função de vários fatores. Em primeiro lugar pelo fato do Brasil estar fortemente integrado do ponto de vista econômico, político, de transportes, de redes de comunicação de massa, etc. Nesse sentido, a integração nacional ocorreu de forma muito clara. De fato, houve a partir de 1930 uma centralização crescente através da qual o estado nacional aparece com cada vez mais poder. Não há mais, portanto, necessidade de enfatizar o quanto o Rio Grande do Sul pertence ao Brasil. Ao contrário em 1985, o estado, à semelhança do que ocorrera 150 anos antes, estava “de mal” com o Brasil, pois se considerava injustiçado e com os brios feridos (OLIVEN, 1998, p. 83-84).

Verificamos que o antropólogo, neste excerto, expôs as semelhanças e as diferenças nas duas comemorações. O contexto por si só constrói uma comemoração a parte do centenário. O mito do gaúcho Riograndense, dissociado do platino, já estava consolidado. Não havia por que ressaltar as diferenças entre ambos. Entretanto, se buscava ainda uma maior visibilidade política nacional. Evitando, porém, anacronismos, observamos que o sesquicentenário foi amplamente comemorado no Estado, com pouca ressonância nacional. E sua abordagem proporcionou que a memória farroupilha fosse apropriada como um poder simbólico e transformada em uma “mercadoria para o consumo” (BOLETIM, 1985, s/p).

Como concluiu Oliven (1998), o gauchismo tornou-se uma forma bem sucedida de regionalismo. Questionamo-nos na introdução dessa pesquisa se uma memória de um grupo poderia ser tomada como um objeto e mediada. A resposta, agora, nos parece ter se mostrado ao longo da dissertação. A apropriação da memória farroupilha remonta o fato (a Revolução Farroupilha) e suas construções estão sempre em evolução, mas uma evolução, como coloca Hobsbawm (1997) ao abordar a invenção das tradições, que apenas insere ritos, que pouco modifica sua estrutura. Percebemos que se intensificaram as construções iniciais da memória buscando uma atualização, que constatamos ser mais visual (utilizando os recursos tecnológicos existentes) do que na sua constituição de significados.

REFERÊNCIAS

- A AFIRMAÇÃO histórica de um povo. **Zero Hora**, Porto Alegre, editorial, p 2, 20 set. 1985.
- A ESTÂNCIA heróica. Pró-Memória Farroupilha. **Zero Hora**, Porto Alegre, Política, p. 13, 13 abr. 1985.
- A HOMENAGEM aos heróis de Canguçu. **Zero Hora**, Porto Alegre, Segundo Caderno, p. 15, 16 abr. 1985.
- A LEAL e valorosa Porto Alegre. Pró-Memória Farroupilha. **Zero Hora**, Porto Alegre, Segundo Caderno, p. 10, 11 jun. 1985.
- A PARTICIPAÇÃO de Bagé na Revolução dos Farrapos. **Zero Hora**, Porto Alegre, Segundo Caderno, p. 3, 25 jun. 1985.
- ABREU, Alzira Alves De (et Al.). **DICIONÁRIO histórico-biográfico brasileiro: pós-1930**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- ADAMATTI, Carlos. Lançado o hino oficial do Sesquicentenário Farroupilha. **Zero Hora**, Porto Alegre, 17 mai. 1985. Executivo Estadual, p. 13.
- ADAMATTI, Carlos. Piratini revive a epopéia da Revolução Farroupilha. **Zero Hora**, Porto Alegre, Geral, p. 26-27, 11 jan. 1985.
- ALBECHE, Daysi Lange. **Imagens do gaúcho: história e mitificação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.
- ALBIERI, Sara. História pública e consciência histórica. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 19-30.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. Patriotas, festeiros, devotos... As comemorações da Independência na Bahia (1888-1923). In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (Org.). **Carnavais e outras f(r)estas**. Campinas: Editora Unicamp, 2005. p. 157- 203.
- ALVES, Francisco das Neves. **Revolução Farroupilha: estudos históricos**. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2004.
- ALVES, Pedro. História da LDN. In: **Liga da Defesa Nacional**. [S.I.], 19 de jan. de 2012. Disponível em: <[HTTP://www.ligadadefesanacional.org.br/+&cd=1&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=br](http://www.ligadadefesanacional.org.br/+&cd=1&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=br)>. Acesso em: 22 fev. 2014.
- ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. **O trágico 5º Centenário do Descobrimento do Brasil: Comemorar, celebrar, refletir**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

BALLAROTTI, Carlos Roberto. A Construção do mito de Tiradentes: de mártir republicano a herói cívico na atualidade. *Antíteses*, vol. 2, n. 3, jan.-jun. de 2009, p. 201-225 Disponível e: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>>. Acesso em: 13 out. 2014.

BAMERINDUS e a RBS registram a memória gaúcha. **Zero Hora**, Porto Alegre, p. 33, 06 mar. 1985.

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo Interpretativo: Filosofia e técnica**. Porto Alegre: Sulina, 1976.

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo Opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.

BENTO, Cláudio Moreira. Sete perfis de soldados farrapos. **Revista do IHGRS**, Porto Alegre, p. 15-42, 1986.

BERGER, Christa. **Campos em confronto: a terra e o texto**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

BIAGI, Orivaldo Leme. **O Imaginário e as Guerras da Imprensa**. Estudo das coberturas realizadas pela imprensa brasileira da Guerra da Coréia (1950-1953) e da Guerra do Vietnã na sua chamada fase americana. Campinas, 2001. Disponível em: http://www1.capes.gov.br/teses/pt/1996_mest_unicamp_Orivaldo_Leme_Biagi.pdf. Acesso em: 20 de set. 2009.

BLOCH, Marc. **O ofício do historiador**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002.

BOLETIM da ANPUH – RGS. Opinião. “...Sirvam nossas façanhas de modelo a toda terra...”. Porto Alegre, n. 3. 05 mar. 1985.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difusão Editorial, LTDA, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BURKE, Peter. **Visto y no visto**. Barcelona: Editorial Crítica, 2005.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

CAPELATO, Maria H. R. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto, EDUSP, 1988.

CARDOSO, Ciro flamarion; VAINFAS, Ronaldo. História e análise de textos. In: CARDOSO, Ciro flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: campus, 1997. p. 375-400.

CARRION Jr., Francisco M., A economia do Rio Grande do Sul: Evolução Recente. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Orgs.). **RS: Economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 403-421.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, S.A., 1990.

CHAUI, Marilena. Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHAVES, Flavio Loureiro. Os farrapos na literatura. **Zero Hora**, Porto Alegre, Fascículo Especial, p. 20, 20 set. 1985.

COMISSÃO EXECUTIVA DE PUBLICAÇÕES E CONCURSOS. **O Cidadão Domingos José de Almeida a seus compatriotas**. Porto Alegre: Corag, 1986.

CORREIA, Victor. **Arte pública**; seu significado e função. Lisboa: Fonte da Palavra, 2013.

DACANAL, José Hildebrando (Org.). A Revolução Farroupilha: História & Interpretação. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

DE CERTEAU, Michel. **La escritura de la historia**. México: Universidad Iberoamericana, Departamento de Historia, 1993.

DUARTE, Rosina. Piratini, a antiga capital, tenta proteger seu passado. **Zero Hora**, Porto Alegre, 01 jan. 1985. Geral, p. 28.

ELMIR, Cláudio Pereira. Associação Nacional de História – 35 anos da seção Rio Grande do Sul. In: XII Encontro Estadual de História. Unisinos, 12., 2014, São Leopoldo. **Anais eletrônicos...** São Leopoldo: Unisinos, 2014.

ELMIR, Cláudio Pereira. **Entre acontecimento e fato histórico**: relações entre história e mídia (o caso dos dez anos do 11 de setembro de 2001). Palestra apresentada no Seminário “11 de setembro, 10 anos depois. O que mudou?”. São Leopoldo, 12 e 13 set. 2011.

FAGUNDES, Morivalde Calvet. **História da Revolução Farroupilha**. Porto Alegre: Martim editor, 1984.

FARGE, Arlette. **Lugares para a história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

FARINATTI, Luiz Augusto Ebling. **Confins meridionais**: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865). Santa Maria: UFSM, 2010.

FARRAPOS 1835-1985. **Zero Hora**, Porto Alegre, Fascículo Especial, p. 24, 20 set. 1985.

FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando J. **Brasil e Argentina**: um ensaio de história comparada (1850-2002). São Paulo: Ed. 34, 2004.

FILHO, Arthur Ferreira. O fracasso da missão Labatut. **Revista do IHGRS**, Porto Alegre, p. 9-14, 1986.

FILHO, Ciro Marcondes. **Ser jornalista**: a língua como barbárie e a notícia como mercadoria. São Paulo: Paulus, 2009.

FLORES, Moacyr. A província revolucionária. **Zero Hora**, Porto Alegre, Fascículo Especial, p. 2-4, 20 set. 1985.

FLORES, Moacyr. **Modelo político dos farrapos**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1978.

FLORES, Moacyr. **Negros na Revolução Farroupilha**: traição em Porongos e farsa em Poncho Verde. Porto Alegre: EST, 2004.

FLORES, Moacyr. **Revolução Farroupilha**. 2. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

FRANCO, Sérgio da Costa. As causas da Revolução Farroupilha. **Revista do IHGRS**, Porto Alegre, p. 53-61, 1982.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre sitiada (1836-1840)**: um capítulo da Revolução Farroupilha. Porto Alegre: Sulina, 2000.

FREYRE, Gilberto. Manifesto **Regionalista de 1926**. Rio de Janeiro: [s.n.], [1955]. Disponível em: <http://icaadocs.mfah.org/icaadocs/THEARCHIVE/FullRecord/tabid/88/doc/1074787/language/en-US/Default.aspx>. Acesso em: 06 de jun. 2014.

FRÕES, Maria Lucia; RIGATTO, Virginia. Um ano inteiro para lembrar a grande luta dos Farrapos. **Zero Hora**, Porto Alegre, Geral, p. 24-25, 01 jan. 1985.

GIL, Tiago Luis. **Infiéis transgressores**: os contrabandistas da fronteira (1760-1810). Rio de Janeiro. 2002. 206 f. Dissertação (Mestrado em História) -- Programa de Pós-graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, 2002. Disponível em: http://www1.capes.gov.br/teses/pt/2002_mest_ufrj_tiago_luis_gil.pdf. Acesso em: 15 de set. 2012.

GOLIN, Tau. **Bento Gonçalves**: o herói ladrão. Santa Maria: LGR, 1983.

GONZÁLEZ, José Antonio Moreira; ARILLO, Jesús Robledano. **O conteúdo da imagem**. Curitiba: UFPR, 2003.

GRUPO RBS. **Guia de Ética e Autorregulação Jornalística do Grupo RBS de 2011**. Porto Alegre: RBS Publicações. 2011. Disponível em: http://www.gruporbs.com.br/responsabilidade_social/guia_etica/GrupoRBS_Guia_de_Etica_2011.pdf. Acesso em: 04 de jul. 2013.

GUAZELLI, Cesar Augusto Barcellos. Fronteiras em conflito no espaço platino: da Guerra dos Farrapos à Guerra Grande. In: NEUMANN, Eduardo Santos; GRIJÓ, Luiz Alberto (Org.). **O continente em armas**: uma história da guerra no sul do Brasil. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010. p. 97-122.

GUTFREIND, Ieda. **A historiografia rio-grandense**. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). **Identidade e diferença**: A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133.

HOBSBAWM, Eric J. (Org). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOBSBAWM, Eric J. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

HOMENAGEM ao cipreste histórico de Guaíba. **Zero Hora**, Porto Alegre, Segundo Caderno, p. 05, 30 abr. 1985.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

IZQUIERDO, Iván. **A arte de esquecer**. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2004.

KLIEMANN, Luiza Helena Schmitz. Transportes e desenvolvimento. **Zero Hora**, Porto Alegre, Fascículo Especial, p. 17, 20 set. 1985.

KUHN, Fabio. **Breve história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

LACARRIEU, Mónica. Bicentenarios latinoamericanos: nuevos contexto de interpelación conmemorativa? In: GUTMAN, Margarita; MOLINOS, Rita (Editoras). **Construir bicentários latinoamericanos en la era de la globalización**. Buenos Aires: Infinito, 2012. p. 89-102.

LAMARÃO, Sérgio. **Verbete Liga da Defesa Nacional**. LDN. CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

LE GOFF, Jacques. Verbete: Documento/monumento. In: ROMANO, Ruggiero (Dir.) **1. Memória – História**. Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Casa da Moeda, 1984. p. 95–106.

LEITMAN, Spencer. **Raízes Sócio-Econômicas da Guerra dos Farrapos**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

LEITMAN, Spencer. A escravidão amarrou os farrapos ao Rio e ao Brasil. **ZH on line**. Entretenimento. 14 dez. 2012. Disponível em: <<<http://zh.clicrbs.com.br/rs/entretenimento/noticia/2012/12/spencer-leitman-a-escravidao-amarrou-os-farrapos-ao-rio-e-ao-brasil-3982700.html>>> Acesso em: 13 out. de 2014.

LIDDINGTON, Jill. O que é história pública? In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Org.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 31-52.

LIGA DE DEFESA NACIONAL. Disponível em: <<http://www.ligadedefesanacional.org.br/+&cd=1&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 22 fev. de 2014.

LOPEZ, Luiz Roberto. **Revolução Farroupilha: A Revisão dos Mitos Gaúchos**. Porto Alegre Ed. Movimento, 1992.

LOPEZ, Luiz Roberto. **Revolução Farroupilha: a revisão dos mitos gaúchos**. Porto Alegre: Movimento, 1992.

MACEDO, F. Riopardense. Reformismo e separatismo na Revolução. **Zero Hora**, Porto Alegre, 13 abr. 1985. Cultura, p. 03.

MACEDO, Riopardense de. Ocupação do solo gaúcho até a Revolução Farroupilha. **Zero Hora**, Porto Alegre, Fascículo Especial, p. 6-7, 20 set. 1985.

MACIEL, Maria Eunice. **Gauchismo, tradição e tradicionalismo**. Cadernos IHU Ideias, 2007, 87º, p. 1-26. Disponível em: < <http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-ideias?start=120>>. Acesso em: 01 de mar. 2014.

MAESTRI, Mário. **Breve história do Rio Grande do Sul: da pré-história aos dias atuais**. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2010.

MARCHEZAN, Nelson. Uma proposta para o Rio Grande. **Zero Hora**, Porto Alegre, Fascículo Especial, p. 23, 20 set. 1985.

MARTINS LIVREIRO LTDA. Disponível em: <<http://www.martinslivreiro.com.br/>>. Acesso em: 17 jan. 2015.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. **Imprensa e cidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

MATOS, Olgária Chain Féres. Construção e desaparecimento do herói: uma questão de identidade nacional. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, São Paulo, 6(1-2): 83-90, 1994 (editado em jun. 1995)

MATZENBACHER, Luiz Oscar. O amor de Garibaldi por Anita, contado em dois manuscritos. **Zero Hora**, Porto Alegre, Fascículo Especial, s/p., 20 set. 1985.

MEDEIROS, Nádia Maria Jorge. **Narrativas sobre a “tradição” gaúcha e a confecção de bombachas: um estudo etnomatemático**, Brasil. 2005. 113 f. Dissertação (Mestrado em Educação) -- Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2005.

MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MENESES, Sônia. A mídia, a memória e a história: a escrita do novo acontecimento histórico no tempo presente. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 19, n. 36, p. 35-65, dez. 2012

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL; ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (Orgs). **Guido Mondin: Arte e História**. Porto Alegre, 2005.

MORAES, Beth. Autores são dois médicos. **Zero Hora**, Porto Alegre, 02 mar. 1985. Guia, p. 4.

MORAES, Beth. Autores são dois médicos. **Zero Hora**, Porto Alegre, Guia, p. 4, 02 mar. 1985.

MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO. RIO GRANDE DO SUL – BRASIL. Disponível em: <http://www.mtg.org.br/pag_cartadeprincipios.php>. Acesso em: 15 jan. 2015.

NEDEL, Letícia Borges. **Um passado novo para uma história em crise: Regionalismo e Folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)**. 2005. 569 f. Tese (Doutorado em História) -- Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2005.

NILSON, Mariano. Começou a cavalgada da Chama Crioula. **Zero Hora**, Porto Alegre, p 35, 01 jul. 1985.

NUNES, Augusto. Apresentação. Out. 1974. In: ZERO HORA (Org.). **Manual de Ética redacional e estilo**. Porto Alegre: L&PM, 1994.

NO MESMO lugar de uma luta sem vencedores, uma paz sem vencidos. **Zero Hora**, Porto Alegre, p 5, 08 jan. 1985.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História 10**, São Paulo, n. 10, PUCSP, p. 7-22, dez., 1993.

NUNES, Rosaura Dutra; MACEDO, Mara Lúcia. Nova opção para você aprender. **Zero Hora**, Porto Alegre, Fascículo Especial, p. 18, 20 set. 1985.

O BERÇO da Sedição. Pró-Memória Farroupilha. **Zero Hora**, Porto Alegre, p. 17, 09 maio, 1985.

O GRANDE porto imperial. Pró-Memória Farroupilha. **Zero Hora**, Porto Alegre, Economia, p. 19, 17 maio 1985.

OLIVEIRA, Tiago Siqueira de. **A Liga de Defesa Nacional: um projeto de modernização para o Brasil**. 2012. 206 f. Dissertação (Mestrado Filosofia) -- Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2012.

OLIVEIRA, Vinicius Pereira de; CARVALHO, Daniela Vallandro de. Os lanceiros Francisco Cabinda, João Aleijado, preto Antonio e outros personagens negros da Guerra dos Farrapos. In: SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antonio dos (Org.). **RS negro: cartografias sobre a produção do conhecimento**. Porto Alegre: Edipucrs, 2010. p. 63-82.

OLIVEN, Ruben George. **A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação**. Petrópolis: Vozes, 1992.

OLIVEN, Ruben George. Velhos e Novos Regionalismos: O Rio Grande do Sul e o Brasil. **Lugar Comum**, n. 4, p. 67-95. 1998

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

OZOUF, Mona. A festa: sob a Revolução Francesa. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierra. **História: Novos Objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p. 216-232.

PADOIN, Maria Medianeira. **Federalismo gaúcho: fronteira platina, direito e revolução**. São Paulo: Nacional, 2001.

PAVIANI, Bruno. EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA NA DITADURA MILITAR BRASILEIRA: UMA TENTATIVA DE LEGITIMAR O PODER. (1969-1971). In: XXV Semana de Ciências Sociais. 50 anos do Golpe Militar. 8 a 10 de abril de 2014. Universidade Estadual de Londrina.

PESAVENTO, Sandra J. et al. (Orgs.). **A Revolução Farroupilha: historia & interpretação**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Palavras para crer. Imaginários de sentido que falam do passado. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Debates. 2006. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/1499> Acesso em: 10 nov. 2012.

PICCOLO, Helga I. L. A Guerra dos farrapos e a construção do Estado Nacional. In: DACANAL, José Hildebrando (Org.). **A Revolução Farroupilha: História & Interpretação**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985a.

PICCOLO, Helga I. L. O parlamento nacional e a Revolução Farroupilha. **Estudos Leopoldenses**, São Leopoldo, Ano XXI, n. 88, p. 3-155, 1985b.

PINTO, Aldo. A perda do poder político do Rio Grande do Sul. **Zero Hora**, Porto Alegre, Fascículo Especial, p. 22, 20 set. 1985.

PINTO, Céli Regina Jardim. O positivismo rio-grandense. **Zero Hora**, Porto Alegre, Fascículo Especial, p. 16, 20 set. 1985.

PINTO, Céli Regina Jardim. O republicanismo na segunda metade do século 19. **Zero Hora**, Porto Alegre, Fascículo Especial, p. 12-13, 20 set. 1985.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PRÓ-MEMÓRIA participará da festa. **Zero Hora**, Porto Alegre, Geral, p. 23, 19 fev. 1985.

RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz. As mulheres no cotidiano do Rio Grande do Sul Farroupilha. Palestra proferida no Painel *Outros Olhares* sobre a Revolução Farroupilha. **Justiça & História**, v. 6, n. 12, 2009.

RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz. Homenagem, gratidão e tensão: um estudo sobre três monumentos à imigração no Sul do Brasil. In: XXVII Simpósio nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social. UFRN, 27., 2013, Natal. **Anais eletrônicos...** Natal: UFRN, 2013.

REICHEL, Heloisa Jochims; GUTFREIND, Ieda. **As raízes históricas do Mercosul: a Região Platina colonial.** São Leopoldo: UNISINOS, 1996.

REICHEL, Heloisa; BANDIERI, Susana. Redescubriendo las Fronteras: la pervivencia histórica de las regiones em el proceso de construcción estatal de Brasil y Argentina. In: REGUERA, Andrea; HARRES, Marluza Marques. (Directoras). **De la región a la nación: relaciones de escala para una historia comparada Brasil-Argentina** (s. XIX y XX). Buenos Aires: Cesal, 2012. p. 15-46

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas: Unicamp, 2012.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Educação e Cultura. Subsecretaria de Cultura. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1985.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Educação e Cultura. Subsecretaria de Cultura. **Os 14 municípios farroupilhas – atos de criação.** Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 1985.

RIO PARDO recebe homenagem hoje. **Zero Hora**, Porto Alegre, Guia, p. 3, 30 mar. 1985.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de MORAES (Org.). **Usos & abusos da história oral.** RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SAMPAIO, Fernando G. **Bento Gonçalves: mito e história** (sobre o herói ladrão farroupilha). Porto Alegre: Martins Livreiro, 1984.

SCHIRMER, Lauro. **RBS: da voz-do-poste à multimídia: a história e as histórias nunca contadas da maior rede de comunicação do sul do Brasil.** Porto Alegre: L&PM, 2002.

SCHUMANN, Andreas. Tradições estruturais da identidade regional. In: ARENDT, João Cláudio; NEUMANN, Gerson Roberto (org.). **Regionalismos: Subsídios para um novo debate.** Caxias do Sul: Educs, 2013. p. 237-254.

SELIGMAN-SILVA, Márcio (Org.). **Palavra e imagem: memória e escritura.** Chapecó: Argos, 2006.

SILVA, Camila. **Do passado ao futuro: a escrita comemorativa do centenário farroupilha na imprensa porto-alegrense.** 2012. 157 f. Dissertação (Mestrado em História) -- Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). **Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73-102.

SIMON, Pedro. Marginalização política do Rio Grande. **Zero Hora**, Porto Alegre, Fascículo Especial, p. 22, 20 set. 1985.

SOARES, Jair. O Rio Grande ainda é brasileiro. **Zero Hora**, Porto Alegre, Fascículo Especial, p. 21, 20 set. 1985.

TOSI, Juarez. O Estado ainda luta contra o centralismo. **Zero Hora**, Porto Alegre, Geral, p. 36-37, 16 set. 1985.

TOSI, Juarez. Piratini pede proteção para suas relíquias. **Zero Hora**, Porto Alegre, 17 set. 1985, p. 26.

UMA VISITA auspiciosa. **Zero Hora**, Porto Alegre, editorial, p 2, 06 set. 1985.

VIEIRA, Elio Falcão. 150 anos da economia rio-grandense. **Zero Hora**, Porto Alegre, Fascículo Especial, p. 09-11, 20 set. 1985.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. A crise da república velha gaúcha e a revolução de 30. **Zero Hora**, Porto Alegre, Fascículo Especial, p. 14, 20 set. 1985.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). **Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7-72.

ZAHAVI, Gerald. Ensinando história pública no século XXI. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Org.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 53-64.

ZERO HORA (Org.). **Manual de Ética redacional e estilo**. Porto Alegre: L&PM, 1994.

APÊNDICE A – DOCUMENTOS HISTÓRICOS

FENINVEST: Investimentos e Participações. **Projeto do evento “Rodeio dos Rodeios”**. Porto Alegre, 1985. Localização: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Fundo do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, caixa 18.

RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira Ribeiro; QUINTANA, Sandra Peixoto; BARCELLOS, Vanessa Dutra. A Revolução Farroupilha. In: RIO GRANDE DO SUL. **Sesquicentenário da Revolução Farroupilha**. Porto Alegre, 1985. Localização: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Fundo do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, caixa 19.

RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. **Decreto nº 4.850 de 11 de dezembro de 1964**. Porto Alegre, 1964. Localização: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Fundo do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, caixa 24.

RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. **Decreto nº 7.820 de 07 de novembro de 1983**. Porto Alegre, 1964. Localização: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Fundo do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, caixa 24.

RIO GRANDE DO SUL. Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Assembléia Legislativa. **Relatório/84**. Porto Alegre, 1964. Localização: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Fundo do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, caixa 9.

RIO GRANDE DO SUL. Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. **Atividades do ano do Sesquicentenário (1985)**. Porto Alegre, 1985. Localização: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Fundo do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, caixa 23.

RIO GRANDE DO SUL. Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. **Regulamentação do uso do símbolo oficial**, 12 de novembro de 1984. Porto Alegre, 1984. Localização: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Fundo do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, caixa 11.

RIO GRANDE DO SUL. Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. **Ata de instalação do Governo do Estado na cidade de Alegrete**, 19 de dezembro de 1985. Porto Alegre, 1985. Localização: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Fundo do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, caixa 17.

RIO GRANDE DO SUL. Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. **Estatuto da Fundação Quatorze Farroupilhas**. Porto Alegre, 1985. Localização: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Fundo do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, caixa 17.

RIO GRANDE DO SUL. Diário Oficial. **Decreto nº 31.381 de 30 de março de 1984**. Porto Alegre, 1984. Localização: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Fundo do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, caixa 10.

RIO GRANDE DO SUL. Diário Oficial. **Decreto nº 31.695**, 09 de novembro de 1984. Porto Alegre, 1984. Localização: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Fundo do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, caixa 10.

RIO GRANDE DO SUL. Diário Oficial. **Resolução do Decreto nº 31.381**, 19 de junho de 1984. Porto Alegre, 1984. Localização: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Fundo do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, caixa 3.

RIO GRANDE DO SUL. **Instruções sobre o levantamento e demarcação dos locais históricos farroupilhas**. Porto Alegre, 1985. Localização: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Fundo do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, caixa 2.

RIO GRANDE DO SUL. **Relatório do Movimento Tradicionalista Gaúcho de 1985**. Porto Alegre, 1985. Localização: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Fundo do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, caixa 8

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Educação e Cultura. Subcomissão de Ensino. **Relatório da subcomissão de Ensino**. Porto Alegre, 1984. Localização: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Fundo do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, caixa 1.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Educação. Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. **Boletim Especial – dezembro/1984**. Porto Alegre, 1984. Localização: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Fundo do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, caixa 19.

RIO GRANDE DO SUL. **Sesquicentenário da Revolução Farroupilha**. Porto Alegre, 1985. Localização: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Fundo do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, caixa 8.

RIO GRANDE DO SUL. **Sesquicentenário da Revolução Farroupilha**. Porto Alegre, 1985. Localização: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Fundo do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, caixa 12.

RIO GRANDE DO SUL. **Sesquicentenário da Revolução Farroupilha**. Porto Alegre, 1984. Localização: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Fundo do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, caixa 10.

RIO GRANDE DO SUL. **Sesquicentenário da Revolução Farroupilha**. Porto Alegre, 1985. Localização: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Fundo do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, caixa 25.

RIO GRANDE DO SUL. **Sesquicentenário da Revolução Farroupilha**. Porto Alegre, 1984. Localização: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Fundo do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, caixa 18.

RIO GRANDE DO SUL. **Sesquicentenário da Revolução Farroupilha**. Porto Alegre, 1984. Localização: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Fundo do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, caixa 4.

RIO GRANDE DO SUL. **Sesquicentenário da Revolução Farroupilha**. Porto Alegre, 1985. Localização: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Fundo do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, caixa 30.

RIO GRANDE DO SUL. Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. **Programação oficial da Semana Farroupilha em 1985**. Porto Alegre, 1985. Localização: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Fundo do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, caixa 13.

RIO GRANDE DO SUL. Subcomissão de Estudos das Relações Interculturais. **Relatório de atividades da subcomissão de Estudos das Relações Interculturais**, 23 de maio de 1985. Porto Alegre, 1985. Localização: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Fundo do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, caixa 2.

RIO GRANDE DO SUL. Subcomissão de Geografia e História. **Propostas da subcomissão de Geografia e História apresentadas à comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha**. Porto Alegre, 1985. Localização: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Fundo do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, caixa 29.

RIO GRANDE DO SUL. Subsecretaria de Desporto. **Relatório**. Porto Alegre, 1984. Localização: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Fundo do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, caixa 2.

RIO GRANDE DO SUL. Gabinete do Governador. **Convênio entre o Estado do Rio Grande do Sul e a Fundação Farroupilha**. Porto Alegre, 1986. Localização: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Fundo do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, caixa 24.

RIO GRANDE DO SUL. Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. **Ata da Subcomissão de Comunicação Social**, 30 de outubro de 1984. Porto Alegre, 1984. Localização: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Fundo do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, caixa 2.

RIO GRANDE DO SUL. Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Subcomissão de Comunicação Social. **Ata nº 3**, 12 de junho de 1984. Porto Alegre, 1986. Localização: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Fundo do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, caixa 2.

RIO GRANDE DO SUL. Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Subcomissão de Comunicação Social. **Ata nº 3**, 12 de junho de 1984. Porto Alegre, 1986. Localização: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Fundo do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, caixa 2.

RIO GRANDE DO SUL. Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. **Programação oficial**. Porto Alegre, 1984. Localização: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Fundo do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, caixa 2.

RIO GRANDE DO SUL. Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. **Correspondência RBS para a Comissão Executiva do Sesquicentenário da**

Revolução Farroupilha, 13 de dezembro de 1845. Porto Alegre, 1984. Localização: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Fundo do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, caixa 6.

ANEXO A – PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MTG

Movimento Tradicionalista Gaúcho
Rua Guilherme Schell, 60 - Cx. Postal, 434 - Telefone: 23-5194 - Porto Alegre - Rio G. Sul

ANO DO SESQUICENTENÁRIO
1835 — 1985

R E L A T Ó R I O

I - EVENTOS JÁ REALIZADOS

JANEIRO

Reconstituição da Instalação da República Rio-Grandense - Piratini ✓
4.000.000 4.000.000

XXX Congresso Tradicionalista - Piratini ✓ 25.000.000 nihil

MARÇO

Rodeio dos Rodeios ✓ 35.000.000 11.000.000

II - EVENTOS PROGRAMADOS

JULHO

XXII Convenção Tradicionalista - Caçapava do Sul ✓ 5.000.000

AGOSTO

Semana de Folclore - Todo o Estado 20.000.000

SETEMBRO

Semana Farroupilha

a) 3ª. Mostra do Livro Regionalista Gaúcho ✓
b) Reconstituição da Tomada de Porto Alegre ✓
c) Acampamento Farrapo ✓
d) Desfile Farroupilha ✓ 120.000.000

OUTUBRO

Seminário da Cultura Gaúcha - Passo Fundo 25.000.000
Festival Estadual de Arte Popular e Folclore - Farroupilha 10.000.000

NOVEMBRO

Feira de Artesanato dos Municípios Gaúchos, no Parque de Exposições Assis Brasil

[Handwritten signature]

MEMBRO PERMANENTE DO INSTITUTO DE TRADIÇÃO E FOLCLORE - LEI Nº 8796/74

ENTIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL DEC. LEI Nº 20863/71

REGISTRADO NAS SEQUINTE ENTIDADES OFICIAIS:

- Cart. Especial de Pessoas Jurídicas, sob nº 617
- Secr. Estadual de Trabalho e Ação Social, sob nº 764
- Cons. Estadual de Cultura sob nº 4

Inscrito no C.G.C.(M.F.) do Min. da Fazenda sob nº 27.923.587/0501-09, sendo Isento do I.R., conforme Ato Declaratório nº 251/79

Movimento Tradicionalista Gaúcho

Rua Guilherme Scheil, 60 - Cx. Postal, 434 - Telefone: 23-5194 - Porto Alegre - Rio G. Sul

ANO DO SESQUICENTENÁRIO
1835 — 1985

NOVEMBRO

MEMBRO PERMANENTE DO INSTITUTO DE TRADIÇÃO E FOLCLORE - LEI Nº 6236/74

I CONGRESSO SUL AMERICANO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS -- Alegrete 15.000.000

DEZEMBRO

ENTIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL DEC. LEI Nº 20863/71

Reconstituição da Instalação da Assembléia Constituinte de 1842 - Alegrete	5.000.000
Reconstituição da Paz de Pkuche Verde - D. Pedrito	6.000.000
15a. Califórnia da Canção Nativa	10.000.000

REGISTRADO NAS SEGUINTE ENTIDADES OFICIAIS:

- Cartº Especial de Pessoas Jurídicas, sob nº 617
- Secº Estadual de Trabalho e Ação Social, sob nº 764
- Consº Estadual de Cultura sob nº 4

Paralelamente ainda estão programados, com a Rede Brasil Sul os seguintes eventos:

24 a 26 de maio, em Cachoeira do Sul, Concurso das Primeiras Pendas do Rio Grande do Sul.

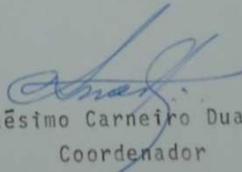
Junho a setembro - Cavalgada da Chama Crioula.

maio a setembro - Festival Farroupilha de Nativismo (Festival de música regionalista).

Com o CORAL QUERÊNCIA, da Caixa Econômica Federal, 1º Encontro de Música Nativista.

Inscrito no C.G.C.(M.F.) do Min. da Fazenda sob nº 87.923.587/0001-90, sendo isento do I.R., conforme Ato Declaratório nº 261/79

Em planejamento, com a MPM, um Ciclo de Conferências em 23 cidades gaúchas.


Onésimo Carneiro Duarte
Coordenador

Fonte: Movimento Tradicionalista Gaúcho de 1985, FSRF, cx 8

ANEXO B – PRESTAÇÃO DE CONTAS GRUPO RBS

D. W. ALFREDO
Angenor
Bento
J. J.
13.12.84



Porto Alegre, 13 de dezembro de 1984

Ao
Excelentíssimo Senhor Doutor
Jair Soares
DD Governador do Estado do Rio Grande do Sul
Palácio Piratini
Porto Alegre

Senhor Governador:

Tendo em vista as comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha a serem realizadas no ano de 1985, Zero Hora através da presente, vem sugerir a publicação da programação oficial do evento.

01- Suplemento Especial - a ser veiculado no dia 1º ou 2 de janeiro de 1985.

a) 1a. Opção: Suplemento Especial - a ser encartado em toda a edição de Zero Hora, constando a programação oficial das comemorações, com 12 páginas.
Formato: tablôide
Editoria: De Zero Hora em comum acordo com a Assessoria de Comunicações do Palácio.

Custo: Cr\$ 90.455.616 (noventa milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil e seiscentos e dezesseis cruzeiros).

b) 2a. Opção: igual a primeira, diminuindo o número de páginas para 08.
Custo: Cr\$ 60.303.744 (sessenta milhões e trezentos e três mil e setecentos e quarenta e quatro cruzeiros).

02- Veiculações de página no primeiro dia de cada mês informando a programação dos eventos do Sesquicentenário no mês em curso como segue:

01.02.85	- 6a. feira	1a. página	Custo	Cr\$ 8.565.244
01.3.85	- 6a. feira	idem	idem	Cr\$ 11.991.336
01.4.85	- 2a. feira	idem	idem	Cr\$ 11.991.336
01.5.85	- 4a. feira	idem	idem	Cr\$ 11.991.336
01.6.85	- sábado	idem	idem	Cr\$ 16.787.862
01.7.85	- 2a. feira	idem	idem	Cr\$ 16.787.862
01.9.85	- domingo	idem	idem	Cr\$ 23.503.004

.....

JORNAL ZERO HORA

ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S.A. / AV. IPIRANGA, 1075 / TELEFONE (051) 23.4288 / TELEX (051) 1100 / PORTO ALEGRE / RS

ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S.A. / AV. IPIRANGA, 1075 / TELEFONE (051) 23.4288 / TELEX (051) 1100 / PORTO ALEGRE / RS

Fonte: Correspondência RBS para a Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, (1984), FSRF, cx. 6.